



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 016 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - PFL

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Cláudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Valdir Rossoni*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Luiz Nishimori*  
PFL ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Elton Welter*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
PTB ..... *Fábio Camargo*  
Bloco PPS/PMN ..... *Marcelo Rangel*  
Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 016**

### **15ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....**

**Presenças .....**

**Abertura da Sessão .....**

#### **Expediente:**

Mensagens .....

Telegramas .....

Ofícios.....

Comunicados .....

Indicações .....

Requerimentos .....

Projetos de Resolução .....

Projetos de Lei .....

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Péricles de Mello.....

Dep. Luiz Eduardo Cheida.....

Dep. Jocelito Canto.....

Dep. Pastor Edson Praczyk.....

Dep. Marcelo Rangel .....

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Cláudio Romanelli....

Liderança do PFL

Dep. Elio Rusch.....

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati.....

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni.....

Liderança do Governo

Dep. Luiz Cláudio Romanelli....

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão / Votação:

Redação Final.....

Discussão Única (Proposições)..

Discussão Única (Indicações)....

Requerimentos.....

#### **Encerramento da Sessão .....**

#### **Publicações:**

Ato do Presidente .....

Audiência Pública

Ata.....

Comissão Executiva

Atos.....

#### **Publicações Administrativas .....**

### **DIÁRIO Nº 016**

### **15ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

**16ª LEGISLATURA**

**ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM**

**26 DE MARÇO DE 2007**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duí-

lio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana e Teruo Kato (03).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Edson Strapasson e Reni Pereira (03).

Em licença médica os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Geraldo Cartário e Mamede (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

## Expediente:

## Mensagens

MENSAGEM N° 009/07

Curitiba, 21 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que visa dar nova redação ao artigo 3º, da Lei n° 15.464, de 31 de janeiro de 2007, que dispõe sobre estadualização, mediante incorporação, da Fundação Faculdades Luiz Meneghel, situada no Município de Bandeirantes à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP.

A necessidade e interesse público na adoção da medida ora proposta estão expressos na adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, através do protocolado n° 9.372.791-6/07:

*O presente projeto de lei objetiva efetuar a alteração da redação do artigo 3º, da Lei n° 15.464, de 31 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a relação dos*

*servidores e funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Bandeirantes que prestam serviços na Faculdade Estadual Luiz Meneghel de Bandeirantes (FALM) de forma a possibilitar correção, por meio da publicação nominal dos beneficiados, incluindo o Registro Geral (RG) pela lei, como anexo da mesma.*

*O artigo 3º da Lei Estadual n° 15.464, de 31 de janeiro de 2007, dispõe que a relação de servidores/funcionários constam às fls. 49 a 52 do processo n° 9.276.717-5, o qual deixou de incluir os nomes que constam da página 53, em continuação à relação dos professores celetistas. Da mesma forma, na relação do Quadro II, fl. 50, faltou o nome do funcionário técnico-administrativo, quando da transposição dos arquivos digitais. Cabe ressaltar que os nomes de todos os servidores constam da Lei n° 2.683, de 18 de outubro de 2006, do Município de Bandeirantes.*

*Vale, ainda, demonstrar que a atual redação do artigo 3º da referida Lei n° 15.464/07 é: “Para que sejam mantidos serviços públicos essenciais prestados pela instituição incorporada fica o Poder Executivo autorizado a utilizar-se por cessão e pelo prazo necessário, dos funcionários estatutários e servidores celetistas pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Bandeirantes, conforme a relação constante de fls. 49 a 52 do processo protocolado sob n° 9.276.717-5, no Sistema Integrado de Documentos”. E que, pelos termos ora propostos, passará a ser: “Para que sejam mantidos serviços públicos essenciais prestados pela instituição incorporada, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar-se por cessão e pelo prazo necessário, dos funcionários estatutários e servidores celetistas pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Bandeirantes, na forma do Anexo Único desta lei”.*

*Tal medida faz-se necessária para que a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior possa efetuar os pagamentos previstos no artigo 6º, combinado com o artigo 3º da Lei n° 15.464/07, além de atender mais adequadamente ao princípio constitucional da publicidade, dando maior transparência à composição da força de trabalho da FALM, que passa a constar da publicação no Diário Oficial do Estado (DOE). Atende-se também ao princípio da segurança jurídica, como norteador das ações da Administração Pública, tendo em vista, inclusive, que estes registros de recursos humanos são de longa duração, possibilitando à administração o acompanhamento da vida funcional dos servidores até a sua exoneração, desligamento, demissão ou aposentadoria.*

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 3º, da Lei nº 15.464, de 31 de janeiro de 2007, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Para que sejam mantidos serviços públicos essenciais prestados pela instituição incorporada, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar-se por cessão e pelo

prazo necessário, dos funcionários estatutários e servidores celetistas pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Bandeirantes, na forma do Anexo Único desta lei”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

Quadro I FALM - RELAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - ESTATUTÁRIO				
Nº	Nome	Função	RG	Admissão
01	Airton Silva	Servente Pedreiro	3751998-07-SSPPR	03.10.89
02	Ana Maria Petenaci	Aux. Escritório	2044338-SSPPR	01.02.84
03	Antonio Cesar Madeira	Motorista	5727199-0-SSPPR	26.03.92
04	Antonio Roberto Macacare	Aux. Escritório	3433156-1-SSPPR	01.05.91
05	Aparecida Taguti	Digitadora	3800298-8-SSPPR	04.07.88
06	Braz Lopes Ferreira	Servente	1722127-SSPPR	01.02.81
07	Celio Jose Pereira	Vigia Noturno	3514875-2-SSPPR	25.03.96
08	Francisco Gorgi de Souza	Serralheiro	3581649-6-SSPPR	22.04.96
09	Gelci das Graças Gouvea	Zeladora	5490927-6-SSPPR	02.02.95
10	Gilda Santos da Rocha Tome	Zeladora	4823283-3-SSPPR	03.02.95
11	Hamilton Donizete Augusto	Chefe Rec. Humanos	3222437-7-SSPPR	01.03.82
12	Iolando Paduam	Aux. Rec. Humanos	4076514-0-SSPPR	14.11.86
13	Ismael Ferreira	Aux. Escritório	4590975-1-SSPPR	05.06.93
14	Ivi Ferreira De Souza Lemes	Aux. Escritório	4986761-1-SSPPR	12.09.90
15	Jair Gomes Correa	Servente	3171525-3-SSPPR	01.08.94
16	João Correia	Aux. Gráfico	3900852-1-SSPPR	17.05.93
17	Joaquim Cantuária	Vigia Noturno	4774220-0-SSPPR	01.02.97
18	José Aparecido de Souza	Aux. Escritório	3337368-6-SSPPR	01.08.86
19	José Benicio Madeira	Aux. Geral Agro. Campo.	4156433-4-SSPPR	01.02.96
20	José Cabral do Nascimento	Vigia Noturno	3789728-0-SSPPR	09.11.89
21	José Carlos Alves	Resp. Reg. Diploma	4344613-4-SSPPR	01.03.85
22	José Carlos de Moraes	Tratorista	2120108-SSPPR	02.05.84
23	José Cleantes Durans	Marceneiro	3310233-0-SSPPR	05.03.98
24	José de Oliveira	Servente	3283913-4-SSPPR	01.08.94
25	José Mario Macacare	Motorista	2110636-SSPPR	01.08.94
26	Leonice Francisca Macacare	Servente	9339527-1-SSPPR	01.05.91
27	Lucio do Nascimento	Tratorista	8632305-2-SSPPR	01.02.81
28	Luiz Carlos Villar	Tratorista	3778792-2-SSPPR	10.07.87

29	Luiz Miguel de Souza	Servente	5445202-0-SSPPR	01.08.94
30	Marcia Aparecida Villar	Zeladora	6083810-0-SSPPR	01.02.88
31	Marcio Aparecido Fernandes	Aux. Escritório	5994327-8-SSPPR	15.02.89
32	Marco Antonio Graciano	Servente	6694447-6-SSPPR	02.06.97
33	Marcos Antonio da Silva	Servente	6254487-2-SSPPR	01.12.89
34	Maria Bernadete Justo da Silva	Aux. Escritório	3119274-9-SSPPR	01.11.86
35	Marilza Francelina de Almeida	Zeladora	6440974-3-SSPPR	09.02.95
36	Mauro Sergio Macarare	Aux. Gráfico	5293884-8-SSPPR	15.09.92
37	Moacir Aparecido Mathias	Aux. Escritório	3085602-3-SSPPR	22.10.90
38	Pedro Moreira	Vigia Noturno	1133135-SSPPR	16.09.89
39	Reginaldo de Cassio da Silva	Aux. Laboratório	5767998-0-SSPPR	05.03.90
40	Renato Aparecido da Rocha	Vigia Noturno	18897394-SSPPR	16.02.95
41	Rosangela T. M. Demetrio	Almoxarife	11321776-SSPPR	01.03.80
42	Solange S. de Souza Gonçalves	Aux. Escritório	5673368-0-SSPPR	16.03.93
43	Sonia Aparecida Pereira da Silva	Telefonista	3268753-9-SSPPR	01.08.96
44	Sonia Regina Torres Fronteli	Aux. Escritório	4548292-8-SSPPR	25.02.87
45	Vanderlei de Almeida	Aux. Gráfico	4714768-9-SSPPR	01.02.77
46	Vicente Pelizari	Servente	3608197-0-SSPPR	18.08.92

## Quadro II

## FALM - RELAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO - CELETISTA

Nº	Nome	Função	RG	Admissão
01	Amarildo Martins	Contador	3155488-8-SSPPR	10.04.01
02	Antonia do S. Bertack Eugenio	Zeladora	6588003-2-SSPPR	22.04.04
03	Aparecida de Jesus Proni	Zeladora	5716300-3-SSPPR	24.05.04
04	Ataides Gomes	Aux. Manutenção	601040429-9-SSPPR	10.09.03
05	Camila Michelle de Almeida	Aux. Administrativo	9514249-4-SSPPR	13.02.06
06	Conceição do Carmo Oliveira	Zeladora	3609608-0-SSPPR	16.08.00
07	Diego de Oliveira	Aux. Laboratório	8094134-0-SSPPR	10.07.06
08	Douglas Ferreira Freire	Aux. Laboratório	7214831-2-SSPPR	14.08.01
09	Eliane Fatima da Silva	Zeladora	4635029-4-SSPPR	03.06.02
10	Elisiane Cristiely Chanca	Aux. Administrativo	9469963-0-SSPPR	13.02.06
11	Gisele Cristina Fernando	Aux. Administrativo	6695065-4-SSPPR	15.06.05
12	Helio de Souza Pinto	Aux. Administrativo	462704-SSPPR	10.09.03
13	Ilson Lima da Silva	Aux. Administrativo	8182461-4-SSPPR	22.08.06
14	Izabel Cristiane Orsini	Aux. Administrativo	6405473-2-SSPPR	24.05.04

15	Jader Gustavo de Campos Santos	Aux. Administrativo	9207913-9-SSPPR	06.03.06
16	Janete de Oliveira Kanneblay	Zeladora	20764179-SSPPR	04.11.03
17	Jean Carlos Eugênio	Aux. Administrativo	7264461-1-SSPPR	22.04.04
18	Josiane Petenaci de Araujo	Secretária Geral	6330083-7-SSPPR	15.08.01
19	Luciana da Macedo Pinto	Zeladora	5421439-1-SSPPR	10.02.06
20	Marcio Henrique Fronteli	Aux. Escritório	7392565-7-SSPPR	14.08.01
21	Maria Ap. de Oliveira Mendes	Zeladora	3790612-3-SSPPR	09.05.01
22	Maria Imaculada da Silva	Aux. Laboratório	4216885-8-SSPPR	15/07/02
23	Marina Medeiros	Aux. Escritório	1750035-SSPPR	02.01.01
24	Marly Candido	Zeladora	6665761-2-SSPPR	24.05.04
25	Nair A.Barbosa Concentino	Aux. Laboratório	5611189-1-SSPPR	19.10.01
26	Neide Aparecida Farias Pereira	Zeladora	6083790-2-SSPPR	17.09.01
27	Paulo Alves da Silva	Tec. em Assun. Univers.	2174363-SSPPR	18.08.98
28	Paulo Sergio Anzolin	Vigia Noturno	22476986-8-SSPPR	10.09.03
29	Regina Celia Barreto dos Santos	Aux. Escritório	4511822-3-SSPPR	13.02.03
30	Rita de Cassia Sampaio	Zeladora	4681738-9-SSPPR	25.02.02
31	Tania Cecilia de Araujo	Telefonista	4604984-5-SSPPR	03.04.00
32	Vinicius Rodrigues da Silva	Aux. Administrativo	40154807-7-SSPPR	10.04.06

Quadro III FALM - RELAÇÃO DE PROFESSORES ESTATUTÁRIOS					
Nº	Nome	Titulação	C.H.	RG	Admissão
01	Ely Tadachi Ueno	Graduado	40	466423-SSPPR	01.05.76
02	Euripedes Bomfim Rodrigues	Graduado	40	657206-5-SSPPR	04.03.86
03	João Cesar Godoi	Graduado	40	828832-1-SSPPR	01.04.79
04	Luiz Carlos Reis	Graduado	40	812581-3-SSPPR	01.03.75
05	Rubens Pedroso	Graduado	40	291640-1-SSPPR	01.03.75
06	Walter Candioto	Graduado	40	883576-4-SSPPR	01.09.79
07	Alba Codato de Mello Martins	Especialista	32	763648-SSPPR	12.02.86
08	Dino Veiga Filho	Especialista	40	780241-SSPPR	01.08.76
09	Lazaro de La Roque Meneghel	Especialista	16	1154696-SSPPR	01.08.82
10	Lilian Fernandes M. Ticianel	Especialista	16	11088294-5-SSPPR	09.02.87
11	Nilda Mania Rocha	Especialista	16	1095839-SSPR	27.02.84
12	Regina Aparecida Munhoz Moreno	Especialista	40	7689644-4-SSPSP	01.08.83
13	Tulio Roberto Pavelhao	Especialista	40	5549717-SSPPR	01.03.82
14	Alcides Acorsi Neto	Mestre	40	6734296-SSPSP	03.08.81

15	Darci Jose Pedrozo	Mestre	40	684470-7-SSPPR	01.03.74
16	Dirce Ribeiro de Moraes	Mestre	24	3571197-0-SSPPR	01.08.94
17	Francisco C. Mainardes da Silva	Mestre	40	7746309-SSPPR	02.01.79
18	Mauro Januario	Mestre	40	8275425-SSPSP	19.02.90
19	Nina Maria Silva Risso	Mestre	40	979029-SSPPR	01.09.78
20	Osvaldo Sato	Mestre	40	648777-7-SSPPR	01.03.77
21	Rogério Barbosa Macedo	Mestre	40	3942706-0-SSPPR	27.08.91
22	Eduardo Meneghel Rando	Doutor	40	1061879-SSPPR	05.04.82
23	Hatiro Tashima	Doutor	40	884918-SSPPR	01.09.78
24	João Pereira Torres	Doutor	40	1194113-SSPPR	29.02.88
25	João Tavares Bueno	Doutor	40	821220-1-SSPPR	01.06.78
26	Jose Celso Martins	Doutor	40	715817-SSPPR	01.08.76
27	Luis Guilherme Sachs	Doutor	40	1874880-SSPPR	01.03.80
28	Marcio Massashiko Hasegawa	Doutor	40	1498595-SSPPR	01.08.87
29	Marco Antonio Gandolfo	Doutor	40	3373721-1-SSPPR	19.02.90
30	Robinson Osipe	Doutor	40	1518794-SSPPR	12.02.86
31	Sandremir de Carvalho	Doutor	40	9569807-SSPSP	01.02.81
32	Silvestre Bellettini	Doutor	40	359513-SSPSC	02.01.79
33	Conceição Aparecida Cossa	Doutora	40	1146529-3-SSPPR	01.02.79
34	Cristina Batista de Lima	Doutora	40	22151456-9-SSPPR	01.02.96
35	Elisete Aparecida Fernandes Osipi	Doutora	40	9520410-SSPSP	15.02.85
36	Hermantina M. de Almeida Whitak	Doutora	40	6841621-SSPSP	01.08.80
37	Jael Simoes Santos Rando	Doutora	40	4375206-5-SSPSP	04.03.86
38	Laila Hertamihsfeldt	Doutora	40	10713965-SSPSP	10.04.86
39	Luci Monçato	Doutora	40	757508-SSPPR	01.08.83
40	Nair Mieko Takaki Bellettini	Doutora	40	1067258-SSPPR	25.02.85
41	Teresinha E. da Silveira Reis	Doutora	40	3372910-3-SSPPR	02.02.87

Quadro IV  
FALM - RELAÇÃO DE PROFESSORES CELETISTAS

Nº	Nome	Titulação	C.H.	RG	Admissão
01	André Luiz Ferrer Domenciano	Graduado	40	5225468-0-SSPPR	24.07.06
02	Carlos Eduardo Ribeiro	Graduado	40	6286991-7-SSPPR	26.07.04
03	Cristiane Y. Hirabara de Castro	Graduado	40	5177124-9-SSPPR	01.07.01
04	Christian J. de Castro Bussmann	Graduado	24	5320126-1-SSPPR	13.02.06
05	Edivaldo Cremer	Graduado	40	6979836-5-SSPPR	13.02.06

06	Emiliana Cristina Melo	Graduado	40	20362234-0-SSPSP	13.02.06
07	Ivana da Silva Semeghini	Graduado	40	18343041-4-SSPPR	23.02.05
08	Jéssica Maria Coutinho Roters	Graduado	40	6271827-7-SSPPR	23.02.06
09	Laressa Battini	Graduado	40	6538248-2-SSPPR	13.02.06
10	Lucimara de M. Sborowski Silva	Graduado	40	4334553-2-SSPPR	24.07.06
11	Luiz Fabiano Zanatta	Graduado	40	6101493-4-SSPPR	13.02.06
12	Luiz Roberto Gomes Lomba	Graduado	24	2110612-SSPPR	26.07.04
13	Mariangela M. Sillos Nogueira	Graduado	40	27896927-6-SSPSP	24.07.06
14	Ademir Zacarias Junior	Especialista	40	6099894-9-SSPPR	25.08.03
15	Adinete Correia Antonio	Especialista	40	5043083-9-SSPPR	10.08.04
16	Almir Moreira Junior	Especialista	24	1928767-SSPPR	23.02.05
17	Ana Lucia de Grandi	Especialista	40	7019711-1-SSPPR	24.03.03
18	Alice Maria Martins Rockenbach	Especialista	2	1956473-8-SSPPR	01.08.02
19	Augusta Regina Grandi	Especialista	40	3342585-6-SSPPR	21.07.05
20	Daniela de Freitas G. Trindade	Especialista	40	3944404-6-SSPPR	05.04.04
21	Edna Ap. Lopes Bezerra Katakura	Especialista	40	4651608-7-SSPPR	23.07.01
22	Eliana de Fatima Catussi Pinheiro	Especialista	40	1884276-9-SSPR	26.08.03
23	Fabiana de Oliveira	Especialista	40	8160605-6-SSPPR	10.02.03
24	Flavia Teixeira Ribeiro	Especialista	40	7197900-8-SSPPR	22.02.05
25	Janaina Recanello	Especialista	40	29579921-3-SSPSP	24.07.06
26	Jose Reinaldo Merlin	Especialista	32	16544737-SSPSP	05.04.04
27	Luiz Fernando L. do Nascimento	Especialista	40	4932022-1-SSPPR	25.08.03
28	Luiz Renato Lima de Almeida	Especialista	24	628405-SSPPR	01.07.01
29	Marcia Ap. de Mello Gaspari	Especialista	16	3589524-8-SSPPR	15.07.02
30	Natalia Maria Maciel Guerra	Especialista	24	6943160-7-SSPPR	15.07.02
31	Nilcea Maciel Rando	Especialista	16	714860-7-SSPPR	12.02.01
32	Nilda Moraes	Especialista	4	4635059-6-SSPPR	13.03.00
33	Regina Hitomi Fukuda Ohira	Especialista	40	1616511-5-SSPPR	23.07.01
34	Ricardo Castanho Moreira	Especialista	40	7214867-3-SSPPR	24.03.03
35	Simone Cristina C. Sabaini de Melo	Especialista	40	5026101-8-SSPPR	26.07.04
36	Valdir Lopes	Especialista	24	15975698-SSPPR	24.07.06
37	Viviane de Fatima Bartholo	Especialista	32	26734464-8-SSPSP	12.03.03
38	Ailton Sergio Bonifacio	Mestre	32	8586150-6-SSPPR	18.02.03
39	Ana Cecilia Hoffmann Inocente	Mestre	40	6475048-8-SSPPR	25.08.03
40	Ana Paula Millet Ev. dos S. Trad	Mestre	40	5415644-8-SSPPR	10.07.00



41	Andre Luis Andrade Menolli	Mestre	40	5685058-9-SSPPR	26.07.04
42	Carla Gomes de Araújo	Mestre	40	5687882-3-SSPPR	11.08.06
43	Celmira Calderon	Mestre	40	13814288-9-SSPSP	23.02.05
44	Cristiano Massao Tashima	Mestre	24	7011725-8-SSPPR	15.07.02
45	Cristiane Schell Gabriel	Mestre	24	6535505-1-SSPPR	24.07.06
46	Danielle Cristina Gregorio da Silva	Mestre	40	6952329-3-SSPPR	15.07.02
47	Ederson Marcos Sgarbi	Mestre	40	6178165-0-SSPPR	23.02.05
48	Ellen de Souza Marquez	Mestre	40	6762802-0-SSPPR	15.07.02
49	Estevam Guilherme Lux Hoppe	Mestre	40	30478360-2-SSPSP	01.08.05
50	Fabiano Gonçalves Costa	Mestre	40	25173634-9-SSPSP	15.07.02
51	Francielle G. da Silva Zacarias	Mestre	40	6452342-2-SSPPR	21.07.05
52	Glauco Carlos Silva	Mestre	32	6135445-0-SSPPR	20.02.03
53	Jonhy Roberto Prazeres	Mestre	24	593204-SSPPR	24.01.02
54	Katia Romero Felizardo	Mestre	32	6053047-5-SSPPR	25.08.03
55	Liza Ogawa	Mestre	40	5447343-5-SSPPR	26.07.04
56	Luciane Holsback Silveira	Mestre	40	652872-SSPMS	02.08.04
57	Marcelo Alves da Silva	Mestre	40	4974849-3-SSPPR	01.02.01
58	Marcio Akio Ohira	Mestre	40	6869474-4-SSPPR	03.02.03
59	Marco Antonio Zanoni	Mestre	40	4274152-3-SSPPR	18.02.02
60	Marcos Augusto Alves da Silva	Mestre	40	5001952-7-SSPPR	13.02.06
61	Maria Aparecida Valerio	Mestre	40	3629746-8-SSPPR	01.03.99
62	Mariana do Amaral Correa	Mestre	40	22966035-6-SSPSP	04.09.03
63	Marilia Abrahão Amaral	Mestre	32	6316429-1-SSPPR	24.07.06
64	Mariza Fordelone Rosa Cruz	Mestre	40	13887737-3-SSPSP	31.07.00
65	Priscila Carozza Frasson	Mestre	40	6577275-2-SSPPR	25.08.03
66	Ricardo Gonçalves Coelho	Mestre	40	6498704-6-SSPPR	15.08.05
67	Roberto Vedoato	Mestre	32	5800655-6-SSPPR	24.07.06
68	Rodrigo dos Reis Oliveira	Mestre	24	24241135-6-SSPSP	18.02.02
69	Rogério Salvador	Mestre	40	28352454-6-SSPSP	18.02.02
70	Thales Ricardo Rigo Barreiros	Mestre	40	5326334-8-SSPPR	24.07.06
71	Wagner Loyola	Mestre	40	3419765-2-SSPPR	18.02.02
72	Wanessa Blashi	Mestre	40	26888599-0-SSPSP	01.08.06
73	Wilson Figueiredo Fortes Junior	Mestre	40	4345726-8-SSPPR	25.08.03
74	Eder Paulo Fagan	Doutor	40	5349854-0-SSPPR	18.02.02
75	Leopoldo Sussumu Matsumoto	Doutor	40	2248835-SSPPR	16.07.01

76	Marcelo Henrique Otenio	Doutor	40	4530560-0-SSPPR	18.02.02
77	Mauro Jose Lahm Cardoso	Doutor	40	8054775351-SSPRS	16.07.01
78	Claudia Yurika Tamehiro	Doutora	16	4029794-4-SSPPR	05.04.04
79	Debora A. D'Agostino Garrido	Doutora	40	6358412-6-SSPPR	13.02.06
80	Maria A. da Fonseca Sorace	Doutora	40	5277974-SSPSP	25.10.02

## MENSAGEM N° 010/07

Curitiba, 23 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto que de lei que objetiva fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Magna Carta da República, em valores que variam entre R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) e 475,20 (quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), em conformidade com as diversas categorias profissionais.

A Constituição Federal e a Lei Complementar n° 103, de 14 de julho de 2000, facultam aos Estados brasileiros a possibilidade de estabelecer pisos regionais salariais superiores ao valor definido para o salário mínimo nacional. Quando do estabelecimento de seus valores, a legislação federal leva em consideração a situação econômica e a capacidade de pagamento dos agentes econômicos de todo o país e, fundamentalmente, a capacidade de pagamento dos diversos poderes públicos municipais, bem como as limitações do sistema previdenciário nacional e de seus impactos no equilíbrio fiscal. Os desequilíbrios regionais existentes no país terminam por impor a fixação de valores para o salário mínimo, baixo para a realidade das regiões mais desenvolvidas.

O Estado do Paraná, um dos mais ricos da nação, a sexta economia do país em termos de Produto Interno Bruto, apresenta condições econômicas de suportar um piso salarial mensal para seus trabalhadores superior ao do salário mínimo estabelecido para o país como um todo. Nesse sentido, já no ano passado o Poder Executivo propôs, e a Assembléia Legislativa paranaense aprovou, a Lei n° 15.118/06, que instituiu seis pisos salariais no Estado.

Passado um ano, é momento de atualizar os valores por ela definidos e de aprimorá-la. Assim, encaminho a atual proposta, que ajusta os seis pisos propostos às ocupações definidas pela Classificação Brasileira de Ocupações, excluindo-se as ocupações contidas nos Grandes Grupos 1 (Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes), no Grande Grupo 2 (Profissionais das Ciências e das Artes) e no Grande Grupo 0 (Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares). A proposta leva em conta também o grau de complexidade de inserção dos trabalhadores nos processos de trabalho

visando diferenciar os valores de remuneração entre os diversos pisos.

Levantamentos realizados nos acordos e convenções coletivas de trabalho no Estado do Paraná, no ano de 2004, junto à Delegacia Regional do Trabalho e ao DIE-ESE - Paraná, demonstraram que os pisos salariais estabelecidos por esses instrumentos de negociação foram em média 2,08 vezes superiores ao salário mínimo vigente naquele ano. Para o Setor de Serviços este valor médio foi 2,21 vezes superior; para os trabalhadores da indústria, 1,94 vez; para os do comércio, 1,75 vez; e para os trabalhadores da agricultura, em que o nível de organização sindical é sabidamente mais frágil e, conseqüentemente, os trabalhadores possuem menor capacidade de negociação, a média do piso salarial das negociações foi 28% maior que o salário mínimo.

Desse modo, ao propor, para o maior piso salarial previsto neste projeto de lei, um valor 25% maior ao salário mínimo a vigorar neste ano, no intuito de proteger os trabalhadores que não possuem acesso aos processos de negociação por meio de acordos ou convenções coletivas, estou certo da capacidade de sua absorção pelos diversos segmentos produtivos da sociedade paranaense. Ressalto ainda uma diferença de cerca de 3% entre o maior e o menor piso, como forma de captar as diferenças de complexidade da inserção dos trabalhadores nos processos de trabalho. Os valores sofreram pequenos arredondamentos no sentido de atender à fixação da remuneração dos trabalhadores que têm suas jornadas de trabalho definidas em termos de horas efetivamente trabalhadas.

É importante sublinhar que este projeto de lei prevê que seus efeitos não se apliquem aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo, e aos servidores públicos municipais.

A justiça social se traduz em uma mais equânime distribuição da riqueza entre os cidadãos paranaenses. Este projeto de lei tem essa preocupação, o que me confere a certeza de que a Assembléia Legislativa do Paraná não negará seu apoio para transformá-lo em lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais) reproduzidos no Anexo I da presente, com fundamento no Inciso V do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, no Estado do Paraná será de:

I - R\$ 475,20 (quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos) para os Técnicos de Nível Médio correspondente ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - R\$ 473,00 (quatrocentos e setenta e três reais) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

III - R\$ 468,60 (quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 4 da Classificação Brasileira de Ocupações;

IV - R\$ 466,40 (quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos) para os Trabalhadores de Reparação e Manutenção correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

V - R\$ 464,20 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos) para os Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, correspondente ao Grande Grupo Ocupacional 5 da Classificação Brasileira de Ocupações;

VI - R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondente ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Parágrafo Único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é de 1º de maio.

Art. 2º Esta lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Art. 3º Os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

## Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 000051/MS/SE/FNS - valor de R\$ 7.271.059,79 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

- Nº 000052/MS/SE/FNS - valor de R\$ 895,44 - pagamento de Patologia Clínica.

- Nº 000053/MS/SE/FNS - valor de R\$ 196.202,00 - pagamento de Leucemia Mielóide.

- Nº 000054/MS/SE/FNS - valor de R\$ 111.140,00 - pagamento de Humanização do Parto (Assistência Pré-Natal).

- Nº 000055/MS/SE/FNS - valor de R\$ 18.544,88 - pagamento de Fisioterapia.

- Nº 000056/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.140,70 - pagamento de Assistência Domiciliar.

- Nº 000057/MS/SE/FNS - valor de R\$ 395.830,45 - pagamento de Acompanhamento de Saúde Mental.

- Nº 000349/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.965.157,50 - pagamento de Acompanhamento de Paciente.

- Nº 000437/MS/SE/FNS - valor de R\$ 142.481,87 - pagamento de Acompanhamento Pós-Transplante.

- Nº 000438/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de Programa para Aquisição de Medicamentos para a Saúde Mental.

- Nº 000506/MS/SE/FNS - valor de R\$ 7.620,00 - pagamento de Prótese Dentária.

### **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Maternidade Victor Ferreira do Amaral, FUNPAR - Fundação da UFPR no valor de R\$ 2.110,47 para pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, no valor de R\$ 9.873,17 para pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital Psiquiátrico Dom Alberto, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, no valor de R\$ 30.336,86 para pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Hospital da Cruz Vermelha, no valor de R\$ 1.382,53 para pagamento de Integrasus II. **Ao conhecimento da Casa.**

## Ofícios

Sob o nº GF/GEFIN/GTES-00140/07, do Sr. Paulo Roberto Teixeira Guerra, Gerente da GTES/GEFIN/GF do BNDES, comunicando liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do contrato nº 2222441, no valor total de R\$ 5.900.000,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 337/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 088/06, bem como cópia da publicação no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 339/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Convênio nº 203/06 e liberação de recursos, bem como cópia da publicação no Diário Oficial da União. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 123/07-GP, do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, propondo a criação de cargo especificado em projeto de lei. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 445/07/GS, do Sr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que solicita providências em relação à greve dos funcionários terceirizados que realizam a limpeza dos hospitais da zona sul, da zona norte e da 17ª Regional de Saúde de Londrina. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 034/07

Curitiba, 26 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Venho, através do presente, dirigir-me a V. Exa. para justificar minha ausência nas Sessões Plenárias dos dias 27, 28 e 29 do corrente mês, quando estarei em Brasília, atendendo convocação do Diretório Nacional do Partido da Frente Liberal-PFL.

Na oportunidade, apresento a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

(a) OSMAR BERTOLDI

OFÍCIO Nº 062/07

Curitiba, 26 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias de hoje - 26/03/07 - à próxima quinta-feira - 29/03/07, por estar me preparando para nova intervenção cirúrgica, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos, nesses dias.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

## Comunicados

Sob o nº AL000086/07, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa Indígena, referente à 1ª parcela. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000089/07, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação junto ao Programa Indígena, referente à 2ª parcela. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 019/07

SÚMULA:

Propõe a criação da Região Metropolitana de Toledo, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, constituída pelos Municípios de: Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro Pontes, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras e Tupãssi.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva.

O Deputado Estadual Duílio Genari, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que se segue:

1) Que seja criada a Região Metropolitana de Toledo, constituída pelos Municípios de: Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Quatro Pontes, São Pedro do Iguaçu, São José das Palmeiras e Tupãssi, ou se for de interesse do Governo poderá ser constituída por todos os municípios que fazem parte da 18ª Região Administrativa.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos a presente indicação visando assegurar um processo de desenvolvimento integrado, fomentando iniciativas viáveis, com poder de catalisar as forças da região com vistas à formulação e implementação de um projeto para o futuro, capaz de projetar melhor um modelo padrão de crescimento que se abre à população.

Trata-se de municípios que possuem uma mesma identidade no desenvolvimento econômico, social, cultural, industrial, comercial e outros serviços que ultrapassam fronteiras, com um grande Centro Universitário, na sede do município, com seis universidades (UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste, UNOPAR - Universidade Norte do Paraná, FASUL - Faculdade Sul Brasil, PUC - Pontifícia Universidade Católica, UFTPR - Universidade Federal Tecnológica do Paraná e UNIPAR - Universidade Paranaense - Centro de Estudos Universitários de Toledo), que oferecem 48 cursos, para mais de

8.400 alunos. Somando-se a isto o *campus* da UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon, nove cursos com 2.000 alunos; Faculdade CETESOP de Assis Chateaubriand, oito cursos com 940 alunos; *campus* da Universidade Federal do Paraná de Palotina, com quatrocentos alunos e as Faculdades ISEPE de Marechal Cândido Rondon e SALUBRE, ambas com quatrocentos alunos, totalizando 4.140 alunos, que caracteriza uma verdadeira interação dos municípios.

São aproximadamente 254.000 pessoas que têm a expectativa de ver concretizada a integração, que proporcionará um incentivo maior na busca de alternativas para o desenvolvimento e crescimento organizado dos municípios envolvidos, com a participação da sociedade civil organizada.

Portanto, cabe a nós Parlamentares, a apresentação de criação de projetos públicos de interesse comum, visando à melhoria na condição de vida dos cidadãos, razão pela qual, solicitamos a aprovação da Região Metropolitana de Toledo. Pela sua importância, Toledo já conta com o transporte coletivo metropolitano, já implantado conforme segue: Toledo, Cascavel; Toledo, Maripá, Palotina; Toledo, Quarto Pontes, Marechal Cândido Rondon; Toledo, Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, Santa Helena; Toledo, São Pedro do Iguaçu, Céu Azul.

Os municípios que integrariam a Região Metropolitana de Toledo, são todos muito bem estruturados, bem organizados e valorizados na região, cujo trabalho de sua gente agrega e adiciona valores que os mantém em destaque na posição do Estado no Índice de Participação no ICMS:

Município	População	Posição no Estado no Índice de Participação no ICMS
Toledo	108.000	10°
Assis Chateaubriand	29.295	39°
Marechal Cândido Rondon	44.706	30°
Maripá	6.000	123°
Mercedes	5.100	275°
Nova Santa Rosa	7.200	136°
Ouro Verde do Oeste	5.100	242°
Palotina	27.000	36°
Quatro Pontes	4.000	258°

São Pedro do Iguaçu	6.500	212°
São José das Palmeiras	3.500	362°
Tupãssi	7.600	122°
<b>TOTAL</b>	<b>254.001</b>	

Toledo - Sede de Região Metropolitana

#### Estrutura do Município

- População: 108.000 mil habitantes (estimativa do IBGE para 2006).

- Eleitores: 76.000.

- Orçamento da administração direta da Prefeitura: 2006: R\$ 108 milhões; 2007: R\$ 141,8 milhões.

- Crescimento de 12% na movimentação econômica e retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em 2007, sobre o repasse de 2006.

- Estrutura da administração municipal: dezoito secretarias, três assessorias, gabinete do Prefeito, Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Toledo (FUNTEC) e EMDUR.

- Localização: Oeste do Paraná.

- Emancipação: 14 de dezembro de 1952.

- Principais etnias colonizadoras: migrantes do Sul, na maioria descendentes de imigrantes alemães e italianos, mas também pessoas oriundas do Sudeste e Nordeste do País.

- Base da economia: produção agroindustrial.

- Frota registrada de 46.322 veículos automotores - um carro para cada 2,31 habitantes, dos quais 5,2 mil caminhões leves, médios e pesados.

- Aeroporto municipal com pista asfaltada de 1.670 metros de extensão por 30 de largura, dotado de equipamentos de navegação aérea e estrutura para operar aeronaves de médio porte. Sua localização e direcionamento representam a segunda melhor condição topográfica e meteorológica para sediar aeródromo do País.

- Sede da 18ª Região Administrativa do Estado; Comarca de Entrância Intermediária da Justiça Estadual; Vara da Justiça Federal e Juizado Especial Federal Adjunto; Vara da Justiça Federal do Trabalho; 1º prédio próprio do Ministério Público Estadual do interior do Paraná; 2º Ofício do Ministério Público Federal do Trabalho do interior do Paraná.

- Sede de agências ou escritórios do INSS, IBGE, EBCI, EBCT, Receita Federal e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

- Sede de Núcleos e Escritórios Regionais das Secretarias de Estado da Educação, Saúde, Agricultura e Abastecimento e Meio Ambiente, além de IAP, CODAPAR e CLASPAR.

#### Estrutura Sócio-econômica

- 1º lugar em abatedouro/frigorífico de suínos e aves da América Latina.

Abate diário de 360.000 frangos e de 6,4 mil suínos. Produção mensal de 12,9 mil toneladas de carne de frango, 12,1 mil toneladas de carne suína, 1.150 toneladas de bacon, 3,8 toneladas de presunto e 1,9 mil toneladas de empanados, 25.520 toneladas de óleo de soja e 79 mil toneladas de rações animais. Em 2006, empregos diretos 8,6 mil e terceirizados 1,2 mil. Produtores integrados de suínos, 1.275 e de frangos, 840.

- Maior indústria de medicamentos do Paraná (Fármaco) com 2.000 funcionários, e faturamento aproximado anual de R\$ 200.000.000,00.

- 3° lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as dez maiores cidades do Paraná.

- 10° lugar em arrecadação do ICMS do Paraná.

- 10° lugar em Produto Interno Bruto (PIB) total do Paraná e 162° lugar no Brasil. R\$ 1.205.358 mil em 2002.

- 5° lugar em PIB *per capita* entre as dez maiores economias do Paraná, 31° entre os 399 municípios do Estado e 542° entre os 5.564 municípios do País. R\$ 11.860 em 2002.

- PIB *per capita* de R\$ 16.005,25 em 2003, com crescimento de 34,9% em relação a 2002. O PIB *per capita* de Toledo em 2003 comparado ao rendimento das capitais brasileiras, só ficou abaixo de Vitória (ES), com R\$ 26.534,00, graças aos benefícios da indústria petrolífera, e de Brasília (DF), devido aos altos cargos do serviço público, com R\$ 16.920,00. Curitiba, naquele ano, apresentou PIB *per capita* de R\$ 9.105,00.

- Entre 1999 e 2003 o PIB *per capita* de Toledo subiu 95%, passando de R\$ 8.207,45 para R\$ 16.005,25, enquanto a população cresceu apenas 2,1% no mesmo período.

- Sede de agências dos Bancos do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú (duas), Santander, HSBC, Real, UNIBANCO, BRADESCO, SICREDI (sete), SICOOB.

#### **Produção Agropecuária**

- 1° lugar em PIB Agropecuário do Paraná e da Região Sul e 11° do Brasil. R\$ 342.871 mil em 2002, o equivalente a 0,28% do PIB Agropecuário do Brasil.

- 1° lugar em Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Paraná. R\$ 698 milhões ou 2,38% da produção do Estado em 2004. A cultura da soja atinge 66.000 hectares e rende 210.000 toneladas anuais. A cultura do milho - safra principal e safrinha - soma 27.000 hectares e rende 140.000 toneladas por ano. A cultura do trigo ocupa 31.000 hectares e rende 42.000 toneladas por safra.

- 1° lugar em rebanho suíno do Paraná e 1° lugar por município do Brasil. Plantel de 400.000 cabeças, abate de 720.000 por ano e 710 chiqueirões implantados.

- 1° lugar em plantel de frangos do Paraná. 450 aviários, plantel de 9,0 milhões de aves e abate de 35 milhões por ano. A produção de ovos é de 25 milhões de dúzias anuais.

- 3° lugar em bacia leiteira por município do Paraná, com produção de 70 milhões de litros/ano.

- 1° lugar em produção de bacia leiteira por microrregião da Região Sul e 4° lugar do Brasil. Produ-

ção de 319 milhões de litros em 2003. 2° lugar em produtividade da Região Sul e do País, com 2.802 litros vaca/ano em 2003.

- 1° lugar em piscicultura comercial do Paraná. Produção de 81,5 toneladas de carpa e tilápia e 31 milhões de alevinos.

- 3° lugar em valor adicionado da produção agropecuária do Brasil por município em 2003, com R\$ 521.287 mil.

- 3° lugar em valor adicionado - transformação agroindustrial - do Paraná.

- Toledo possui cerca de 5,5 mil propriedades rurais, na sua maioria pequenas áreas cultivadas, diversificadas e destacadas na consorciação entre lavoura e pecuária.

- Prestação de 250 serviços de terraplenagem em propriedades rurais entre janeiro de 2005 e setembro de 2006, para implantação de novos chiqueirões e aviários.

#### **Força Empresarial**

- 1° lugar em parque industrial do Oeste do Paraná e um dos maiores centros agroindustriais do Estado. São 553 indústrias, 1.792 estabelecimentos comerciais, 1.937 prestadores de serviços pessoas jurídicas e 940 prestadores de serviços pessoas físicas. O município possui 6.473 empresas cadastradas na Prefeitura, segundo dados de janeiro de 2006.

- Crescimento de 19,27% do Valor Adicionado - transformação de produtos primários e agregação de valores à economia - em 2005, na comparação com o ano anterior, atingindo R\$ 1,332 bilhão. A expansão no Estado no mesmo período foi de 0,95%. O crescimento da atividade no município foi, portanto, mais de vinte vezes ou 2.028% superior à do Paraná naquele período.

- Crescimento de 22,6% no consumo de energia elétrica e de 5,1% na demanda de água tratada em 2005, na comparação com 2004.

#### **Capital do Trabalho**

Estas empresas geram no conjunto 29.066 empregos de carteira assinada, o equivalente a 27,5% de toda a população, incluindo idosos, adolescentes e crianças. No país, a média é de três empregos informais para cada vaga formal.

Considerando os 2.540 servidores públicos municipais efetivos, temporários, estágios, comissionados e da EMDUR, mais os servidores públicos federais e estaduais, o índice de trabalhadores formais de Toledo é de cerca de 32%.

Dos trabalhadores da iniciativa privada com carteira assinada de Toledo, 12.764 atuam na indústria de transformação, 8.540 nas empresas prestadoras de serviços, 8.004 nas indústrias de alimentos, 5.061 em estabelecimentos comerciais, 1.255 na indústria de produtos farmacêuticos, 1.028 em indústrias de confecções, 969 em estabelecimentos agropecuários e 965 na indústria da construção civil.

No primeiro trimestre de 2005, Toledo apresentou o maior crescimento na geração de empregos entre as

idades com mais de 50.000 habitantes do Paraná. A expansão do nível do emprego no município vem apresentando a média de 5,06%, contra 1,63% no período anterior. Sobre o trabalho informal não há dados estatísticos disponíveis. Toledo tem uma empresa para cada grupo de dezesseis habitantes e a média de 4,49 empregos por estabelecimento.

#### **Estrutura Educacional**

Toledo possui 33 escolas municipais e doze creches - mais sete unidades em construção neste ano de 2006 - com 12,1 mil alunos do ensino pré-escolar e da 1ª à 4ª séries do ensino fundamental. Os estabelecimentos são dotados de prédios próprios, dotados de quadra esportiva coberta, laboratório de informática, biblioteca, cozinha e sala de professores.

A merenda escolar contará com cozinha industrial centralizada, a partir de 2006 atende os alunos de escolas municipais, além de entidades assistenciais. O investimento na aquisição e preparo da alimentação é de R\$ 1,2 milhão - R\$ 115 mil mensais, doze meses por ano, no caso das creches - dos quais 50% bancados pelo município.

O transporte escolar atende 3,3 mil estudantes de escolas estaduais, municipais e particulares, dos ensinos fundamental, médio e superior. São investidos R\$ 2,8 milhões por ano, dos quais 95% do município.

Toledo foi pioneiro na região na implantação do Sistema Municipal de Ensino e Plano Municipal de Educação, através de legislação própria, tendo como órgãos gestores a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Os educandários estaduais somam 26, incluindo o Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEBJA) e Escola Agrícola, com 13.937 alunos matriculados no ensino regular. São 7.907 da 5ª à 8ª séries do ensino fundamental, 5.599 do ensino médio e 431 do ensino supletivo.

No ensino superior, Toledo possui seis *campi* de cinco instituições, das quais duas públicas, uma federal tecnológica e outra estadual *multicampi*, além de quatro extensões, com quarenta cursos de graduação, diversos cursos de pós-graduação e mestrado e oito mil acadêmicos.

No ensino superior, a última conquista de Toledo foi o *campus* da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR), que funcionará em dependências da Fundação Educacional de Toledo (FUNET), a partir do ano letivo de 2007, com Cursos Técnicos em Gastronomia e Superior em Tecnologia de Processos Químicos.

#### **Estrutura Esportiva**

A estrutura esportiva pública de Toledo abrange o Estádio Municipal 14 de Dezembro, Centro Olímpico, Kartódromo Municipal, Pistas de Motocross e Bicicross, uma dezena de ginásios poliesportivos e também uma dezena de campos de futebol e futebol sete, localizados no centro e bairros da cidade, bem como nos principais distritos.

As quadras poliesportivas pertencentes a clubes e associações, incluindo ginásios, igualmente somam uma dezena de unidades. As quadras esportivas cobertas de escolas estaduais e municipais da cidade e interior, são 29.

Na sede do município há também dois miniginásios esportivos, equipados para diversas modalidades e a realização de eventos culturais e comunitários. Essa estrutura possibilitou ao município sediar diversas edições dos Jogos Abertos do Paraná, Jogos Abertos do Brasil e Jogos da Juventude do Paraná.

#### **Pólo Gastronômico**

Toledo possui Selo de Município Turístico da EMBRATUR, é Pólo Gastronômico do Paraná, detém infra-estrutura urbana singular e sedia cerca de quinze eventos gastronômicos, com pratos típicos criados e preparados por entidades e associações locais.

Entre estas atrações destacam-se a Festa Nacional do Porco Assado no Rolete, do Clube de Caça e Pesca; Festa do Leitão na Estufa, do Distrito de Vila Nova; Festa do Leitão a Sarandi, do Distrito de Novo Sarandi; Festa da Ovelha e do Costelão a Fogo de Chão, do Distrito de São Luiz do Oeste; Michelfest, do Distrito de São Miguel; Festa do Leitão à Paraguaia, da localidade de Linha São Salvador; Festa Nacional do Frango, do Distrito de Dez de Maio; Festa do Porco a Pioneiro da Vila Pioneiro; Festa do Costelão Desossado à Mandioca, do Jardim Santa Maria; Festa do Leitão Desossado e Recheado à Mandioca, do Distrito de Concórdia do Oeste; Festa do Leitão Desossado à Xaxim, da localidade de Xaxim; Ipiranga Fest, do Distrito de Vila Ipiranga; Festa do Porco Recheado e Assado ao Forno, da localidade de Linha de São Paulo; Brüderfest, do Distrito de Dois Irmãos; Festa do Milho, da localidade de Bom Princípio; Festa do Peru Assado e Recheado, da localidade de Cerro da Lola; Festa da Paleta Desossada e Recheada, da Paróquia de São Francisco de Assis, do Jardim COOPAGRO; e Festa do Leitão à Italiana, da Paróquia Menino Deus, do Jardim Porto Alegre.

#### **Qualidade de Vida**

Mais de 98% das ruas e avenidas da sede do município e principais distritos são asfaltadas. As principais comunidades do interior também contam com ligação pavimentada com a sede do município, algumas com calçamento revestido com camada asfáltica.

Estas obras são realizadas através de parcerias da Prefeitura, EMDUR, agricultores e empresas. O mesmo sistema está sendo utilizado para pavimentar outras estradas vicinais, como a que liga a cidade ao Distrito de São Luiz do Oeste.

A meta é asfaltar mais de dezessete quilômetros, mas somente entre janeiro de 2005 e setembro de 2006 já foram contratados e/ou entregues 47 quilômetros, em diversos trechos, beneficiando diversas comunidades do interior.

A cidade também conta com logradouros públicos que são verdadeiras atrações, como o Parque Ecológico Diva Paim Barth, Parque dos Pioneiros, Parque do Rio

São Francisco, Parque Linear do Rio Toledo, Usina do Conhecimento, Centro de Eventos e Convenções Ismael Sperafico e Centro de Eventos da Vila Pioneiro.

Para a implantação de novos loteamentos, a legislação exige redes de água, luz e esgotos, galerias pluviais, pavimentação das ruas, construção de passeios públicos e arborização, além de áreas para construção de prédios e espaços públicos, como praças, escolas, creches e postos de saúde.

#### **Saúde Pública**

Hospital Municipal, Centro de Saúde, Farmácia Escola e dezenove Postos de Saúde, unidades volantes e equipes do Programa Saúde da Família, que oferecem mais de 100.000 atendimentos mensais, entre consultas médicas, serviços odontológicos, exames, medicamentos e ações de saúde preventiva. Toledo vem investindo mais de 15% da arrecadação em saúde pública, como determina a legislação.

#### **Centro Cultural**

Primeira Casa da Cultura e segundo maior Teatro Municipal do Paraná. Conta ainda com Centro Cultural da Vila Pioneira, Museu Histórico Willy Barth, Biblioteca Pública e uma infinidade de outros espaços culturais públicos e particulares. Promove também eventos tradicionais, como Festin, Concurso de Contos Paulo Leminski, Talentos da Terra e Festa do Livro, entre outros.

#### **Meios de Comunicação**

- Duas geradoras de televisão - TV Independência (RIC/Record), fundada em 29 de setembro de 1992; e TV Educativa, fundada em 29 de novembro de 2002.

- Duas emissoras de rádio FM - Rádio Mundial FM, fundada em 1º de outubro de 2001; e Rádio Educativa FM, fundada em 29 de novembro de 2002.

- Três emissoras de rádio AM - Rádios Guaçu, fundada em 05 de dezembro de 1955; União, fundada em 1º de maio de 1978; Integração, fundada em 15 de julho de 1993.

- Dois jornais diários - Jornal do Oeste, fundado em 20 de maio de 1984; e Gazeta de Toledo, fundada em 03 de dezembro de 1994.

- Três jornais semanários - Folha da Região, fundado em 14 de maio de 2001; Face da Notícia, fundado em 09 de outubro de 2004; e Anuncie Negócios, fundado em 26 de outubro de 2000.

- Duas revistas mensais - Cristo Rei, fundada em 1º de novembro de 1996; e Versões, fundada em 1º de julho de 2005.

#### **INDICAÇÃO Nº 020/07**

##### **SÚMULA:**

Propõe a implantação em Campo Mourão de uma Biblioteca Cidadã.

Sra. Secretária de Estado da Cultura.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A criação e implantação, em Campo Mourão, de uma Biblioteca Cidadã.

II - A Biblioteca Cidadã representará uma maior democratização da cultura e do conhecimento, onde toda a comunidade de Campo Mourão terá acesso à informação e entretenimento.

III - O acervo inicial, com 2000 (dois mil) volumes, atenderia às necessidades intelectuais, educativas e de lazer da população mourãoense. Este acervo deverá compor-se de livros de consulta e leitura, literatura infantil, som e audiovisual.

IV - O Poder Legislativo de Campo Mourão nos encaminhou requerimento aprovado por unanimidade em Plenário, solicitando esta implantação, por tratar-se de uma reivindicação antiga dos moradores e em especial dos estudantes.

Ainda, aproveito e ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### **INDICAÇÃO Nº 021/07**

##### **SÚMULA:**

Propõe a instalação de um Batalhão da Polícia Militar no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Comandante da Polícia Militar do Estado.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa. e ao Sr. Comandante, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A instalação de um Batalhão da Polícia Militar no Município de Sarandi.

2) A solicitação justifica-se tendo em vista inúmeras solicitações de moradores do município e região, que tem uma população de mais de 100.000 habitantes, que se sentem inseguros tendo em vista o grande número de atos de violência ocorridos recentemente, trazendo preocupação à comunidade local.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) DR. BATISTA

### **Requerimentos**

#### **REQUERIMENTO Nº 508**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno regime de urgência ao Projeto de Lei nº 149/07 - Mensagem nº 009/07, que altera o artigo 3º, da Lei nº 15.464, de 31 de janeiro de 2007.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

#### **REQUERIMENTO Nº 507**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de



suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 066/07 de minha autoria, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Rural do Paraná, com sede e foro no Município de Londrina; tendo em vista que a referida entidade já foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 7.888 de 06 de agosto de 1984.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 114/07, de minha autoria, que objetiva alterar a Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento do Projeto de Lei nº 554/06, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, de minha autoria, que se encontra arquivado.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente:

Solicita o encaminhamento à Mesa Executiva, requerendo a realização de Sessão Solene no dia 17 de maio de 2007, às 19h, em homenagem aos Agentes Comunitários de Saúde, em razão da comemoração de seu 8º aniversário.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 04 de abril para o período da manhã, às 10h.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr.

Alfredo Thomé, ocorrido no dia 17 de março passado, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, 26.03.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ubiramar José Binhara, ocorrido em 09 de março do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Senhorinha Chupil, aos 88 anos de idade, ocorrido em 16 de março do corrente, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria José do Nascimento, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do Município de Reserva, através de seu Prefeito, Sr. Frederico Bittencourt Hornung, pela passagem na data de hoje, do aniversário de emancipação política do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Av. Cel. Rogério Borba, nº 746 CEP 84320-000 - Reserva/PR.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

# REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à Concessionária de Rodovias Integradas S.A. - RODONORTE, através de seu Diretor-Presidente, Sr. Silvio R. Marchiori, pela iniciativa de instalar, em parceria com o DER/PR e Polícia Rodoviária Estadual, radares na descida da Serra do Purunã, assim como pela importante campanha educativa de trânsito que foi implantada com a inserção de faixas com forte impacto visual contendo mensagens educativas.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a RODO-NORTE, Rua Afonso Pena, 87, Vila Estrela, CEP 84040-170, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

# REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à jornalista ponta-grossense, Joice Hasselmann, âncora da Rádio BandNews FM, pela brilhante carreira que vem construindo e que, apesar de diversos convites para trabalhar nas Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, optou por permanecer no Paraná. Merece também nossas congratulações pelo prêmio recebido da OCEPAR - Organizações das Cooperativas do Estado do Paraná - pelo documentário que produziu, chamado "BandNews.doc", onde abordou as dificuldades dos pequenos agricultores e como a união destes através de cooperativas pode dar certo, citando como exemplo que deu certo a cooperativa COCAMAR.

Requer ainda, que se dê ciência à mesma através de correspondência a ser encaminhada à Rua Luiz Pelegrino Toaldo, 200, sob. 03 - Bairro Santa Felicidade - CEP 82320-270 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

# REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações a S. Exa. Revma. Dom Odilo Pedro Scherer, pela nomeação ao cargo de Arcebispo, assinada pelo Papa Bento XVI, para a Arquidiocese de São Paulo.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Filho de Edwino Scherer e Wilma Francisca Steffens Scherer, pioneiros do Município de Toledo, residentes no Distrito de Dois Irmãos, desde 21 de setembro de 1951. Dom Odilo tinha 2 (dois) anos quando da chegada em Toledo. Entrou para o Seminário Diocesano de Toledo no ano de 1962 e em 1976 foi ordenado sacerdote na Paróquia de Quatro Pontes.

Foi 1º Reitor do Seminário Maria Mãe da Igreja em Toledo, e Reitor e professor do Seminário Diocesano São José em Cascavel. É mestre em Filosofia e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Professor nas Faculdades UNIOESTE e de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI de Londrina, Reitor do Seminário Teológico de Cascavel e Diretor do Centro Interdiocesano de Teologia. Bispo Auxiliar de São Paulo, também foi alçado ao cargo de Secretário-Geral da CNBB e Secretário-Geral Adjunto da Conferência Geral do Episcopado da América Latina e Caribe. Soube com humildade e sempre iluminado, percorrer as vias da Igreja Católica, e merecidamente se credenciou ao elevado posto da estrutura eclesial brasileira.

O povo do Paraná, através de seus representantes na Assembléia Legislativa, sente-se orgulhoso com seu filho ilustre e apresenta os cumprimentos, desejos de muito sucesso e votos de congratulações.

# REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a FUNEF - Fundação de Estudos das Doenças do Fígado - Hospital São Vicente.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a FUNEF - Fundação de Estudos das Doenças do Fígado - Hospital São Vicente, por ocasião da comemoração dos cinco anos de relevantes serviços prestados na área da saúde.

# REQUERIMENTO Nº 492

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Columbia.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem à Columbia, por ocasião da comemoração das Bodas de Platina, nestes 65 anos de atuação no mercado brasileiro, prestando relevantes serviços com qualidade e dinamismo.

**REQUERIMENTO Nº 493**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Niponsul.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem à Niponsul, concessionária Honda em Curitiba, pelo exemplo de responsabilidade social, promovendo a ação solidária Niponsul Happy Days em prol da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas.

**REQUERIMENTO Nº 494**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Colégio JoãoPaulo II.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Colégio João Paulo II, tradicional instituição de ensino no Município de Pinhais, por ocasião da comemoração dos 25 anos de fundação, com relevantes serviços prestados na área da educação.

**REQUERIMENTO Nº 497**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Colégio OPET.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Colégio OPET, pelo sucesso do projeto Cidade Mirim Opet, um exemplo do exercício da cidadania, formando nossas crianças.

Destacamos nesta ocasião a posse dos alunos eleitos para a gestão 2007.

**REQUERIMENTO Nº 498**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Pequeno Cotelengo do Paraná - Dom Orione.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Pequeno Cotelengo do Paraná - Dom Orione, por ocasião da comemoração dos

42 anos de fundação, com relevantes serviços prestados à comunidade.

**REQUERIMENTO Nº 499**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Crystal Palace Hotel.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Crystal Palace Hotel, localizado no Município de Londrina, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes, oferecendo atendimento personalizado, com qualidade e eficiência.

**REQUERIMENTO Nº 515**

Senhor Presidente:

REQUER seja encaminhado à Mesa Executiva, solicitando voto de louvor a empresa Martins Alves Contabilidade e Administração de Bens Ltda, pelos excelentes serviços prestados a seus clientes.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**REQUERIMENTO Nº 528**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Neves de Lara e Laudicéia Maria de Souza de Lara, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata, em 25 de julho de 2006.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas.

O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito. Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja endereçado expediente à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura, solicitando a urgente instalação de uma Biblioteca Cidadã, em Campo Mourão, município centro de um forte pólo regional e que, lamentavelmente, ainda não possui essa importante biblioteca.

Vale ressaltar que a Câmara Municipal, na figura de seu ilustre Vereador Edson Silva de Lima, também já se mobilizou na busca dessa valiosa conquista cultural, que, após ser implantada, trará enorme contribuição cultural para a juventude de Campo Mourão e região.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

# REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação dos nobres Pares, seja endereçado expediente à S. Exa. Dr. Heron Arzua, Secretário da Fazenda, solicitando que não seja desativada a Agência de Rendas do Município de Iporã.

Esse fechamento poderá ser encarado por muitos como um retrocesso de Iporã, cidade pujante, dotada de um forte comércio e com uma população trabalhadora.

Vale lembrar que a Câmara Municipal, através de seus ilustres Vereadores Lourdes Aparecida da Silva Narcizo e João Toledo Coloniezi, também está solidária com o movimento que visa garantir a continuidade da Agência de Rendas de Iporã.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

# REQUERIMENTO Nº 542-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expedientes aos Exmos. Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, solicitando que seja aprovado, já para as próximas eleições, o fim da reeleição para Presidente da República, Governador e Prefeito.

Cinco (5) anos é o tempo ideal de mandato para os ocupantes desses cargos.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Está provado que a reeleição não deu certo, de um modo geral as autoridades executivas não têm apresentado bons rendimentos administrativos no segundo mandato. Acomodam-se no cargo e os munícipes acabam sendo prejudicados.

# REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual do Paraná, Rosane Ferreira, do Partido Verde, que subscreve ao final, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, informações sobre as recomendações técnicas para a recuperação das áreas de lavra de areia em ecossistemas de várzea da Região Metropolitana de Curitiba, que atendam a Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a atividade minerária responsável, legalmente constituída e ambientalmente sustentável é de suma importância para o desenvolvimento da infraestrutura e construção civil do Estado do Paraná.

É de interesse deste gabinete conhecer as recomendações técnicas da SEMA em relação a recuperação das áreas degradadas do ecossistema de várzeas do Rio Iguaçu, que atendam o disposto na Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006, artigo 32 da referida lei.

# REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, solicitando os seguintes documentos e informações:

- Quais contas foram pagas pelo Ministério Público do Paraná em janeiro de 2007 referentes ao exercício de 2006? Relacionar e anexar cópias dos documentos.

- Qual foi o valor pago pelo Ministério Público do Paraná com as despesas de pessoal no exercício de 2006?

- Houve extrapolação do valor constitucionalmente previsto? Em caso de resposta afirmativa, em quanto extrapolou o limite constitucional?

- Ainda em caso de resposta afirmativa ao quesito anterior, por que foi necessário este excesso?

- Existe mais alguma pendência do Ministério Público do Paraná a ser paga neste ano referente a exercícios anteriores? Em caso de haver, quais são elas? Anexar documentação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

# REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a Exma.

Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Lumina Pupatto, solicitando os seguintes documentos e informações relativos às Universidades Estaduais do Paraná, tendo em vista as constantes manifestações que evidenciam, de forma clara e indiscutível, a grave crise atravessada pelas universidades brasileiras.

Não é gratuito o inequívoco apoio emprestado por Reitores, estudantes, bem como toda a sociedade às frequentes manifestações, já que a situação falimentar das universidades brasileiras e paranaenses é motivo de constantes debates.

Tendo em conta tais fatos e levando em consideração que o Estado do Paraná é mantenedor de cinco universidades e de diversas unidades isoladas de ensino superior, questionamos:

1. Quanto o Estado do Paraná vem aplicando em recursos para o ensino superior desde janeiro de 2003?
2. Qual a quantidade de recursos destinada a cada universidade e a cada unidade isolada de ensino superior mantida pelo Estado, no mesmo período?

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, Virgílio Moreira Filho, solicitando documentos e informações relativos à venda de áreas de florestas por intermédio da Paraná Ambiental, tendo em vista comentários proferidos pelo Sr. Governador do Estado logo após sua posse no ano de 2003 e divulgados pela imprensa, dando conta de indícios de irregularidades.

Disse o Governador que mandou fazer uma auditoria nos contratos e que tal auditoria resultou na assinatura de aditivos de pagamentos que beneficiaram o erário. Cabe aqui informar que em data de 03 de março de 2005 foi encaminhado ao Poder Executivo, Ofício nº 012/05, de nossa autoria, protocolado sob o número 8444190-2, solicitando cópias das referidas auditorias, que talvez por lapso do Presidente da Paraná Ambiental não foi respondido no prazo determinado pelo Decreto nº 253 de 29 de janeiro de 2003. Diante do exposto, solicitamos cópias dos seguintes documentos e informações:

1. cópias da auditoria da empresa Águia Florestal S/A;
2. aditivos realizados nos contratos da empresa acima citada;
3. qual a situação desses aditivos se foram ou não pagos.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

## Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica modificado o artigo 273 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 273. Finda a legislatura, arquivar-se-ão, em qualquer fase de tramitação, todas as proposições apresentadas em legislaturas anteriores, salvo as:

I - de iniciativa popular;

II - de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e os projetos vetados.

Parágrafo Único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor, ou autores, dentro dos primeiros 180 dias da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de resolução visa alterar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Atualmente, os projetos de lei não votados até o final da legislatura, são automaticamente arquivados na legislatura seguinte. Assim, o presente projeto de resolução visa implantar um mecanismo que possibilite o salvamento das proposições arquivadas.

Sendo assim, visando definitivamente a melhor forma de se atender os princípios que regem o processo legislativo, o Deputado que ao final subscreve apresenta esta proposição de resolução.

Para tanto, invocamos o apoio dos nobres Pares.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 151/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu, com sede no Município e Foro de Araucária.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu, fundada em 06 de maio de 2001, têm por finali-

dade reivindicar as necessidades da comunidade em que está inserida, bem como promover e contribuir para a formação e o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da vida comunitária entre os moradores.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade no seio da comunidade a que se destina representar, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 06.242.972/0001-79, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como Entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 152/07**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a AMOSHAS - Associação de Moradores do Jardim Shangai e Jardim das Américas, com sede no Município e Foro de Araucária.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

A AMOSHAS - Associação de Moradores do Jardim Shangai e Jardim das Américas, fundada em 25 de maio de 2005, em por finalidade reivindicar as necessidades da comunidade em que está inserida, bem como promover e contribuir para a formação e o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da vida comunitária entre os moradores.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade no seio da comunidade a que se destina representar, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 07.578.517/0001-01, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como Entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 153/07**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Cria, no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água.

Art. 2º O Programa de Incentivo é direcionado à instalação e utilização de sistemas de aquecimento solar de água em propriedades públicas e privadas.

Art. 3º O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A adoção de políticas públicas e programas de incentivos ao uso de energia limpa (aquecedores solares), nas edificações em geral proporcionará maior acessibilidade à população que será beneficiada pela economia de energia e renda.

Implantando os aquecedores solares de água, nas edificações públicas e privadas, estaremos contribuindo também para a não implantação de novas hidrelétricas, que resultam na perda de fauna e flora, além de desapropriações de áreas agricultáveis, bem como usinas termelétricas que usam como matéria prima o carvão, o gás natural ou óleo combustível, matérias-primas não renováveis e emissoras de gases nocivos ao meio ambiente.

Reduzindo a demanda de energia pelos chuveiros elétricos, estaremos diminuindo o risco de racionamento e o temível "apagão" que já causou tantos problemas à população do país.

As razões supracitadas me levam a apresentar esta proposição e conclamo os Parlamentares a aprovarem a iniciativa em prol de toda a sociedade paranaense.

**PROJETO DE LEI Nº 154/07**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O território do Estado do Paraná é patrimônio natural de seus habitantes e sua conservação e preservação são responsabilidade de seus moradores, para as presentes e futuras gerações.

Art. 2º As obras públicas contratadas pelo Poder Público devem utilizar madeira reflorestada em todo o processo construtivo.

Art. 3º Equipamentos, móveis, utensílios e demais materiais de construção empregados em edifícios públicos deverão ser provenientes de reflorestamento ambientalmente sustentáveis.

Art. 4º Cabe ao Poder Público produzir políticas de gestão ambiental permanente, racional e sustentável para redução do uso e consumo de recursos naturais finitos.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O poder público tem o dever de dar o exemplo à comunidade do Estado do Paraná e determinar o uso racional e sustentável de seus escassos recursos naturais empregados em obras públicas contratadas.

Uma boa parte da madeira para consumo em obras públicas e privadas no Estado do Paraná é proveniente dos Estados da Região Norte do País, muita da qual é derrubada de forma ilegal, favorecendo uma cadeia infinita de contravenções que colaboram para a devastação contínua da mata amazônica.

Ao se estabelecer uma política pública no Estado do Paraná, que obriga a utilização da madeira reflorestada na contratação ou reforma de obras públicas, o Poder Executivo estará colaborando na restrição ao consumo de uma matéria-prima proveniente da mata amazônica que favorece sua destruição e estará sinalizando à sociedade a existência de uma prática sustentável no uso e consumo de um recurso natural que está em risco eminente de extinção a médio prazo.

O Estado do Paraná é auto-suficiente em madeira reflorestada e um grande exportador desta matéria-prima, explorada de forma ambientalmente sustentável.

O território do Estado do Paraná tem 19,9 milhões de hectares, sendo 8,6% de florestas, 25,3% de vegetação secundária e 3,11% de reflorestamento (IAP 1997).

O Estado do Paraná produz 15% do total de madeira serrada do Brasil, sendo que 6.600.000m<sup>3</sup> de madeira para serraria, 5.950.000m<sup>3</sup> são provenientes de reflorestamentos e 650.000m<sup>3</sup> são provenientes de florestas nativas. A indústria madeireira do Estado do Paraná emprega 150.000 pessoas, e esse segmento empresarial está apto a atender a demanda por esse insumo da construção civil, de madeira reflorestada.

Este projeto estará amparado na Constituição Estadual conforme o artigo 207.

## PROJETO DE LEI Nº 155/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Ao condutor e proprietário de veículo automotor que não tenha incorrido em infração de trânsito no período compreendido entre 1º de novembro e 31 de outubro do ano posterior, fica instituído desconto anual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, nos seguintes patamares:

I - 10% (dez por cento) no caso de não ter cometido infração de trânsito no último período referido no *caput* deste artigo, anterior ao exercício de competência do imposto.

II - 15% (quinze por cento) no caso de não ter cometido infração de trânsito no período referido no *caput* deste artigo, correspondente aos dois últimos períodos anteriores ao exercício de competência do imposto.

III - 20% (vinte por cento) no caso de não ter cometido infração de trânsito no período referido no *caput* deste artigo, correspondente aos três últimos períodos anteriores ao exercício de competência do imposto.

§ 1º Os percentuais referidos nos incisos anteriores não serão cumulativos.

§ 2º Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito do Código de Trânsito Brasileiro, de legislação complementar ou de resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 3º O benefício previsto neste artigo também se aplica ao condutor arrendatário em contrato de "leasing", hipótese em que o desconto será concedido no imposto incidente sobre a propriedade do veículo objeto do contrato.

§ 4º Não fará jus ao benefício o condutor, em relação ao veículo de sua propriedade, na hipótese de registro de infração de trânsito cometida por terceiro na condução desse veículo nos períodos referidos no *caput* e nos incisos deste artigo, salvo no caso de furto ou roubo averbado no órgão competente.

§ 5º O proprietário e condutor de veículo automotor que, por cometer infração de trânsito, vier a perder o desconto concedido por esta lei, poderá, nos períodos determinados no *caput* deste artigo e posteriores a infração, obter novamente o direito aos descontos concedidos, progressivamente, iniciando pela hipótese prevista no inciso I deste artigo e atendidas as condições exigidas nesta lei.

§ 6º Para o exercício de competência relativo a 2008, serão considerados:

I - na hipótese do desconto de 10%, o período de 1º de novembro de 2006 a 31 de outubro de 2007;

II - na hipótese do desconto de 15%, o período de 1º de novembro de 2005 a 31 de outubro de 2007;

III - na hipótese do desconto de 20%, o período de 1º de novembro de 2004 a 31 de outubro de 2007.

Art. 2º Para que o contribuinte não faça jus ao benefício previsto no artigo anterior, deverá ter sido notificado da infração, pessoalmente ou através de remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil.

Parágrafo Único. A notificação devolvida por desatualização de endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

Art. 3º O desconto estabelecido nesta lei fica condicionado aos pagamentos do IPVA nos prazos de vencimentos estipulados.

Parágrafo Único. O Poder Executivo informará ao contribuinte o direito ao benefício de que trata esta lei, mediante comunicação em que discriminará o percentual de desconto concedido, com menção ao número e dispositivos desta lei.

Art. 4º Para fins de aplicação automática dos descontos de que trata esta lei, será considerada como data da infração e da inserção do registro desta nos sistemas de informação ao Estado.

§ 1º A interposição de recurso administrativo ou judicial, até o julgamento do recurso ou trânsito em julgado de sentença, não implica a exclusão da infração, resguardando-se o direito ao desconto ora instituído, atualizado monetariamente, se a infração for considerada inexistente pela decisão do recurso ou mesmo por revisão de ofício dos registros referidos no *caput*.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa incentivar o aumento da segurança no trânsito, através do respeito às normas do Código Nacional de Trânsito e de incentivos fiscais que beneficiem os motoristas considerados exemplares.

Destacamos ainda a alta relevância educacional e de segurança no trânsito deste projeto de lei, pois objetiva atenuar a atual situação de desrespeito às normas que disciplinam a matéria, assim como, auxiliar o Estado como ente responsável pela educação e segurança dos motoristas, na diminuição do número de infrações e acidentes de trânsito. É importante frisar que é papel indelegável do Estado assegurar a todos os cidadãos o acesso à educação e à segurança no trânsito, embora saiba-se que apenas estes mecanismos não sejam suficientes para diminuir os elevados índices de acidentes e o aumento progressivo de infrações de trânsito. No intuito de somar esforços junto com os dispositivos legais já existentes, o novo projeto permitirá ao Estado assegurar àqueles que permanentemente observam e respeitam as normas de trânsito, a continuidade desta postura, bem como, incentivará aos demais motoristas a obedecerem as normas do Código Nacional de Trânsito.

Daí por que conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas Parlamentares para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de ordem social.

PROJETO DE LEI Nº 156/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade filantrópica denominada AMOA - Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem, com sede e foro no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6.994/78 com as alterações dadas pelas Leis nº 8589/87 e 12816/99, que dispõem sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedade Civil, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de Utilidade Pública a AMOA - Associação Medianeirense de Otimização da Aprendizagem, com sede e foro no Município de Medianeira/PR.

Sem fins lucrativos, fundada em 21 de dezembro de 2005, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com o seu estatuto, de dar atendimento interdisciplinar, orientação e o desenvolvimento de programas de Educação Especial, complementando e integrando o atendimento educacional da Escola Regular. Atendimento gratuito às pessoas com necessidades especiais, sem qualquer discriminação na área da D.M. e outras, Ensino Supletivo e Ensino Profissionalizante. Assegurar melhoria na qualidade de vida às pessoas com necessidades especiais, proporcionando-lhes o pleno exercício de cidadania; participar das definições de políticas municipais, estaduais e federais.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 157/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia do Ouvidor, no âmbito do Estado do Paraná, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de março e passarão a integrar o Calendário de Eventos e Datas Comemorativas do Estado do Paraná.

Art. 2º As atividades alusivas ao Dia do Ouvidor serão desenvolvidas e difundidas pelas entidades representativas no Estado do Paraná.



Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O Dia do Ouvidor foi criado em 2001, durante o VI Encontro Nacional de Ouvidores/Ombudsman, realizado em Recife - Pernambuco. Essa data, 16 de março, também marca a criação da Associação Brasileira de Ouvidores - ABO, no ano de 1995, em João Pessoa - Paraíba.

As Ouvidorias são estruturas que favorecem o controle sobre o setor público através do acolhimento de manifestação da sociedade.

A presença do Ouvidor na Administração Pública deve-se à iniciativa independente dos Gestores Públicos que, no desenvolvimento do processo de modernização de cada Instituição e dentro do seu universo de atuação, identificaram a Ouvidoria como o melhor canal de comunicação para se relacionar com a sociedade.

No dia 25 de março de 1986, Curitiba foi consagrada como a primeira cidade brasileira a instituir e manter, até os dias de hoje, uma Ouvidoria Geral. A partir dos resultados obtidos em Curitiba, a função de Ouvidor-Geral, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo foi instituída no Estado do Paraná, através do Decreto Estadual nº 22, de 15 de março de 1991, sendo criada a Ouvidoria Geral do Estado do Paraná.

Dá para frente, as administrações diretas e indiretas do Poder Executivo do Estado do Paraná, igualmente, passaram a instituir tais canais de acesso direto aos seus consumidores e cidadãos em geral.

Apenas nove anos após a bem sucedida experiência pioneira da Cidade de Curitiba ter instituído formalmente a sua função de Ouvidor, e que outras iniciativas foram ocorrendo de forma esparsa pelo Brasil, é que em março de 1995 foi fundada a Associação Brasileira de Ouvidores - ABO, com a finalidade maior de congregar tais experiências e de divulgar no país os importantes resultados obtidos na defesa dos direitos dos cidadãos.

Dito isto, mais que justo é que o Estado do Paraná, como pioneiro na criação de Ouvidorias e nomeação de Ouvidores, tenha uma data comemorativa, de modo a prestar homenagens aos Ouvidores e às Ouvidorias que são os órgãos de defesa dos direitos do cidadão, comprometidos com as questões sociais e com a cidadania, buscando sempre contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a instituição desta data comemorativa no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 158/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o doador de sangue do pagamento de taxas de inscrição

nos concursos públicos realizados pela Administração Direta, Indireta, Fundações Públicas e Universidades Públicas do Estado.

§ 1º Para ter direito à isenção, o doador terá que comprovar a doação de sangue, que não poderá ser inferior a 3 (três) vezes em um período de 12 (doze) meses.

Art. 2º Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta lei, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

Art. 3º A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo incentivar a doação de sangue nos hospitais e bancos de sangue em nosso Estado.

Atualmente observamos a dificuldade que as entidades coletoras enfrentam para atrair os doadores de sangue em função até mesmo da disponibilidade dos doadores.

O Brasil precisa hoje de 5.500 bolsas diariamente, e nem sempre consegue administrar as coletas em virtude da falta de doadores.

Requeremos a provação do projeto para assim incentivar a doação de sangue, antecipando o pronto atendimento nos bancos, assegurando a participação em concursos públicos.

PROJETO DE LEI Nº 159/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentas do pagamento de taxas para obtenção de 2ª via de documentos públicos pessoais aqueles que comprovadamente estiverem desempregados ou recebam até (dois) salários mínimos.

Parágrafo Único. O benefício previsto no *caput* deste artigo será concedido a um mesmo portador apenas uma vez ao ano.

Art. 2º a comprovação a que se refere o artigo anterior dar-se-á através da apresentação da Carteira de Tra-

balho e/ou atestado de pobreza fornecido pelo Poder Público.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Considerando o alto nível de desemprego em nosso Estado e a necessidade do candidato a qualquer ocupação ter em dia seus documentos é que propomos o presente projeto de lei, para podermos facilitar o acesso das pessoas ao emprego.

Quando o cidadão perde ou tem roubado seu documento, automaticamente perde sua cidadania, fazendo com que a burocracia e o alto custo para a obtenção dos documentos deixe cada vez mais pessoas sem os mesmos.

Assim, elencamos a importância da aprovação deste projeto para podermos dar o mínimo de assistência aos desempregados e pessoas de baixa renda.

PROJETO DE LEI Nº 160/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Parque Tingui, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, instituída em 20 de maio de 2004, tendo sua sede na Cidade de Curitiba, à Rua Joaquim Gonçalves Ledo, 35, Parque Tingui. Desde então vem desenvolvendo suas atividades, sem fins lucrativos, em prol dos moradores do bairro que representam.

Atualmente com sede na residência da própria Presidente, prestam vários serviços na área social, como doações de roupas, cobertores e outros para as famílias mais necessitadas. Cursos são oferecidos. Até mesmo a alfabetização de carentes do bairro a Associação realiza.

Dá a importância da aprovação da presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 161/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do São Caetano, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade não governamental, instituída em 23 de outubro de 2005, tendo sua sede situada a Rua José Vilsek, nº 130, Bairro São Caetano, Balsa Nova.

Conforme breve relatório anexo das atividades desenvolvidas por esta entidade, podemos observar a importância da aprovação da presente proposição como forma de incentivo e reconhecimento às relevantes atividades prestadas em prol do interesse público.

PROJETO DE LEI Nº 162/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho.

Art. 2º A Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho será realizada na terceira semana do mês de setembro de todos os anos vindouros.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Milhares ou milhões? Infelizmente, as estatísticas oficiais ainda não qualificam, adequadamente, a ocorrência anual de acidentes do trabalho no Brasil. Segundo as últimas estatísticas da Previdência Social, os acidentes com lesão foram da ordem de 500.000 no período de um ano, sendo que aproximadamente 2700 desses acidentes resultaram na morte do trabalhador.

Desde aqueles que ocorrem sem lesão ou danos visíveis até os fatais, os acidentes no trabalho são objeto de estudo de um setor que, entre outras denominações, intitula-se de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

O acidente é, por definição, um evento negativo e indesejado do qual resulta uma lesão pessoal ou dano material. Essa lesão pode ser imediata (lesão traumática) ou mediata (doença profissional). Assim, caracteriza-se a lesão quando a integridade física ou a saúde são atingidas. O acidente, entretanto, caracteriza-se pela existência do risco.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, apresenta a seguinte definição para o acidente do trabalho: *é a ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal (NBR 14280/01, Cadastro de Acidentes do Trabalho - Procedimento e Classificação).*

Muitas vezes o acidente parece ocorrer sem ocasionar lesão ou danos, o que, a princípio poderia contradizer a definição acima apresentada. Alguns autores chamam esses acidentes de incidentes ou de “quase-acidentes”. Outros autores, preservando a definição, os chamam de “acidentes sem lesão ou danos visíveis”. Nesse caso o prejuízo (dano) material pode ser até mesmo a perda de tempo associada ao acidente.

Exemplifico aqui dois acidentes com lesão:

1) Acidente: exposição do trabalhador a ruído excessivo. Causa: ausência de isolamento acústico e/ou não utilização de protetor auricular. Consequência: perda auditiva (doença profissional).

2) Acidente: queda do trabalhador de um andaime. Causa: ausência da proteção lateral do andaime e/ou não utilização de cinto de segurança. Consequência: fraturas diversas (lesões traumáticas) e/ou morte.

O gerenciamento dos riscos associados ao trabalho é fundamental para a prevenção de acidentes. Isso requer pesquisas, métodos e técnicas específicas, monitoramento e controle. Os conceitos básicos de segurança e saúde devem estar incorporados em todas as etapas do processo produtivo, do projeto à operação. Essa concepção irá garantir inclusive a continuidade e segurança dos processos, uma vez que os acidentes geram horas e dias perdidos.

O presente projeto de lei visa o benefício aos trabalhadores no Estado do Paraná buscando condições seguras e saudáveis no ambiente de trabalho, significando proteger e preservar a vida e, principalmente, é mais uma forma de se construir qualidade de vida em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 163/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, com sede e foro no Município de Ivaiporã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional João de Barro, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do Município de Ivaiporã, promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, bem como o bem-estar da comunidade.

Dentre os principais objetivos da Associação, temos a organização e conscientização dos moradores, na

busca de benfeitorias e de direitos que garantam uma vida melhor para a sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 164/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com a formação e desenvolvimento da vida, comunitária.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 165/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14.095 de 17 de setembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APMF, com sede em Boa Esperança e foro no Município de Mamborê.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

Esta alteração da Lei nº 14.095, se deve ao fato da mudança de nome da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APM), agora denominada Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Olavo Bilac - Educação Infantil e Ensino Fundamental (APMF).

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 166/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Cooperativa de Trabalho e Estudo na Área da Toxicomania, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de declarar de Utilidade Pública a Jera - Cooperativa de Trabalho e Estudo na Área da Toxicomania, entidade sem fins lucrativos, que organiza e mantém iniciativas para a redução dos riscos e danos causados pelo uso indevido do álcool e outras drogas. Além disso, desenvolvendo ações na área do tratamento, prevenção, estudo e pesquisa das drogas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 167/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado Professor Moacir Leme da Silva, o Colégio Estadual localizado na Rua Ângelo Godoy, 470, no Bairro Santos Dumont, no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto de lei visa homenagear um dos mais respeitados membros da sociedade cascavelense que muito contribuiu através do seu trabalho, seja na atividade pública ou privada, para o desenvolvimento educacional, econômico e social de Cascavel.

O Professor Moacir Leme da Silva lecionou em Cascavel nos Colégios Estaduais Wilson Joffre, Eleodoro Ébano Pereira, Júlia Wanderlei, Washington Luiz, Polivalente, Marista e Cristo Rei; exerceu a função de Diretor do Departamento de Esportes da Culturest no período de 1984 à 1986; foi Secretário Municipal da Cultura, Esporte e Turismo entre 1986 à 1988; em 1992 assumiu a Secretaria Municipal de Administração e posteriormente a Chefia de gabinete da Prefeitura de Cascavel; foi fundador do Colégio Cristo Rei, Presidente da Associação de

Professores do Paraná, Sub-Sede de Cascavel, Diretor do Cascavel Esporte Clube, bem como foi responsável pela implantação do 3º grau no Município de São Miguel do Iguaçu, com a criação da União de Ensino Superior do Iguaçu - UNIGUAÇU, razão pela qual propomos esta justa e merecida homenagem.

Conforme se observa através da fotocópia do Ofício nº 167207, da Secretaria de Estado da Educação, aquela Pasta, consultada sobre projeto de lei, nesse sentido informa que não há impedimento quanto à denominar de Professor Moacir Leme da Silva o prédio escolar em referência.

PROJETO DE LEI Nº 168/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Estado do Paraná adotará, obrigatoriamente, em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos, que venham a ser construídos a partir desta lei, dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água.

Art. 2º Os dispositivos hidráulicos consistem em:

I - torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios, acionadas manualmente e com ciclo de fechamento automático ou acionadas por sensor de proximidade;

II - torneiras com acionamento restrito para áreas externas e de serviços;

III - bacias sanitárias com volume de descarga reduzido (VDR);

IV - sistema hidráulico que permita o reaproveitamento da água proveniente de chuveiros, banheiras, tanques e máquinas de lavar para a descarga nos vasos sanitários ou para uso não potável, como lavagem de calçadas e áreas externas.

Art. 3º O Poder Executivo poderá adotar outra tecnologia, diversa da acima especificada, desde que possibilite o controle e a redução de consumo de água, em proporções iguais ou superiores a proporcionada pelos mecanismos indicados por esta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O rato-canguru é um pequeno mamífero que, mesmo vivendo no deserto, passa a vida inteira sem tomar uma gota d'água sequer. Logo, imagina-se que a água não é necessária para a sobrevivência deste minúsculo roedor. Ledo engano: para o rato-canguru, a água é tão indispensável quanto para você ou para mim. Como num passe de mágica, ele a extrai de sementes ricas em

lipídeos, que ingere. Pode-se dizer que ele fabrica a própria água, através de seu inusitado metabolismo. Entretanto, sabemos que a planta de cuja semente ele se alimenta não vive sem água. Dessa forma, embora o rato-canguru passe a vida sem beber, ele “bebe” a semente que bebeu do solo. Então, até este pequenino vivente que por aparência, despreza a água, não suportaria viver sem ela um dia sequer!

Assim, como todos os que vivemos neste planeta, sem a água, não haveria nele nenhuma forma de vida das que hoje conhecemos.

Como neste último 22 de março, comemorou-se o Dia Mundial da Água, é bom refletir um pouco sobre esta que pode ser tida, sem exageros, como a fonte de toda a nossa vida.

A água é um bem finito e esgotável. Portanto, a água, própria para a vida, pode tornar-se escassa ou até acabar.

Tornar-se escassa quando a vegetação de uma nascente ou das margens de um rio é retirada por completo. Se isso acontece, os lençóis subterrâneos fogem para as camadas mais profundas do solo, tornando-se quase inacessíveis.

Acaba, quando a poluição é tamanha que a despoluição torna-se impraticável. Há poluentes que comprometem irreversivelmente a potabilidade da água.

As cidades abrigam 65% da população mundial. Os dejetos de tanta gente amontoados, quase sempre acabam dentro dos rios. São o esgoto das casas, dos hospitais, das indústrias e o lixo das ruas lavadas pelas chuvas.

No campo, onde vivem os 35% da população, escassez e poluição agem de forma combinada. A primeira, em razão do desmate. A segunda, pelo uso dos agrotóxicos que, também pela chuva e pelo vento, vão parar dentro dos rios.

Com o desmate, o solo fica à mercê da chuva e do vento. A cada ano, o mundo perde 75 bilhões de toneladas de terra para dentro de lagos, rios e oceanos. Perde-se duas vezes: a água altera sua qualidade e o solo perde sua fertilidade.

Água poluída é um eficiente veículo de disseminação de doenças. No Brasil, de cada dez episódios de doenças, sete estão relacionados com a água.

Dados oficiais, de 2002, assinalam que nosso país investiu 0,02% do orçamento federal em saneamento básico (água e esgoto). Ou seja, nada.

Se mais escassa a água, maior a venda da água engarrafada. Hoje, um litro de água mineral custa mais que um litro de gasolina. A escassez é ruim para uns e estupidamente boa para uns outros.

Não é à toa que a privatização das estatais de água está em plena ascensão. Sem dúvida, este será um dos mercados mais rentáveis nos próximos anos.

A água como um bem público, fora do comércio é a bandeira dos que pretendem um ambiente saudável e de oportunidades iguais para todos.

Porém, em matéria de água, parece que estamos cutucando a onça com vara curta. E, é bom não brincarmos com coisa séria.

Como diz o arquiteto americano Buckminster Fuller: “O fato mais importante a respeito da espaçonave Terra: ela não vem com manual de instruções”.

Sábias palavras...

Buscar meios para diminuirmos a utilização da água tratada, garantindo assim um uso racional desse elemento tão caro para a vida é uma obrigação de todos.

Medidas simples como as propostas no presente projeto de lei poderão garantir que o Poder Público faça a sua parte no que tange a economia de água. Dispositivos que reduzam o volume e o tempo de uso da água garantem essa economia, ao mesmo tempo em que educam os usuários a utilizarem a água de forma mais correta e responsável. A utilização de meios para que os prédios públicos façam uso de água de reuso, mais do que economia e uso racional da água garantirá menores gastos com tratamento de esgoto, além da própria diminuição do consumo da água. Estudos realizados demonstram que o reaproveitamento da água para as descargas, e uso externo (lavar calçadas, etc) podem diminuir o consumo de água em um patamar que oscila entre 40 e 70%, conforme a atividade desenvolvida.

Diante de todos esses dados e, principalmente, diante da importância desse ato, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dará uma contribuição histórica e simbólica na luta pela vida, na luta pela água.

#### PROJETO DE LEI Nº 169/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as empresas projetistas e de construção civil no Estado do Paraná, obrigadas a prover coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva, nos projetos de empreendimentos residenciais que abriguem mais de 25 (vinte e cinco) famílias ou nos empreendimentos comerciais com mais que 100 (cem) m<sup>2</sup> de área construída.

Art. 2º Os Poderes Públicos ficam obrigados a instalar e projetarem coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva em todos os projetos e construções de prédios públicos, ou que se utilizem de recursos do Tesouro.

Art. 3º A caixa coletora de água da chuva será proporcional ao número de unidades habitacionais nos empreendimentos residenciais ou à área construída nos empreendimentos comerciais.

Parágrafo Único. As caixas coletoras de água da chuva serão separadas das caixas coletoras de água potável, a utilização da água da chuva será para usos secundários como lavagem de prédios, lavagem de autos, de

jardins, limpeza, banheiros, etc..., não podendo ser utilizadas nas canalizações de água potável.

Art. 4º As empresas projetistas e de construção civil terão o prazo de 90 (noventa) dias para adequarem seus projetos ao cumprimento desta lei, a contar da data de publicação da presente lei.

Art. 5º Os Municípios do Estado do Paraná só poderão emitir alvará de construção aos projetos que estejam adequados à presente lei.

Art. 6º Os órgãos do Poder Público Estadual, Federal e Municipal poderão fiscalizar a execução e o cumprimento da presente lei.

Parágrafo Único. Os órgãos de que trata o *caput* do presente artigo poderão embargar a obra até que a mesma cumpra os dispositivos apresentados nesta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

A natureza leva quinhentos anos para fazer um centímetro de solo. A enxurrada de uma chuva forte carrega para dentro de um rio, sem mata ciliar, muito mais do que isso em poucos minutos. Em outras palavras: milhares de anos de equilíbrio natural afogam-se, em instantes, nos mananciais que não possuem proteção em suas margens.

No Paraná, o majestoso Rio Ivaí, carente de matas em suas margens, chega a jogar no Lago Itaipu mais de dois milhões de toneladas de sedimentos em um único ano.

Para se ter uma idéia, mesmo em uma propriedade protegida, um hectare de soja perde 780 quilos de solo, por ano, com a erosão natural, causada pelo vento e pela chuva. No Paraná, nas propriedades mal protegidas, já não fossem suficientes as inúmeras motivações ambientais para protegê-las, a terra que se esvai também custa os olhos da cara. Assim, quem perde o solo rico e fértil, por motivos tão estúpidos quanto os de não se fazer mata ciliar, perde duas vezes.

A mata ciliar protege os rios, como os cílios protegem os olhos. Margeando rios, lagos e nascentes, ela é formada de árvores, arbustos, cipós, gramas, flores, frutos. As raízes desta vegetação nativa transformam o solo em uma espécie de esponja, que retém e filtra a água das chuvas. Assim, quanto mais exuberantes são essas matas, mais limpa é a água do rio. Na água menos turva, o sol penetra mais fundo. E, sua luz é a energia de que necessitam as plantas aquáticas para colocarem em marcha as cadeias alimentares que garantem a vida em nossos mananciais. Assim, também podemos dizer que quanto menos mata na margem, menos vida dentro do rio.

Entretanto, a mata ciliar não só impede que se perca. Ela também faz ganhar. Sabe-se, desde há muito, que em nascentes protegidas por vegetação natural, a água é mais abundante e de melhor qualidade. Da mesma forma, cada vez que a vegetação natural é suprimida, os lençóis subterrâneos tornam-se mais profundos e escassos.

Embora o Brasil detenha quase 12% da água potável do mundo, nosso planeta é finito e finitos também são seus recursos naturais. A água é um deles. E, para a vida, disparado, o mais importante.

Dessa forma, ter mais água, e de melhor qualidade, manter o solo fértil e a exuberante vida aquática parece, como na maioria das vezes, ser uma questão de opção. Afinal, nesta matéria, depois de tantas constatações, só erra quem quer.

Entendendo isso, muitos agricultores paranaenses estão refazendo suas matas ciliares. Mesmo, sabendo que perdem parte de sua área, eles recuam suas lavouras, e abandonam o pedaço de chão que antes levava a roça até na beira d'água, a fim de que a vegetação natural reapareça. Onde há pecuária, a cerca cumpre a função de distanciar os animais da área em recuperação. E, já tem gente comemorando o retorno da piscosidade do rio, o aumento do volume e limpeza da água, e a nascente que voltou a jorrar mais forte.

Água é vida. E, nada é mais importante que a vida. Por isso, nada é mais importante que a água.

A responsabilidade para que possamos contar com água encanada potável não pode ser de apenas uma parte da sociedade. O problema não atingirá apenas um segmento, ou uma classe, atingirá a todos.

Recentemente os paranaenses foram alvos de cortes no fornecimento de água devido ao nível muito baixo dos reservatórios estaduais. Utilizar todos os meios para que seja possível diminuir o consumo de água tratada, sem com isso afetar a qualidade de vida da população, é a medida proposta.

A urbanização do Estado e as aglomerações urbanas acabam por impermeabilizar o solo, afetando o ciclo das águas. A consequência desses atos são as inundações e a falta de água. Assim, a medida proposta irá, também, beneficiar essas populações ao passo que coleta e armazena as águas pluviais.

#### PROJETO DE LEI Nº 170/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, através da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, autorizado a oferecer e disponibilizar, gratuitamente, a todas as escolas da rede fundamental de ensino no Estado do Paraná, a conexão e o acesso à rede mundial de computadores, observando-se a presença de

atuação da COPEL e de seu serviço de telecomunicações em cada respectivo Município do Estado.

Art. 2º A presente autorização de prestação de serviço público será celebrada através de convênios que serão firmados entre as Prefeituras Municipais e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, nos quais constarão o número de escolas a serem atendidas, o plano de implantação e a necessidade, com a respectiva medição caso seja necessário, de extensão da rede de cabos ópticos, observando-se o ponto de presença da rede e a distância para cada respectiva unidade escolar.

Art. 3º Em caso de uma unidade educacional, em qualquer que seja o município em que o serviço de telecomunicação da COPEL estiver presente, estar localizada a mais de trezentos metros do ponto de presença dos cabos ópticos, ficarão sob a competência financeira das respectivas Prefeituras, os custos de implantação/extensão de rede, conforme preços praticados pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Art. 4º A COPEL mediante assinatura de convênio com os municípios, para a prestação de serviços de acesso a internet para escolas da rede municipal de ensino, respeitando-se os dispostos já estabelecidos neste projeto de lei, ofertará de forma desonerada as escolas, o link necessário para a respectiva conectividade, observando a quantidade de computadores que serão utilizados pela escola e os Kbps de velocidade a serem empregados, de tal forma que esses possibilitem o bom e pleno funcionamento do serviço.

Art. 5º Fica também a Companhia Paranaenses de Energia Elétrica - COPEL, autorizada a não praticar junto as escolas da Rede Municipal de Ensino, nem com as prefeituras conveniadas, os custos operacionais mensais do serviço de acesso a internet através de linha roteada.

Art. 6º Compete a cada município estabelecer os parâmetros de funcionamento de suas redes locais, bem como as políticas adotadas para a utilização da internet no processo pedagógico.

Art. 7º Fica a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, sendo a provedora do serviço de acesso à internet para as escolas da Rede Municipal de Ensino, e sob sua competência e exclusividade, prestar de forma desonerada aos municípios conveniados e as unidades educacionais, todo o serviço de assistência de rede e conectividade.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.07.  
(a) FRANCISCO BÜHRER

#### JUSTIFICATIVA:

Partindo do princípio constitucional de que a Educação é dever do Estado, e de que a universalização da informação deve ser facilitada como meio de garantir o pleno desenvolvimento sócio-educacional do cidadão, apresentamos o presente projeto de lei, acreditando ser este, mais uma possibilidade real de um processo educacional mais qualitativo, igualitário, acessível e, sobretudo, socialmente justo.

É na visão de que a justa e correta aplicação e utilização do dinheiro público deve ser revertida em favor do povo, que embasamos a idéia de que naquilo que o cidadão foi onerado por tributos e imposto, a ele retorne como benfeitorias e serviços e desta forma, aqui se aplica a lógica do raciocínio.

O Governo do Estado do Paraná, através de suas áreas organizacionais, autarquias e companhias, têm oferecido ao povo paranaense, como marca de gestão pública, a qualidade dos serviços, e neste contexto está a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, eficiente, produtiva e legitimamente paranaense e dos paranaenses.

É justamente aqui, considerando toda a sua capacidade produtiva e o seu aporte tecnológico, que centramos a idéia do presente projeto de lei.

Conforme dados divulgados pela própria Companhia, a COPEL é a maior empresa estatal do Paraná e tem 3,29 milhões de consumidores. O percentual de atendimento chega a praticamente 100% dos domicílios nas áreas urbanas e passa de 90% nas regiões rurais. O universo de consumidores ligados inclui 2,5 milhões de lares, 55.000 indústrias, 275.000 estabelecimentos comerciais e 327.000 propriedades rurais. Em média, a COPEL efetua mais de 70.000 novas ligações a cada ano.

O Governo do Estado do Paraná investiu na COPEL e o resultado foi o desenvolvimento e a aplicação de tecnologia em serviços, como no campo das telecomunicações, onde a Companhia Paranaense de Energia Elétrica anuncia estar presente em 146 cidades. Com mais de 4.475 quilômetros e cabos ópticos instalados no Paraná, possui um sistema em anel SDH para transporte de dados e redes IP/MPLS com redes de acesso metropolitano Giga Bit Ethernet para soluções completas de conectividade de redes e internet.

E foi neste aporte de investimentos que o Governo do Estado ancorou um dos projetos mais revolucionários no campo educacional, do Paraná e do Brasil. O Paraná Digital, utilizando-se desta tecnologia aplicada pela COPEL, está levando internet gratuita a milhares de alunos, de centenas de colégios da Rede Estadual de Ensino.

Assim, nossa proposta está resumida a apenas disponibilizar a utilização do que já existe, beneficiando também outros milhares de alunos de escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação.

Queremos apenas estabelecer e garantir o direito universal da igualdade, permitindo a possibilidade do acesso à informação, ao desenvolvimento do intelecto, do

social e do educacional, visando uma formação mais completa do indivíduo e do cidadão.

Assim, peço aos nobres Pares, deste egrégio Poder Legislativo, que defiram a este nosso projeto de lei, em benefício e a favor dos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 171/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador Fernando Collor de Mello.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

**JUSTIFICATIVA:**

Filho de Arnon Afonso de Farias Mello e Leda Collor, nasceu na então Capital da República, mas viveu sua infância e juventude entre as Cidades de Maceió, Rio de Janeiro e Brasília, em razão da carreira política de seu pai, concluindo seus estudos secundários na nova Capital Federal, onde estudou Economia, sendo graduado pela UPIS - União Pioneira de Integração Social - retornando a Maceió em 1972 para dirigir o jornal Gazeta de Alagoas, tornando-se, no ano seguinte, Superintendente das Organizações Arnon de Mello, de propriedade de sua família. A seguir assumiu a presidência do CSA e contratou Luiz Felipe Scolari como treinador da equipe que se sagrou campeã estadual em 1982, naquela que foi a primeira experiência do gaúcho como técnico de futebol. Antes de voltar ao Nordeste foi estagiário no Jornal do Brasil e corretor de valores. Seu avô materno, Lindolfo Collor, foi eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul nos anos de 1923 e 1927 e foi um dos líderes da Revolução de 1930 sendo nomeado por Getúlio Vargas o primeiro titular do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de onde se afastou em 1932, ao romper com o Presidente, tendo participado da Revolução Constitucionalista daquele ano. Seu pai foi eleito Deputado Federal em 1950, governou Alagoas entre 1951 e 1956 e foi eleito Senador em 1962, 1970 e 1978, falecendo no exercício do mandato.

**Caçador de Marajás**

Fernando Collor iniciou sua carreira política na ARENA e foi nomeado Prefeito de Maceió em 1979 pelo então Governador Guilherme Palmeira, cargo ao qual renunciou em 1982, ano em que foi eleito Deputado Federal pelo PDS. Nessa qualidade, votou a favor das Diretas Já em 25 de abril de 1984 e com a derrota dessa proposição votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Filiou-se depois ao PMDB e seria eleito Governador de Alagoas em 1986, derrotando o candidato do PFL, Senador Guilherme Palmeira, o

homem que anos antes abrira as portas de sua carreira política.

Durante sua gestão empreendeu uma estratégia de combate aos funcionários públicos abastados, que recebiam altos salários em contraste com a pífia remuneração da maioria, fato que o fez ser conhecido nacionalmente como “Caçador de Marajás”. Outro embate de vulto aconteceu quando anunciou a cobrança de 140 milhões de dólares dos usineiros do Estado para com o Banco do Estado de Alagoas. Entre uma disputa e outra teve seu mandato ameaçado, ora por uma ameaça de intervenção federal no Estado (fruto de sua recusa em pagar os altos salários aos “marajás”, após a vitória destes em julgamento do Supremo Tribunal Federal) ora por um pedido de impeachment devido ao seu radical programa de enxugamento da máquina administrativa alagoana, feito à base de demissões de funcionários públicos e extinção de cargos, órgãos e empresas públicas.

**Presidenciável**

Graças a essa postura de “guardião da moralidade”, Collor fez uso de uma elaborada estratégia de marketing com o fito de captar os temas e anseios que permeavam a população. Segundo os jornalistas Mário Sérgio Conti e Cláudio Humberto Rosa e Silva, seu discurso reproduzia o que diziam os institutos de pesquisa, variando conforme a necessidade momentânea, fosse o combate à corrupção ou a vertiginosa taxa de inflação, por exemplo. Em 21 de outubro de 1987 foi o único dos governadores peemedebistas a defender um mandato de quatro anos para o Presidente Sarney, o que anteciparia as eleições para o ano seguinte, e dentro desse contexto sua intenção de disputar o cargo passou de simples cogitação a intenção real e nisso movimentou-se junto ao PMDB, apresentando-se, ora como candidato à vice-presidência numa chapa encabeçada pelo Senador Mário Covas, ora tencionando a indicação do Partido, mesmo que isso significasse enfrentar o vetusto Deputado Federal Ulysses Guimarães.

Fiel a sua estratégia rumo ao Palácio do Planalto, elegeu o Governo José Sarney como responsável por todas as mazelas e descabros político-administrativos que assolavam o país, postura que o levaria a deixar o Partido e a ingressar no PRN, sucedâneo do minúsculo e irrisório Partido da Juventude - PJ, apresentando-se como candidato no início de 1989, apresentando-se ao eleitorado através de uma série bem elaborada de programas de televisão e passou à condição de alternativa conservadora às eleições daquele ano, cujo panorama apontava dois nomes de esquerda como os preferidos do eleitorado: Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva. Exemplo disso pode ser verificado no livro que Pedro Bial lançou a respeito do jornalista Roberto Marinho, onde o autor relata que o patriarca das Organizações Globo fixou-se inicialmente em Jânio Quadros como seu candidato a Presidente. Contudo, como o veterano político sul-mato-grossense radicado no Estado de São Paulo vivia o ocaso de sua carreira política, Marinho fez nova opção pelo



então Governador paulista Orestes Quércia, considerado um nome mais palatável que os de Mário Covas e Ulysses Guimarães. Entretanto, como as articulações em torno de Quércia malograram, tanto Covas quanto Ulysses lançaram suas candidaturas em um cenário já favorável a Lula (uma “ameaça socialista” aos interesses da sociedade) e Brizola (rejeitado por Roberto Marinho devido a possibilidade de revogar sua concessão de TV, caso eleito), não restou outra alternativa a Marinho senão hipotecar seu apoio a Fernando Collor, opção mais que evidente quando do último debate presidencial daquela campanha, editado de modo a favorecer-lhe o desempenho ante o adversário Lula.

### **Eleições presidenciais**

Renunciou ao governo de Alagoas em 14 de maio de 1989, transferindo o cargo a Moacir Andrade e em seguida iniciou as articulações para a formação de uma chapa viável, de modo a compensar a tibieza de sua origem política em um dos menores Estados da Federação e nesse contexto fixou-se na escolha de um candidato a Vice-Presidente, oriundo do segundo maior colégio eleitoral do país, o Estado de Minas Gerais, escolha que recaiu sobre o Senador Itamar Franco, após as recusas de políticos como Hélio Garcia e Júnia Marise.

Discreto ao longo de toda a campanha, seu candidato a vice ameaçaria renunciar à candidatura por mais de uma vez, mesmo após a sanção da chapa na convenção nacional do PRN, fato que não chegou a ocorrer. Durante a campanha cerrou seu discurso no combate a corrupção e aos altos índices de inflação, apontando ainda o Governo Sarney como inepto, chegando até a classificar o Presidente como “corrupto, incompetente e safado”, o que lhe custou um direito de resposta no horário eleitoral e um processo por calúnia, injúria e difamação, mas nada que impedisse sua ascensão ao primeiro lugar nas pesquisas de opinião, embora Fernando Collor não tenha comparecido a nenhum debate promovido pelos meios de comunicação, durante o primeiro turno da eleição.

Sua performance o credenciou a receber o apoio do espectro político conservador, como ao do PFL que aderiu em massa à sua candidatura ainda no começo da campanha, embora o Partido tivesse Aureliano Chaves como candidato oficial. Em 15 de novembro recebeu 20.611.011 votos contra 11.622.673 sufrágios dados a Luiz Inácio Lula da Silva e assim os dois candidatos passaram ao segundo turno, que se realizaria em 17 de dezembro. Além de Leonel Brizola (que perdeu a vaga no segundo turno por uma diferença de aproximadamente 455.000 votos) foram alijados da disputa políticos oriundos do Estado de São Paulo como Mário Covas, Paulo Maluf, Ulysses Guimarães e Afif Domingos, dentre outros listados na relação de mais de vinte postulantes ao Planalto, oriundos de diferentes Estados do País. Ao longo de um mês de campanha no segundo turno, as forças políticas se reagruparam com vistas ao embate derradeiro e nisso Lula recebe o apoio de Brizola, Covas,

Ulysses e Roberto Freire ao passo que Fernando Collor capitaneou o espólio de Maluf e Afif.

A sociedade civil também se manifestou a respeito de tão renhida disputa: o candidato do PT recebeu o apoio majoritário dos sindicatos, dos movimentos sociais organizados e do MST em contraposição ao suporte maciço dado ao candidato do PRN pelos empresários, meios de comunicação e pelos grandes latifundiários, enquanto que a Igreja Católica se dividiu. Com o decorrer da campanha, as pesquisas de opinião mostravam uma diferença cada vez menor entre os concorrentes e com isso a postura de Collor recrudescceu e atingiu seu ponto crítico quando o programa eleitoral do PRN exibiu um depoimento de Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula, que acusava o petista de ter urdido o aborto de Lurian, filha do casal. Paralelo a isso associou o adversário ao comunismo ao tempo em que a Cortina de Ferro ruía no leste europeu e a União Soviética dava os primeiros sinais de exaustão. A retórica “collorida” ganhou consistência quando houve a queda do Muro de Berlim, em 09 de novembro de 1989, e ainda antes da eleição o seqüestro do empresário Abílio Diniz acabou indevidamente associado a grupos de esquerda interessados na vitória de Lula. Em meio a essa efervescência, o candidato do PRN repetia à exaustão seu plano de governar para os “descamisados” e os “pés descalços” (numa alusão ao eleito-rado mais humilde) de modo a fugir do estigma de “candidato da elite”.

Abertas as urnas, o candidato do PT chegou a liderar parte da apuração, sobretudo graças ao excelente desempenho no Centro Sul do País, mas ao final a vitória coube a Fernando Collor, que obteve 35.089.998 votos contra 31.076.364 votos dados a Lula, que ainda viria a ser derrotado em primeiro turno nas disputas de 1994 e 1998 pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, antes de vencer, em segundo turno, as eleições presidenciais de 2002 a 2006. Sobre o Governo Collor, este teria uma duração de dois anos e meio, sendo que seu titular assumiu a presidência aos quarenta anos e sete meses de idade, o mais jovem político a assumir esse cargo em nossa história. Antes de sua posse, viajou rumo aos Estados Unidos e à Europa, buscando o apoio dos organismos financeiros internacionais à sua proposta de renegociação da dívida externa brasileira, aproveitando também para expor seus planos para a nossa economia. Visando a integração do Brasil aos seus vizinhos sul-americanos viajou também para a Argentina e o Uruguai.

### **Governo Collor**

Oriundo de um Estado politicamente inexpressivo e filiado a uma legenda igualmente tibia, logo, o novo Presidente sentiu a necessidade de compor uma base de sustentação capaz de permitir a implementação de seu programa de Governo, ainda que o próprio Collor não fosse afeito a ciceronear os Parlamentares em seus contatos políticos com vistas a aprovar os projetos de seu interesse. Tal aversão criou um distanciamento entre o Chefe do Executivo e a maioria dos Parlamentares que lhe hipo-

tecavam apoio, mas em regra, seu governo contava com o suporte de políticos do PFL, PDS, PTB, PL, de Partidos conservadores de menor vulto e dissidentes ocasionais.

Nas eleições de 1990, seus aliados venceram no Distrito Federal e na maioria dos Estados, com destaque para o PFL que elegeu nove Governadores, seis dos quais no Nordeste. Tal desempenho compensou as derrotas sofridas em grandes colégios eleitorais como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo. O Curioso é que embora o PRN (Partido de Fernando Collor) tenha elegido dois Senadores e quarenta Deputados Federais, não fez nenhum Governador. No Legislativo, o PMDB manteve a maior Bancada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal e com isso conservou o comando do Congresso para o biênio seguinte, situação em vigor desde o retorno dos civis ao poder em 1985. Ao longo do ano de 1991 investiu grande parte de seu capital político numa negociação destinada a levar o Partido da Social Democracia Brasileira a integrar as fileiras situacionistas, negociação malograda, sobretudo, ante a recusa de Mário Covas.

Quanto à sua equipe, as mudanças ocorreriam logo nas duas semanas posteriores à posse, quando Joaquim Domingos Roriz deixou a pasta da Agricultura e em outubro de 1990 Bernardo Cabral foi substituído no Ministério da Justiça pelo experiente Senador Jarbas Passarinho. No entanto, a mudança mais significativa viria em maio de 1991, quando o Embaixador Marcílio Marques Moreira assumiu o Ministério da Economia confirmando o apreço de Collor por indivíduos de perfil técnico e acadêmico em detrimento dos “políticos de carreira”, tendência que só seria revertida em 1992, quando realizou duas reformas em sua equipe: uma em abril e outra às vésperas de seu afastamento, quando abriu espaço aos quadros políticos conservadores. O curioso é que, ao tomar posse, o número de Ministros nomeados por Collor era o menor dos trinta anos anteriores a 1990 e dentre os agraciados com um cargo no primeiro escalão estava o ex-jogador de futebol Artur Antunes Coimbra, o Zico, que deixaria o cargo após um ano. Com o tempo, o insucesso de sua política econômica e as freqüentes denúncias envolvendo seus auxiliares diretos (incluída a primeira-dama Rosane Malta, Presidente da Legião Brasileira de Assistência) redundaram em um desgaste progressivo de seu governo.

### **Confisco e privatização**

No ano anterior ao início de seu governo a inflação oficial medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística alcançou a inacreditável cifra de 1.764% e em razão desse flagelo o Presidente Collor elegeu como sua prioridade a luta contra a espiral inflacionária através do chamado Plano Brasil Novo, popularmente denominado de Plano Collor. Ousado em sua concepção, o referido plano era a quarta tentativa empreendida pelo Governo Federal visando o combate à hiperinflação, três das quais empreendidas ao longo do Governo Sarney. A situação econômica do país era de tal modo periclitante que a dis-

cussão não girava em torno da adoção de medidas na seara econômica e sim, quando (e como) tais medidas seria implementadas e nisso veio a primeira surpresa: na véspera de sua posse, Fernando Collor fez uma solicitação ao Governo Sarney para que fosse decretado feriado bancário, o que só aumentou as especulações a respeito das medidas que seriam anunciadas.

Empossado numa quinta-feira, o Governo Collor anunciou seu plano econômico no dia seguinte à posse: anunciou o retorno do cruzeiro como unidade monetária em substituição ao cruzado novo, vigente desde 15 de janeiro de 1989 quando houve o último choque econômico patrocinado por seu antecessor. O cruzeiro voltaria a circular em 19 de março de 1990 em sua terceira, e última incursão como moeda corrente nacional visto que seria substituída pelo cruzeiro real em 1993. Além disso, as medidas de Collor para a economia incluíam ainda ações de impacto como: o confisco dos depósitos bancários superiores a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) por um prazo de dezoito meses, visando reduzir a quantidade de moeda em circulação, alteração no cálculo da correção monetária e também na sistemática das aplicações financeiras, redução da máquina administrativa com a extinção ou fusão de ministérios e órgãos públicos, demissão de funcionários públicos e o congelamento de preços e salários (embora tenha sido em seu Governo que os aposentados rurais tenham conquistado o direito de um salário mínimo como benefício básico, ao invés do meio salário mínimo até então vigente). Mesmo sendo confisco bancário um flagrante desrespeito ao direito constitucional de propriedade, o plano econômico conduzido pela Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello foi aprovado pelo Congresso Nacional, em questão de poucos dias.

Bem avaliado em seus dois primeiros meses, o Plano Collor (que seria complementado por uma série de outras medidas em janeiro de 1991) acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920.000 postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano. O descontentamento da elite político-empresarial do país com o arrocho viria a ser aplainado por medidas inspiradas no modelo econômico neoliberal adotado pelo Governo, tais como: a abertura da economia brasileira ao mercado externo (o que facilitou as importações e o ingresso do capital estrangeiro no país), o início do Programa Nacional de Desestatização (cujo marco inicial foi a venda de empresas siderúrgicas) e a modernização de nosso parque industrial, todavia, como faltou a devida regulamentação tais medidas logo perderiam o impacto ante o recrudescimento da crise econômica. Entretanto, a desregulamentação econômica iniciada em seu Governo serviu como paradigma para muitas das medidas adotadas nos anos seguintes, em especial na gestão de Fernando Henrique Cardoso, entre o final do século XX e o início do século XXI.

### **Impeachment**

A maior crise enfrentada pelo Governo Collor tomou forma em junho de 1991, graças a uma disputa

envolvendo seu irmão Pedro Collor e o empresário Paulo César Farias, a partir da aquisição, por este último, do jornal *Tribuna de Alagoas*, visando montar uma rede de comunicação forte o bastante para eclipsar a *Gazeta de Alagoas* e as Organizações Arnon de Mello. Contornada em um primeiro instante, a crise tomou vulto ao longo do ano seguinte, quando a revista *Veja* trouxe uma matéria na qual o caçula do clã alagoano acusava o empresário PC Farias de enriquecer às custas de sua amizade com o Presidente, algo que teve desdobramentos nos meses vindouros: em 10 de maio, Pedro Collor apresentou à revista *Veja* uma camalhaço de documentos que apontavam o ex-Tesoureiro de seu irmão como o proprietário de empresas no exterior e como as denúncias atingiam um patamar cada vez mais elevado, a família interveio e desse modo o irmão denunciante foi removido do comando das empresas da família em 19 de maio, por decisão de sua mãe, dona Leda Collor.

Oficialmente afastado por conta de “perturbações psicológicas”, Pedro Collor não tardou a contra-atacar: primeiro apresentou um laudo que atestava sua sanidade mental e a seguir concedeu nova entrevista a *Veja* em 23 de maio, na qual acusou PC Farias de operar uma extensa rede de corrupção e tráfico de influência na qualidade de “testa-de-ferro” do Presidente, o qual não reprimia tais condutas por ser um beneficiário direto daquilo que ficou conhecido como “esquema PC”. Quarenta e oito horas depois, a Polícia Federal abriu um inquérito destinado a apurar as denúncias de Pedro Collor e no dia seguinte o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a veracidade das acusações. Presidida pelo Deputado Benito Gama, do PFL da Bahia e relatada pelo Senador Amir Lando, do PMDB de Rondônia, a CPI foi recebida com certo desdém pelo Governo, a ponto de Jorge Bornhausen, então Chefe da Casa Civil, ter declarado que a comissão “não levaria a lugar nenhum”.

Pouco tempo depois, Fernando Collor foi à televisão e rechaçou as denúncias feitas contra sua administração e com isso sentiu-se à vontade para conclamar a população a sair de casa vestida em verde e amarelo em protesto contra as “intenções golpistas” de determinados setores políticos e empresariais interessados em apeá-lo do poder. O apelo, entretanto, teve um efeito inverso ao que originalmente se propunha, pois o que se viu às ruas foram as manifestações de jovens estudantes denominados caras-pintadas, em referência às pinturas de seus rostos que, capitaneados pela União Nacional dos Estudantes exigiam o impeachment do Presidente, numa cabala resumida no slogan “Fora Collor!”, repetida à exaustão em passeatas por todo o país a partir de 16 de agosto. Segundo a opinião de diversos sociólogos e cientistas políticos, foi essa mobilização estudantil (reforçada pela participação da sociedade civil organizada e pelos meios de comunicação), o fator decisivo para que as investigações da CPI avançassem e não fossem turvadas pela interferência governamental, ou seja, sem essa

cobrança por parte da sociedade, o afastamento de Collor provavelmente não teria ocorrido, ainda que o “embrião estudantil” da mesma tenha sido taxado como algo “desprovido de idealismo e coerência política” à mercê da manipulação midiática e de grupos políticos de esquerda. Enquanto isso as apurações na CPI colhiam, paulatinamente, uma série de depoimentos e também de documentos escritos que corroboravam os indícios da atuação de Paulo César Farias nos bastidores do poder.

Em 26 de agosto, o relatório final da “CPI do PC” foi aprovado e nele constava a informação de que o Presidente da República e seus familiares tiveram despesas pessoais pagas pelo dinheiro recolhido ilegalmente pelo “esquema PC” que distribuía tais recursos por meio de uma intrincada rede de “laranjas” e de “contas fantasmas”. Como exemplos materiais desse favorecimento foram citadas a reforma na “Casa da Dinda” (residência de Fernando Collor em Brasília) e a compra de um automóvel. Cópias do relatório foram entregues para a Câmara dos Deputados e para a Procuradoria Geral da República e um pedido de impeachment foi formulado, tendo como signatários o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, e o advogado Marcelo Lavenère, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Entregue ao Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, o pedido de impeachment foi julgado procedente em 29 de setembro, por 441 votos a favor e 38 votos contra, com uma abstenção e 23 ausências.

Sobre o dia da votação (transmitida para todo o país pelos meios de comunicação) vale registrar que a mesma transcorreu sob a égide do voto aberto e isso fez com que os Deputados pensassem em sua sobrevivência política, dada a proximidade das eleições municipais de 1992 e o desejo de reeleição em 1994, assim muitos Parlamentares optaram pelo “sim” no momento decisivo, apesar de promessas em sentido contrário, ou seja, votos que eram contabilizados para o Governo migraram para o bloco do impeachment, dois dos quais merecem destaque: o caso do Deputado Onaireves Moura (do PTB do Paraná), que dias antes organizara um jantar de desagravo ao Presidente e a seguir o voto do alagoano Cleto Falcão, ex-Líder do PRN na Câmara e amigo íntimo de Collor, demonstrando assim o total isolamento do Presidente. Para aprovar o impeachment seriam necessários 336 votos e o sufrágio decisivo ficou a cargo do Deputado Paulo Romano, do PFL mineiro.

Afastado da Presidência da República em 2 de outubro, foi julgado pelo Senado Federal em 29 de dezembro de 1992 e condenado a perda do cargo e a uma inabilitação política de oito anos pelo placar de 76 votos a 5 numa Sessão presidida pelo Ministro Sidney Sanches, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Como último recurso para preservar seus direitos políticos, Collor renunciou ao mandato antes do início do julgamento, mas a Sessão teve continuidade. Seu desgosto com o afastamento foi tamanho que ele chegou a pensar em suicídio,

conforme entrevista dada ao programa Fantástico da Rede Globo em 2005.

### **Depois da presidência**

Consumada sua renúncia, Collor foi sucedido pelo Vice-Presidente Itamar Franco, que exercia o cargo interinamente desde seu afastamento em 2 de outubro. Em entrevista coletiva logo após sua renúncia, declarou que o seu ato se devia ao seu apreço pela democracia, ameaçada, segundo ele, por uma “elite política avessa à necessidade de modernização do país” e de poderio tão avassalador que teria levado Getúlio Vargas ao suicídio em 1954 e Jânio Quadros à renúncia em 1961.

Depois ingressou no Superior Tribunal de Justiça, visando reaver seus direitos políticos, preservados, conforme disse, pelo fato de que sua renúncia ocorreu antes de aberta a Sessão que decidiu por sua condenação, mas em dezembro de 1993 o STJ manteve-o inelegível e inapto ao exercício de cargos e funções públicas, por entender que sua renúncia apresentada à undécima hora não passou de um “ardil jurídico”, entretanto em julgamento realizado um ano depois, o Supremo Tribunal Federal absolveu tanto a ele quanto a Paulo César Farias da acusação do crime de corrupção passiva. Uma semana após essa decisão, o ex-Presidente recebia a notícia da morte de seu irmão Pedro Collor, em 19 de dezembro de 1994, vítima de câncer no cérebro, tragédia que seria seguida de outra notícia infausta: o falecimento de sua mãe, dona Leda Collor de Mello, em São Paulo, vítima de broncopneumonia em 25 de fevereiro de 1995, ela que havia sido internada durante o curso dos eventos que redundaram no afastamento de Fernando Collor.

Seis meses depois, Fernando Collor mudou-se para Miami (EUA), onde permaneceu até 1998 quando retornou ao Brasil. Nesse ínterim, um outro episódio rumoroso envolveu outro personagem de seu Governo: em 23 de junho de 1996, seu ex-Tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, foi encontrado morto em Maceió ao lado de sua então namorada Susana Marcolino. Vítima de crime passionai cometido por sua namorada que a seguir teria cometido suicídio, segundo laudo pericial divulgado pelas autoridades locais. Mesmo após ter negado pelo STF novo recurso no qual pleiteava a recuperação de seus direitos políticos, retornou ao Brasil e após algum tempo ensaiando um retorno à política escolheu a cidade de São Paulo como domicílio eleitoral e filiou-se ao tívio Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB, pelo qual ensaiou uma candidatura a Prefeito, pretensão infrutífera devido ao fato de que a suspensão de seus direitos políticos perduraria até depois da eleição.

De volta a Alagoas, disputou o Governo do Estado em 2002, sendo derrotado em primeiro turno pelo Governador Ronaldo Lessa, reeleito pelo PSB. Quatro anos mais tarde foi eleito Senador por Alagoas, derrotando a candidatura de Lessa e assim conquistou um mandato de oito anos iniciado em 1º de fevereiro de 2007, ocupando uma cadeira que já pertenceu a outros políticos alagoanos como Teotônio Vilela e Heloísa Helena, candidata a Pre-

sidente pelo PSOL. Desde seu retorno ao Brasil, Collor tem feito declarações de apoio a Luiz Inácio Lula da Silva, postura que manteve inclusive em 2006, mesmo após a imensa crise política que se abateu sobre o Governo petista. Perguntado a respeito, Collor respondeu que só mudaria seu voto diante de provas irrefutáveis da conivência de Lula com o escândalo. No dia seguinte à sua posse como Senador deixou o PRTB e ingressou no PTB a convite de Roberto Jefferson, ex-Deputado Federal e atual Presidente da legenda, um dos poucos Parlamentares que lhe hipotecaram fidelidade durante o processo que redundou no seu afastamento.

### **Collor em livros**

Desde o ano de 1996 mantém uma página na internet em que é possível ler o primeiro capítulo de um livro de sua autoria intitulado Crônica de um Golpe - A versão de quem viveu o fato. Sobre os seus dias como Presidente foi editado Mil Dias de Solidão - Collor bateu e levou, do jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, seu porta-voz quando Presidente e também um livro de autoria de seu irmão, Pedro Collor, intitulado Passando a Limpo - A história de um farsante, com redação da jornalista Dora Kramer. Suas relações com a imprensa são o tema de Notícias do Planalto, de Mário Sérgio Conti e o livro A imprensa faz e desfaz um Presidente, de Fernando Lattman - Weltma. Também tem depoimento seu no livro Os Segredos dos Presidentes, de Geneton Moraes Neto, produzido pela equipe do Fantástico.

### **Vida pessoal**

Casado em primeiras núpcias em 1975 com Celi Elizabeth Júlia Monteiro de Carvalho (Lilibeth Carvalho), filha de Joaquim Monteiro de Carvalho e herdeira do grupo empresarial Monteiro Aranha, com quem teve dois filhos. Em 1980 teve um outro filho com Jucineide Braga e em 1984 casou-se uma segunda vez com Rosane Malta, filha de políticos alagoanos e que foi primeira-dama quando seu então marido ocupou a Presidência da República. No início de 2006 casou-se com a jovem arquiteta alagoana Caroline Medeiros, com quem teve duas filhas gêmeas.

### **PROJETO DE LEI Nº 172/07**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Santo Antonio - ACODESA, com sede no Município de Cambira e foro na Comarca de Apucarana, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.07.

(a) ELIO RUSCH

### **JUSTIFICATIVA:**

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em anexo, que pretende declarar de Utili-

dade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento do Santo Antonio, com sede na Estrada Santo Antonio, Km 12, no Município de Cambira, neste Estado.

A citada associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover o estímulo ao desenvolvimento comunitário, objetivando a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados que se dedicam à exploração da agropecuária e conseqüente transformação artesanal ou industrial, entre as outras finalidades de elevado caráter social, como bem disposto no estatuto social.

Considerando os objetivos nobres dessa Entidade, é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Eu só queria registrar a presença do Deputado Federal Fernando Giacobbo, o novo Presidente do Partido Republicano do Paraná, que está visitando esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo, Deputado Fernando Giacobbo.

Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

### ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um assunto da mais alta relevância e importância social do Paraná, diz respeito à idade das crianças para entrar na escola.

O nosso companheiro Pedro Ivo se manifestou recentemente sobre esse assunto, mais eu não poderia deixar de manifestar-me, não só na condição de Deputado e de ex-Prefeito de Ponta Grossa, mas também na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia. Quando fui Prefeito de minha cidade, no período de 2001 a 2004, fizemos junto com o Secretário de Educação, uma inovação dentro dos municípios do Paraná. Mesmo antes do prazo fixado pelo Conselho Nacional de Educação, ampliamos o ciclo básico de quatro para cinco anos, em 2001, quando comecei a exercer o mandato de Prefeito. Criamos um Conselho Municipal de Educação, em Ponta Grossa, que foi a primeira Cidade do Estado do Paraná a ampliar, de quatro para cinco anos, o período escolar no ensino básico. Como era um processo de transição, estabelecemos que toda criança que fizesse seis anos até 31 de março entraria na escola, mas, progressivamente, à medida que as vagas fossem ampliando com a construção de novas escolas e novas

salas, nós recolheríamos crianças que fizessem anos até 31 de dezembro. Assim foi e conseguimos nesse primeiro ano de Governo aumentar em mais de 4.000 alunos matriculados na escola pública municipal e, com isso, aumentar os recursos do FUNDEF no segundo ano de Governo, em 2002. Foi uma atitude, pedagogicamente refletida, que recebeu apoio de toda a comunidade, principalmente a população mais carente que vê, sente e vive na escola como um momento de inclusão de seus filhos.

Por isso, ficamos surpresos, quando no começo de 2006, o atual Governo Municipal, que tinha todo o sistema pronto, resolveu seguir uma norma do Conselho Estadual de Educação, que estabeleceu que para a criança entrar na escola no ciclo de nove anos tinha que fazer seis anos até 31 de março. Todas aquelas crianças que completavam seis anos depois de 31 de março até dezembro do mesmo ano, foram excluídas do ensino em Ponta Grossa. Os jornais da cidade manifestaram as suas manchetes como essas: "São excluídos 2,4 mil alunos em PG. O número de matriculados do ensino fundamental caiu de 4,3 mil no ano passado, para 1,9 mil neste ano, ou seja, praticamente 4,3 para 1,9 mil, 2.500 crianças fora da escola." Como no Brasil a educação infantil não é obrigatória, não é um direito público subjetivo como a educação básica, essas crianças que não tiveram vaga nas escolas públicas municipais, também não tiveram vaga na educação infantil, ou se tiveram vaga na educação infantil, excluíram aquelas crianças mais novas e de qualquer maneira 2,4 mil alunos ficaram fora da escola.

A atual intervenção da Justiça no Paraná, sobre a decisão do Conselho de Educação fez com que o Conselho voltasse atrás. Tenho aqui liminar do Juiz de Direito da Capital, dando o direito às crianças de se matricular - as que fizerem seis anos até 31 de dezembro - e essa liminar foi acatada pelo Conselho Estadual de Educação, mas infelizmente essa liminar vale apenas para os 390 municípios onde não existe o Sistema Municipal de Educação, o que não é o caso de Ponta Grossa. Como Ponta Grossa tem o Conselho Municipal de Educação e o Sistema Municipal próprio, ela não é atingida por essa liminar e, contraditoriamente, nosso Secretário de Educação, que antes aceitou a norma do Conselho, excluindo 2,4 mil crianças, agora alega justamente que como tem o sistema municipal, não precisa seguir a norma do Conselho e nem se submeter à liminar exarada na capital.

### ***Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PT***

Em função disso, só nos resta uma medida. Nós fomos procurados por pais e mães de alunos em Ponta Grossa e eu, como Deputado, não posso entrar com uma ação na Justiça, na medida em que a lei entende que não sou parte interessada, não represento as crianças que perderam suas vagas na escola. São os pais de alunos atingidos por essa norma que podem entrar com uma ação na Justiça. Nós estamos orientando, junto com Vereadores

de Ponta Grossa, para que esses pais façam isso. Eu, na condição de Deputado, o que posso fazer é uma solicitação para que o Ministério Público se manifeste e assim o farei, porque acho que isso é uma coisa importante para as pessoas mais pobres - isso significa inclusão social. Como no Brasil, repito, a educação infantil não é um direito público subjetivo, o Estado brasileiro, nas suas mais diversas instâncias - municipal, estadual ou federal - não é obrigado a oferecer vagas para as crianças no ensino infantil, na educação infantil e nas creches, mas é obrigado tão somente na educação básica e entendo que a diminuição da idade para ir à escola é uma medida de inclusão social. Claro que há alguns questionamentos sobre o processo pedagógico, mas eu penso diferente. Por que será que as classes médias vão à Justiça em defesa de seus filhos, que se matriculam em escolas particulares? Por quê será?

Porque essas classes sociais entendem que no mundo atual uma criança com seis anos já pode iniciar o seu processo de aprendizado, inclusive para ter mais facilidade e competir em uma sociedade competitiva, uma sociedade de mercado capitalista. Ora, inclusive essa liminar exarada na Justiça foi provocada por pais de crianças de escolas particulares que querem colocar seus filhos na escola na idade de seis anos. O que diria, então, das crianças pobres das periferias, aquelas que têm na escola um lugar onde vão construir uma sociedade, onde vão aprender mais cedo, onde vão ser tratados com carinho pelas professoras e pelos funcionários, onde vão ter uma merenda escolar, onde vão ter um lugar de acolhimento. Acho que é um avanço significativo esse fato e por isso estamos pedindo uma manifestação do Ministério Público para que entre com uma ação e essas 2.400 crianças que foram excluídas da Educação em Ponta Grossa possam voltar às suas salas de aula. Tenho sido procurado por muitos pais e mães de alunos para que essa medida seja concretizada na Justiça de Ponta Grossa.

E mais um argumento que vem em defesa da posição exarada pelo Poder Judiciário do Paraná, se analisarmos a decisão do Conselho de Educação de 01 de outubro de 2001, quando trata da matrícula de ingresso na educação básica, o artigo 7º diz o seguinte: *para matrícula de ingresso na primeira série do ensino fundamental o candidato deverá ter sete anos de idade ou, facultativamente, seis anos completos até 01 de março*. Ora, nesse período o ensino era de oito anos e como o ensino agora é de nove anos, aumentou um ano e portanto diminui em um ano a idade! E nós podemos ler nessa mesma norma, alterar para o facultativamente cinco anos completos até 01 de março do ano letivo em que cursará essa série. Não estamos colocando cinco até 01 de março, mas estamos colocando ao contrário: seis até 31 de dezembro, exatamente o parecer exarado pela Justiça da Capital, mas como Ponta Grossa não se adequa ao Conselho Estadual de Educação, porque tem um Sistema Municipal de Educação, assim como outros oito municípios do Paraná, precisamos que a Justiça ponta-grossense

se manifeste, permitindo que essas crianças voltem a estudar e a serem acolhidas pelas escolas municipais.

#### O Sr. Pedro Ivo (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Péricles, é louvável o esforço que V. Exa. realizou no Município de Ponta Grossa. Sabemos, é notório, o percentual investido do orçamento do município, com muita dificuldade, para ampliar a Educação e melhorar a qualidade de ensino no seu município.

E quanto a isto, quanto a possibilidade de incluirmos as crianças, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, acho que não temos divergências quanto a isto, todos sabemos da importância de incluirmos o quanto antes estas crianças, mas não na escola regulamentar. A minha posição, que eu havia colocado, é que tudo tem um tempo, para tudo nós temos um tempo na vida e de zero a seis anos, que é uma fase da vida que se trabalha o lúdico, a brincadeira, o centro de educação infantil é mais adequado para uma criança do que uma escola regular, aonde se tem uma disciplina para ser seguida, aonde você tem uma criança de cinco anos convivendo com uma criança já na oitava série.

Então, tem uma série de especificidades próprias da educação infantil que o ideal - aí queria frisar bem - seria que nós tivéssemos, ampliássemos as vagas, então, nos centros de educação infantil, até porque o professor tem uma preparação pedagógica mais apropriada para aquela faixa etária.

Então, queria deixar claro, a nossa divergência é realmente neste sentido, entre incluirmos sim, mas no centro de educação infantil e não numa escola que tem uma disciplina, um conteúdo próprio já para o ensino fundamental.

#### O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado, eu vou lhe dar um exemplo pessoal, da minha família, eu e meu irmão, eu faço aniversário em maio e meu irmão em setembro. Há muito tempo atrás eu estudava no ensino básico que era oito anos, o grupo escolar quatro anos, os quatro anos de ginásio e depois o científico. Eu entrei no primeiro ano do ensino de oito anos fazendo sete anos em maio - meu irmão entrou fazendo sete anos em setembro - isto há quanto tempo atrás? Eu tenho 52 anos - imagine!

Ora, com a evolução social do país, com o acesso que uma criança tem hoje à televisão, a certos valores, ou seja, o mundo evoluiu neste sentido, a criança é mais madura, no aspecto pedagógico, do que uma criança que nasceu na minha época, na época dos Deputados. O que estou fazendo é exatamente isto, como o ensino agora aumentou de oito para nove anos, portanto, o ensino base de quatro para cinco. Eu, hoje, e o meu irmão que faz em setembro entraríamos na escola se fizéssemos seis anos até setembro? Não entraríamos, porque fazemos depois de março - nós estaríamos excluídos da escola de nove

anos e não estivemos excluídos há muitos anos atrás, com a mudança que aconteceu.

Ora, mas o outro argumento que vem - eu acho que defendo - porque será que as classes médias, que podem pagar para seus filhos estudarem, foram pedir à Justiça para que seus filhos pudessem ir a escola se fizessem seis anos até o final de dezembro? Acho que este é o processo pedagógico real. E é evidente que quando nós mudamos quatro, cinco, oito para nove, significa que o processo pedagógico também alterou a lógica da educação básica. Por exemplo, em Ponta Grossa nós dividimos o ensino em ciclos - o ciclo básico que seria seis, sete, oito anos, que é o ciclo da alfabetização e nesse período a criança não era reprovada, não era avaliada, mas sem reprovação e a avaliação final era feita ao final do terceiro ano, que era a turma de oito anos. Depois a terceira e quarta série antigas é que seria para crianças de nove e dez anos de idade.

Então, respeito a posição do Deputado Pedro Ivo, mas tenho uma discordância, acho que isto significa inclusão das crianças, mesmo porque, repito, o ensino infantil não é obrigatório, as Prefeituras não são obrigadas a oferecer vagas para o ensino infantil, creches e centros municipais de educação infantil, mas são obrigadas a oferecer vagas para o ciclo básico que hoje mudou para nove anos. É com base nessa argumentação, e mesmo porque Ponta Grossa já estava preparada - alguns municípios que não estão preparados precisam de tempo para fazer sala de aula, fazer escola, mas Ponta Grossa já estava preparada, já existiam essas crianças estudando. Por isso, mais um motivo para que não possamos aceitar que 2,4 mil alunos fiquem fora da sala de aula por uma posição equivocada, a meu ver, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu devo manifestar-me esta semana sobre a questão do FUNDEB. A Associação dos Municípios do Paraná - está em todos os jornais paranaenses - se manifestou entendendo que o FUNDEB vai diminuir proporcionalmente os recursos alocados para os Municípios e aumentar proporcionalmente os recursos alocados para os Estados da Federação.

Este é um debate de extraordinária importância. À primeira vista me parece que está correta a posição da Associação dos Municípios, porque nos indicadores do FUNDEB foi dado maior peso para o ensino técnico, o ensino médio e menor peso para o ensino básico. Portanto, provavelmente a porcentagem maior de recursos é alocada para o ensino médio, ginásial, de primeiro grau e os municípios perderão recursos. Acho que é assunto de grande importância e por isso estaremos convocando para a próxima semana uma audiência pública com representantes da AMP, da Secretaria Estadual da Educação, do Conselho Estadual da Educação e, se possível, alguém do Ministério da Educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

## **Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho, ao longo dessa vida de militância na área ambiental, visto que muitas vezes as normas acabam precedendo os costumes. Não é uma nem duas vezes que nós vemos condutas inadequadas na área ambiental serem corrigidas e passarem a ser efetivadas, quando leis, normas, decretos, obrigam que se faça ou que se aja de maneira diferente.

O povo é exatamente o que a sua cultura dita que ele seja. Em função disso, temos visto no Paraná como no restante do Brasil, uma série de problemas com relação a água, mas não damos bola a isso porque o Brasil é pródigo nesse elemento, temos 12% de toda água do planeta. Enquanto alguns países já se preparam para uma verdadeira e literal guerra, de fato, pela água, quando os Estados Unidos já colocam bases - e são bases militares - aqui no Uruguai, no meu entendimento, já se preparando e antevendo um possível conflito e a necessidade da proteção para seu uso do chamado Aquífero Guarani, outros países, como nós, simplesmente continuam aquela toada perdulária com relação a esse elemento precioso que é a água. Afinal, ter 12% de toda a água do mundo não é pouca coisa! O Paraná chega a ter 6% de toda água do Brasil somos pródigos nesse elemento e temos rios maravilhosos. Temos, além dos rios que margeiam nosso Estado como o Iguaçu, o Paranapanema e o Paranazão, temos o Ivaí, o Piquiri, o Tibagi e tantos rios interiores.

Entretanto, a água no Paraná também vai se tornando progressivamente escassa, seja pelo uso grande na agricultura, e aqui, notem os senhores, um hectare de soja apenas, por mais protegido que seja, chega a consumir até 780.000 litros de água, numa cultura perene. Ou seja, apenas porque a dona de casa, no afã de fazer o que a mãe fazia, a avó fazia e a bisavó também, resolve lavar a calçada na frente da sua casa por dez, quinze minutos com a mangueira ligada, gastando a assombrosa cifra de 350 a quatrocentos litros de água.

Por essas e por outras é que venho à nossa Assembleia Legislativa do Paraná apresentar dois projetos de lei. Estes dois projetos de lei tentam disciplinar, com caráter de economia, o uso da água no Paraná. Mais do que isso, talvez introduzir uma nova cultura, sendo portanto, educativo. Não são projetos de larga abrangência mas são fundamentais para que possamos começar a nos enveredar por um caminho um pouco diferente.

O primeiro deles dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos que vão fazer o controle e a redução do consumo de água, quando esses empreendimentos forem públicos. Assim, o artigo 1º diz o seguinte: *O Estado do Paraná adotará obrigatoriamente em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos, que venham a ser construídos a partir desta lei, dispositivos hidráulicos, visando o controle e a redução*

*do consumo de água.* E passo a listar no artigo 2º, todos esses dispositivos que não vêm ao caso, neste momento, mencionar.

O segundo projeto de lei diz respeito à obrigatoriedade das empresas de construção civil, de prever nos seus imóveis residenciais e comerciais, dispositivos de captação de água de chuva, dando outras providências. E assim, naqueles empreendimentos residenciais que abriguem mais de 25 famílias, são prédios, condomínios ou em empreendimentos comerciais com mais de 100 m2, também elencando uma série de ações que são fundamentais para que isso aconteça.

Como disse, Sr. Presidente e Srs. Deputados, muitas vezes as leis precedem os costumes. Eu espero que com isso, possamos estar contribuindo de maneira singela com a economia de água no Paraná e também, obviamente, uma nova cultura, chamando a atenção para este problema que ainda não é grave, mas infelizmente, possivelmente venha a ser das nossas crianças em especial, dos nossos educadores. Estaremos, sem dúvida nenhuma, agindo de maneira adequada e por isso, peço *vênia* aos Deputados para que apoiem estes dois projetos de lei que ora nós damos entrada nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Terceiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna na tarde de hoje é, sem dúvida nenhuma, uma grande conquista que foi anunciada na semana que passou, para alegria geral do povo de Castro. Nós festejamos a indicação, por parte do Governo, da liberação de parte dos recursos para fazer o asfaltamento, um sonho de muitos anos da comunidade de Castro, que é a ligação de asfalto até o Distrito de Socavão. É um distrito de grande produção, de grande futuro, que detém um grande número de habitantes e que ao longo dos anos, só aconteceram promessas, promessas e nunca se cumpriu efetivamente, o desejo do povo.

Desde que assumimos a Assembléia, no ano de 2003, iniciamos um trabalho muito forte, junto com o Governador Requião e em seguida, junto com o Prefeito eleito, Moacir Fadel, da Cidade de Castro. Lá iniciamos, ano a ano, a fazer as emendas. Deputado Pugliesi, V. Exa. já me recebeu no seu gabinete, quando era Secretário, para falar dessa estrada de Socavão. V. Exa. sabe quantas vezes o incomodei em nome do povo de Castro. Nós fizemos uma emenda ao Orçamento, uma emenda que cada Deputado pode fazer, mas a emenda não garante a liberação da verba. O que faz e determina a liberação da verba, é a vontade do Governo, é o respeito do Governo por aquele Parlamentar ou por aquele Prefeito que assim indica e que assim reivindica a obra. Todo mundo sabe que aqui, as emendas não

são muito bem recebidas pelo Governo. O Governo prefere fazer as obras. Mas nós, todo o ano, por medida de cautela, até para que o Governo tenha uma rubrica no Orçamento, fizemos uma emenda coletiva, todo o ano, sempre é Orçamento do Estado.

Ano passado não foi diferente. Durante a confecção do Orçamento do Estado apresentamos uma emenda aditiva, uma emenda coletiva protocolada no dia 21 de novembro de 2006. Mais uma vez, onde colocamos a construção de aproximadamente quarenta quilômetros ligando Castro a Socavão. Um trabalho de todos os anos, nosso, uma luta incansável do nosso valoroso Prefeito de Castro. Quero agradecer aqui, o nosso Secretário Waldyr Pugliesi que na época também nos ajudou, encaminhou. Fizemos na Secretaria o projeto, o DER fez o projeto dos quarenta quilômetros autorizados pelo Governador. O projeto está pronto, foi confeccionado pelo Governo. E agora, para alegria nossa, o Governador anuncia juntamente com o Secretário Tissot, juntamente com o Prefeito Moacir, e autoriza a confecção de doze quilômetros. Não é a estrada inteira, mas são doze quilômetros ligando Castrolanda, aonde termina o asfalto, até o Cruzeiro, ligação da estrada do Cerne. Ali nós teremos doze quilômetros, que o Exército Brasileiro haverá de fazer nos próximos dias. Isso para nós é motivo de muita alegria e de muita comemoração. É o começo.

Vamos continuar fazendo o nosso trabalho, junto com o Governador que nós ajudamos a eleger, o Governador que nós acreditamos. Na campanha nós dizíamos exatamente isso ao povo de Castrolanda, ao povo de Socavão: “não vamos prometer, vamos trabalhar.” O resultado está exatamente aí, a estrada de Socavão vai ter um segundo ponto iniciando por Castro. Isso se deve ao trabalho desse fantástico Prefeito Moacir, que trabalha, que luta, que tem o respeito do Governador, que é companheiro do Governador, que foi coordenador da campanha do Governador. E, também, deve-se a esse Governo que tem construído, e isso faz parte dos caminhos da liberdade, anunciado pelo Governador. O Governador vai interligando a estrada do Cerne, Campo Magro, passando por Abapã, chegando a Castro e a Pirai.

Por isso nós temos que comemorar, agradecer e dizer que nós fizemos a nossa parte. Cobramos, incomodamos o Governador. Tanto é que o Governador disse ao Prefeito: “vou dar logo esta estrada, que eu não agüento mais a enchecção de saco do Deputado Jocelito.” Mas eu fiquei feliz.

Agradeço a sua oportunidade e dizer que nós estamos felizes. Obrigado, Governador Requião. Isso nos orgulha, na campanha, de termos trabalhado pelo Governador. Ele disse: “na campanha não vou anunciar, porque é demagogia. Deixa passar as eleições, nós vamos iniciar um pedaço dessa estrada e o resultado vem aí.”

Por isso, obrigado Governo. Parabéns ao Prefeito. E parabéns à luta de quem trabalha. O trabalho faz acontecer obras como essa do Socavão.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Pastor Edson Praczyk.

### ***Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)***

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para fazer o registro de uma iniciativa por parte da Prefeitura de Curitiba, por parte do Prefeito Beto Richa, que embora não faça parte da minha sigla partidária, sejamos apenas amigos, mas teve uma iniciativa merecedora de registro e de louvor. Faria até o comentário na fala do Deputado Cheida - mas o Regimento Interno não permite aparte no Pequeno Expediente - ele que abordou com a sua peculiar sabedoria e conhecimento sobre a importância da água. O que está acontecendo em Curitiba é iniciativa do Prefeito Beto Richa, da Prefeitura de Curitiba, de um Programa de Reconhecimento de Óleo Comestível de cozinha usado. Porque se sabe que apenas uma gota de óleo pode contaminar até vinte litros de água potável. E a Prefeitura de Curitiba recentemente implantou um programa com alguns pontos, mais ou menos 78 pontos espalhados por Curitiba para recolhimento desse óleo de frituras, para que o mesmo não venha causar danos ao meio ambiente.

Quero deixar esse registro e parabenizar a iniciativa tanto da Prefeitura como do Prefeito Beto Richa.

Outro motivo que me traz a esta tribuna é também para falar e fazer menção sobre uma matéria trazida hoje no caderno de informática do jornal Gazeta do Povo, intitulado Entulho Eletrônico e Digital. Juntamente com a Deputada Rosane, nós subscrevemos juntos uma proposição para o destino final de equipamentos sólidos de informática, para que os mesmos não causem dano algum sobre o meio ambiente ou que amenize esse dano irreversível à natureza.

E o jornal Gazeta do Povo aborda exatamente isso, coincidentemente, o que nos deixa bastante felizes, por saber que estamos somando na direção certa a favor da preservação do meio ambiente.

Tem dois trechos que eu gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa. O primeiro desta matéria diz assim: "Segundo estudo da Organização das Nações Unidas, a ONU, para fabricar um único computador são usados quase 1,8 toneladas de material distribuídos da seguinte forma: 240 quilos de combustíveis fósseis; 22 quilos de produtos químicos e - o dado mais impressionante - 1500 litros de água." Volto a tocar no assunto água, que tem sido um dos temas mais comentados atualmente, por saber-se que a água é limitada, ao contrário do que nós aprendemos no banco de colégio no Ensino Fundamental. Ela tem fim, e pouco existe dessa água potável no nosso planeta.

Outro dado importante também: pior é quando o computador pessoal vira sucata e é simplesmente dispensado num aterro sanitário e os seus componentes podem contaminar o solo com seus metais pesados.

Outro dado importante: 350 gramas de ouro são retirados de cada tonelada de chip de computador. Em uma mina, para cada tonelada de terra, são achados apenas 35 gramas do metal em média. Ou seja, são necessárias dez toneladas de terra para se conseguir esses 350 gramas de ouro usados num computador pessoal. Um estrago dantesco, o que nos faz, com muito entusiasmo, defender a nossa proposição do destino final desses equipamentos de informática, para que os mesmos não causem danos à natureza.

Para finalizar, todos sabem que eu sou um defensor e um idealizador do uso de software livre, principalmente no Governo. Aliás, há uma lei de minha autoria que é aplicada no Estado, que já gerou milhões de economia e aqui faz o comentário de que por causa da plataforma proprietária, equipamentos são sucateados, são jogados fora, uma vez que o novo Windows Vista é muito pesado e os equipamentos são modestos para receber este tipo de sistema operacional, contribuindo para danos irreversíveis à natureza.

Então, fica aqui o meu registro de que o software livre, é positivamente mais correto, e porque não dizer ecologicamente mais correto? Porque ele pode se utilizar de equipamentos tidos como jurássicos, como passados, antigos, reaproveitando-os e poupando o dano à natureza.

Era o que eu queria registrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

### ***Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou usando a tribuna do lado direito por um motivo muito claro. Falei há dias aqui na Assembléia Legislativa, que quando tivesse um bom motivo para elogiar o Executivo, as atitudes do Governo, faria isto com humildade. E estou aqui, realmente, para dar os parabéns pela conquista da Cidade de Castro. Como o Deputado Jocelito Canto acabou de se pronunciar, a estrada que liga Castro a Socavão realmente é uma grande conquista.

Posso ter muitos defeitos, mas certamente não tenho o defeito da injustiça. Sou muito justo. Sou muito claro nas minhas declarações. Eu gostaria, sim, de parabenizar o Governo do Estado do Paraná, o Governador Roberto Requião, pela iniciativa da construção desta importante rodovia. Gostaria de parabenizar o Prefeito Municipal da Cidade de Castro, que por muito tempo lutou para que esta rodovia fosse construída, também os

Vereadores, os empresários da Cidade de Castro, e principalmente os moradores da região de Socavão.

Gostaria de deixar registrado nas notas taquigráficas, eu vou receber este documento, vou assiná-lo e passar exatamente ao Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto e dizer ao senhor que realmente não sou injusto e vou dizer aqui, de forma bem clara, que o senhor lutou muitos e muitos anos para a conquista da pavimentação deste trecho. Mas, o senhor acabou esquecendo que eu também, como Deputado eleito, promovi uma grande reunião da região de Socavão e baseado nesta reunião fizemos uma emenda, em nome do PPS, pedindo também a construção deste trecho.

Esta emenda de conteúdo programático, Projeto de Lei nº 487/06, protocolo 3554, projeto ativo 1180, construção e restauração de rodovias “Boa Estrada”, destinatário, beneficiário: Castro a Socavão. A emenda existe.

E eu lembro perfeitamente que no meu primeiro depoimento, que fiz na Associação Comercial da Cidade de Ponta Grossa, eu contei às pessoas que estavam presentes à reunião, porque eu tinha feito algumas emendas programáticas em nome do PPS e um Parlamentar foi ao microfone e disse: “olhem o que é a inexperience. Vejam só o que um Deputado que não conhece como funciona a Assembléia Legislativa, o erro em que ele está incorrendo, porque emendas, normalmente, o Governador não atende.”

Pois me parece que a história está mudando, porque o Governador do Estado do Paraná atendeu a emenda programática. E hoje, um Deputado de Oposição pode comemorar, também, esta conquista. Então, eu não gostaria de assumir paternidade nenhuma de obra do Governo do Estado do Paraná, mas eu tenho um documento e eu fiz, sim, parte dessa grande conquista. Então, juntamente com a comunidade de Castro, estou comemorando essa conquista e tenho, sim, a minha parcela de contribuição.

Era isso que eu tinha a falar.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Esta Presidência, com muita satisfação, registra a presença do Deputado Federal Alex Canziani, representante do Partido Trabalhista Brasileiro. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Romanelli, aliás, Luiz Cláudio Romanelli.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Cláudio Romanelli***

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Mas, olha, Antônio Romanelli é um grande jurista. Tenho um parente chamado Antônio Romanelli que é

Juiz em Minas Gerais, aliás, uma pessoa muito ilustre, que me orgulha ter como parente.

Queria, Sr. Presidente, usar o Horário da Liderança, única e exclusivamente, para não deixar passar uma oportunidade que me parece importante, inclusive registrando com alegria, satisfação e prazer a presença do Deputado Federal Alex Canziani, que é um amigo e grande Deputado que trabalha muito a favor dos municípios paranaenses.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer o seguinte: eu li, neste final de semana, no site da Assembléia e em alguns jornais a matéria que foi divulgada pelo Gabinete do Deputado Marcelo Rangel. Quero dizer que acho muito bonito o Deputado subir à tribuna e comemorar uma obra tão importante como essa que foi anunciada pelo Governador Requião e pelo Governo do Estado.

Agora, é necessário registrar que aos Parlamentares cabe a iniciativa de reivindicar obras, mas tenho tido aqui alguns embates - alguns até ríspidos - com o Deputado Jocelito Canto, que tem tido um comportamento, invariavelmente, muito contundente, neste início de Sessão Legislativa, mas também não posso ser desleal com o Deputado Jocelito porque ele foi, Deputado Marcelo Rangel, seguramente, o maior lutador por essa obra.

O Deputado Jocelito foi, inegavelmente, alguém que fez um grande esforço por essa obra. Eu ouvi o relato do ex-Secretário de Transportes Waldyr Pugliesi: esse foi um dos compromissos assumidos pelo Governador Requião. Então, penso que temos que deixar bem claro para a opinião pública. É claro que quem é Governo é Governo, quem é Oposição é Oposição, mas oposição tem que ser feita com absoluta lealdade, inclusive com aquilo que acontece no nosso Estado.

Fico muito feliz vendo o senhor, sendo um Deputado de Oposição, ir à tribuna elogiar o Governo. Isso é demonstração de coerência em relação ao que o senhor disse aqui numa Sessão recente. Agora, ao mesmo tempo, acho que V. Exa. deveria orientar melhor a assessoria do seu Gabinete para não produzir materiais que possam querer induzir o cidadão a uma confusão em relação a quem conseguiu essa obra, porque tenho que fazer o registro que o Deputado Jocelito Canto foi o grande lutador para que essa obra pudesse se tornar realidade.

Tenho certeza absoluta que V. Exa. será um Deputado que vai trabalhar muito, vai ajudar a construir um Paraná cada vez melhor e, certamente, com a sua juventude, com a sua experiência e com a sua garra, outras obras poderão vir. Mas tenho que reconhecer que o Deputado Jocelito, como também o Deputado Alexandre Curi, representando o Município de Castro, foi alguém que se empenhou muito para que essa obra pudesse se tornar realidade.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?  
(Assentimento)

Sr. Presidente, queria fazer uma questão de ordem à Presidência desta Casa e à assessoria de comunicação da Assembléia, porque foi colocado no site da Assembléia, e sei que embaixo a Assembléia coloca que é matéria de responsabilidade do gabinete, mas a Assembléia deveria ter um pouco mais de cuidado com essas matérias, porque isso induz a desavença, a confusão. Acho que quando um Parlamentar luta por uma obra, deve ser destacado, como disse aqui o Deputado Romanelli. E no site da Assembléia existe uma notícia colocada pela assessoria do Deputado Marcelo Rangel, dizendo: *Asfalto para o Socavão é uma conquista de Marcelo Rangel*.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Marcelo Rangel. Estou desde 2003 lutando por essa obra, levei “pito” do Governador, publicamente, por enfrentá-lo; o Deputado Alexandre Curi é testemunha que na inauguração das UTIs de Castro faltou muito pouco para irmos para as vias de fato, eu e o Governador, sobre essa estrada. Tenho um grande respeito pelo Governador, fiz campanha para ele, contra até os princípios do nosso Partido, sabendo que conseguiríamos o início dessa obra. E o Governador disse durante a campanha que jamais iria prometer isso na campanha. E não me deixou ir a Socavão com o Prefeito Moacyr Fadel e anunciar que faríamos aquele asfalto. Passadas as eleições, esse Prefeito maravilhoso de Castro, que é um dos grandes líderes e vai ser o Presidente da MP agora, que é do PMDB, um lutador, está sempre junto com o Governador. E conseguimos essa obra pelo trabalho.

Emenda não libera nenhum tipo de verba - os Deputados desta Casa sabem disso - o que libera é trabalhar, ser companheiro, ter liberdade, o respeito do Governo. Tenho algumas desavenças com o Governo, porque ajudei a eleger este Governo e cobro, às vezes, dele. Mas, tenho o maior respeito, porque é este Governo que está indo hoje lá em Ponta Grossa, o Vice-Governador, vistoriar as obras do Hospital Regional, que o Deputado Marcelo Rangel disse na campanha que não iria sair. E agora está vendo a obra acontecer. Como também, estamos vendo acontecer o Instituto de Educação. O Vice-Governador irá hoje também vistoriar as obras.

Finalizando, Sr. Presidente, quero agradecer as palavras do eminente Líder e dizer que essa estrada realmente é uma conquista do povo e não está completa. A própria notícia colocada pelo Deputado Marcelo Rangel diz que está pronta. Não, só estão prontos doze quilômetros. Haveremos de chegar até Socavão com a ajuda do Deputado Alexandre Curi e com a ajuda desse nosso maravilhoso Governador.

E queria pedir à Assembléia, Sr. Presidente, precisamos nos respeitar aqui. Notícias como essa, no site da Assembléia, criam problemas para todos os Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para concluir, Exa., fiz esse comunicado utilizando o Horário da Liderança do PMDB, porque de fato, se

trava nesta Casa um debate entre Oposição e Situação. E creio, claro, é necessário respeitar cada Parlamentar, como também não podemos desrespeitar a verdade. Por conta disso que fiz este pronunciamento. Tenho o maior respeito pelo Deputado Marcelo Rangel, mas registrando a questão concreta que envolveu a luta para que essa obra pudesse se tornar realidade.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de dizer o seguinte: se existiu falta de verdade aqui no Plenário, foi por parte do Deputado Jocelito Canto neste momento, porque ele falou: “A conquista é de todos os cidadãos paranaenses. É uma conquista do Deputado Marcelo Rangel também, de Oposição.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Realmente, não cabe a questão de ordem do Deputado Jocelito Canto, no que diz respeito ao site da Assembléia, até porque todos os Deputados podem e estão usando o site da Assembléia no seu próprio nome. E não caberia à Mesa e nem à Presidência ... (interrompido).

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu vou começar a mentir. Vou começar a mentir no site da Assembléia ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. é responsável pelos seus atos. Não caberia à Mesa e nem a esta Presidência fazer qualquer exame de DNA, para saber quem é o pai da criança, no caso da estrada.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch, no horário do PFL.

### ***Lideranças do PFL: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Eu pedi para me inscrever no horário do PFL, para falar sobre a convenção do nosso Partido, que vai acontecer quarta-feira. Antes, porém, sem querer tomar partido nenhum, nem a favor do Deputado Jocelito ou do Deputado Marcelo Rangel, muito menos a favor do Líder do Governo Luiz Cláudio Romanelli, no que diz respeito a uma rodovia que não conheço, porque não milito na região de Ponta Grossa. Eu entendo que se o Deputado Marcos Isfer - que hoje não é mais Deputado - se ele apresentou uma emenda e esta foi acatada e rubricada, se for destinada em cima dessa emenda, a conquista é dos paranaenses.

Sempre digo, Deputado Luiz Cláudio Romanelli, V. Exa. que foi Deputado, Secretário de Estado e, hoje, Líder do Governo, uma obra e o imposto que pagamos não tem carimbo de Partido nenhum. Uma obra não é do

PMDB, não é do PSDB, nem do PT e nem do PFL. A obra é dos paranaenses. Tanto o nosso Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, como todos os Deputados da Oposição fizeram uma oposição responsável e fiscalizadora. E o que queremos é que o Paraná vá bem, porque se o Paraná vai bem, os paranaenses vão melhor. A mesma coisa em nível nacional.

Tem que existir o contraditório. A oposição, quando bem intencionada e como fazemos aqui, na Assembléia Legislativa, ajuda a administrar. Aliás, Deputado Romanelli, o Governador Roberto Requião, desta tribuna, um dia enalteceu e parabenizou a Oposição na Assembléia Legislativa, que estava apontando as possíveis falhas que existiam e existem no Governo. A Oposição é necessária para consolidar cada vez mais o regime democrático. Nós jamais podemos calar a voz de qualquer Parlamentar, não podemos censurar ninguém. Nem o Presidente da Assembléia, nem o Líder da Oposição e nem o Líder do Governo fazem isso - cabe à censura - e muito menos pautar os trabalhos na Assembléia Legislativa.

Quem tem a glória do poder, não pode esquecer que arca com ônus e o ônus do poder pesa muito mais do que a glória. Não dá para esquecer também que quem é Governo, hoje, foi Oposição, ontem. Quem é Oposição hoje, poderá ser Governo amanhã. Temos que analisar as nossas posições e afirmações, aqui na Assembléia. Não cabe a qualquer Parlamentar censurar e muito menos querer pautar a atividade e a ação Parlamentar.

Ora, se a Assembléia Legislativa tem um site, que está aberto para os Parlamentares, e cada Parlamentar tem a sua assessoria de imprensa que divulga o seu trabalho, e o site da Assembléia está à disposição, seja, então, responsabilizado o Deputado, mas não censurado. Acho que quando existe vontade de ajudar a consertar, temos que fazê-lo, Deputado Romanelli.

Um exemplo da minha região - falo com propriedade, porque conheço - o asfalto ligando Toledo a Quatro Pontes, é uma antiga aspiração. Não vou dizer que é uma antiga aspiração de cem anos, porque primeiro tem que ser feito asfalto de Curitiba a Ponta Grossa, de Ponta Grossa a Guarapuava, de Guarapuava a Cascavel, de Cascavel a Toledo, depois, a Palotina, Marechal Cândido Rondon e assim por diante. Marechal Cândido Rondon tinha uma ligação asfáltica, naquela ligação de Toledo a Palotina e, depois, o entroncamento para Marechal Cândido Rondon, cortando Vila Nova e Nova Sarandi. Aí o ex-Governador Jaime Lerner iniciou o asfalto de Toledo a Quatro Pontes, iniciado quando o Deputado Nelson Justus era Secretário dos Transportes do Governo. Fez-se quase toda a rodovia, faltaram cinco ou seis quilômetros e essa obra paralisou diante da Lei de Responsabilidade, porque não tinha mais recursos e se parou a obra, isso bem no período eleitoral - quando mais se precisaria, a obra parou no Governo Jaime Lerner. O Governador Roberto Requião assumiu o Governo e concluiu a obra, mas quem disse que construiu a obra?

Não se falou que o Governador Jaime Lerner construiu 35 quilômetros de estradas e o Roberto Requião construiu cinco ou seis. Fala-se que o Governador Roberto Requião fez a ligação asfáltica, inaugurou asfalto de Toledo a Quatro Pontes, quando na verdade 80% ou mais dessa obra foi feita pelo Governador Jaime Lerner. Então, Deputado Romanelli, se começarmos a achar culpados e não culpados, censurar ou não censurar, é completamente diferente.

Mas, com toda a honestidade, não era esse o assunto que queria falar. Queria falar sobre a Convenção Extraordinária do meu Partido, o PFL, que vai acontecer na quarta-feira, depois de amanhã. Então, por isso, Deputado Nelson Justus e Srs. Deputados, acho que é a última vez que uso o horário do PFL, porque amanhã estarei indo a Brasília e já estou justificando ao Presidente e a toda Assembléia que não estarei nas Sessões de terça, quarta e quinta, porque amanhã teremos em Brasília um fórum dos Deputados Estaduais do PFL do Brasil inteiro e na quarta-feira a Convenção Extraordinária para oficializar a mudança do nome do PFL. Não teremos mais o Partido da Frente Liberal, mas teremos o Partido Democrata e o Partido Democrata não vai usar a sigla, não vai ser DP, mas vai ser Os Democratas. Então, quer dizer, a partir de quarta-feira, no dia 28, o Brasil inteiro terá então um novo Partido, sucessor do PFL. E por que muda o nome?

Porque hoje, o Partido da Frente Liberal, o PFL, não é mais uma Frente. O Partido surgiu exatamente de uma dissidência na última eleição indireta do Brasil, quando se elegeu Tancredo Neves. Formou-se a Nova República com o Partido da Frente Liberal e o objetivo era exatamente a transição do Regime Militar para o Regime Democrata. Então, cumprimos com o nosso papel. Não somos mais uma Frente, mas somos um Partido consolidado e a partir do dia 28, em todo o Brasil, não teremos mais o PFL, mas sim o Partido Democrata, para continuar fortalecendo cada vez mais a Democracia no nosso Brasil e acima de tudo, todo o Brasil vai saber quais as ideologias, quais os princípios que o novo Partido vai continuar defendendo, mas acima de tudo a liberdade de expressão e a liberdade para todos.

Seria esse o comunicado e muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, o registro da visita honrosa a esta Casa do ilustre Deputado Federal Alex Canziani, figura muito querida, Presidente Estadual do PTB e que tem

representado com competência e dignidade o Paraná na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, pelo andar da carruagem, pelo diz-que-diz-que através do noticiário político, é muito provável que até mesmo por vontade do Presidente Lula, por vontade de antigas lideranças do Congresso Nacional, finalmente vamos ter a tão reclamada reforma política no Brasil. Não sabemos ainda quais os pontos vitais que a reforma, ao final, vai acabar provocando, mas venho a esta tribuna, pegando uma carona no item reforma política, para defender, Sr. Presidente, inclusive como pré-candidato a Prefeito de Londrina, cidade em que a eleição deve acontecer em dois turnos, cidade onde é muito provável que todos os atuais Deputados Estaduais e Federais, com base em Londrina, venham a concorrer ao pleito como candidatos a Prefeito de Londrina.

No momento, as pesquisas encomendadas para consumo interno indicam o nosso nome, em primeiro lugar, para Prefeito. Evidente que pesquisa é uma visão de momento, mas o que eu tenho convicção é que a eleição de Londrina vai ser dar em dois turnos.

O atual Prefeito da cidade, por força da atual lei, não poderá concorrer ao novo mandato em reeleição, porque já foi reeleito. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a tese que venho defender aqui não é legislar em causa própria, porque o atual Prefeito da minha cidade não será candidato a reeleição. O que eu venho, Sr. Presidente, é usar a tribuna para anunciar um requerimento que vamos levar às mãos de V. Exa. e que se aprovado pelos nobres colegas, será endereçado ao Presidente Renan Calheiros, do Senado, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. Se houver a concordância dos Deputados e Deputadas com assento nesta Assembléia, o que estamos sugerindo ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, que esta reforma política seja votada com urgência para que ela possa ter validade já a partir da próxima eleição.

E o que estamos sugerindo, nobre Deputado Dobrandino? É a defesa do nosso ponto de vista, de que se acabe com o instituto da reeleição. Estamos sugerindo no requerimento, acabar de imediato com reeleição de Presidente da República, de Governador e também de Prefeito.

Aqui tem vários colegas, Deputados e Deputadas, que já ocuparam cargos nas mais diferentes cidades do Paraná e o que nós pudemos sentir, aferir e meditar, e até conversando com quem já foi reeleito é que é uma péssima coisa a tal da reeleição. Não vou citar aqui, por ética, uma importante autoridade deste país que um dia conversando comigo, disse: “Olha, a pior coisa que tem é reeleição. Acabamos assumindo compromissos, às vezes até de coração, de piedade do companheiro, da companheira da equipe, somos reeleitos, depois ficamos com dó, com pena de substituir aquele que não está tendo grande rendimento no cargo”. E há também aqueles que, para serem reeleitos, acabam assumindo compromissos com pessoas que depois, fatalmente, vão querer tirar pro-

veito, ou na Prefeitura ou no Governo do Estado ou até mesmo no Governo Federal. Vemos algumas autoridades reeleitas que se acomodam, ficam comprometidas até as calças para poderem se manter no poder e depois se trançam em gabinetes, se afastam do povo. É muito ruim, eu quero crer, para a autoridade reeleita e também para o próprio povo, principalmente para o povo. Temos visto algumas autoridades reeleitas que na reeleição acabam se constituindo, com raríssimas exceções, em verdadeiros fracassos no segundo mandato.

Não venho aqui para criticar o Presidente Lula, mas ontem à noite saiu no Fantástico, o Lula nem esquentou o “bumbum” na poltrona de Presidente e o prestígio dele já caiu de 52 para 48%. É a acomodação. Quantas viagens o Lula já fez para visitar os Municípios e os Estados depois de reeleito?

Então, é uma coisa mais do que natural. Aliás, hoje acho que até o Lula é o maior defensor de que não haja reeleição, que venha um Presidente apenas por um mandato, para ele voltar logo.

O que estamos propondo aos Presidentes do Senado e da Câmara é que, com a extinção da reeleição, que não deu certo, que voltemos a ter o mandato de cinco anos no Brasil. Eu, até pela idade, peguei o tempo em que o Governador do Paraná, Paulo Pimentel, tinha mandato de cinco anos, Prefeito com mandato de cinco anos, Presidente da República com mandato de cinco anos. Em cinco anos, se a autoridade tiver visão, se ela for feliz, vai fazer um grande trabalho como Prefeito, como Governador, como Governadora, Prefeita ou até na Presidência da República. Mas a reeleição, até mesmo nas universidades, tem demonstrado que não é uma boa alternativa.

Por isso, Sr. Presidente, queira Deus, primeiro que o Congresso Nacional não fique acomodado. Se tem que fazer a reforma política que faça, mas não é para o fim do mundo. Que essa reforma política seja para já, que acabe com a reeleição e implante o mandato de cinco anos. Se a autoridade não fizer nada, como Prefeito, Governador, Presidente em cinco anos, não é sendo reeleito, tendo mandato de oito que vai fazer jus ao mandato recebido do povo!

Então, Sr. Presidente, nós pedimos, apelamos aos nossos nobres Pares desta Casa para que aprovemos esta matéria, enviando ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara, para que estas autoridades possam sentir que é de interesse de grande parte do Brasil que saia, de fato e de verdade, esta reforma política e que se acabe com a reeleição de Prefeito, Governador e Presidente.

Não estou legislando em causa própria porque, volto a repetir, o Prefeito da minha cidade não será candidato à reeleição.

É isso, Sr. Presidente, que trazemos nesta tarde à apreciação de V. Exa. e dos nobres Pares.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há pouco, ouvia o pronunciamento do Deputado Jocelito contando, enaltecendo o Governo Requião por uma obra que foi conquistada para a região de Ponta Grossa. Nada de anormal. Depois vi o Deputado Rangel subir à tribuna contando que apresentou aqui uma emenda, algo nesse sentido, para atender aquela região. Por fim, Deputado Jocelito, Deputado Rangel, vi uma coisa inusitada, algo inusitado: o Líder do Governo, meu amigo Deputado Romanelli, atribuindo a um dos Parlamentares a condução da questão de forma errada. Ora, eu nunca vi alguém ser dono do Governo, nunca vi escritura, nunca vi procuração, nunca vi nada e veja agora que já tem dono de obra! Eu acho que o Deputado que trabalhou pela obra, nada mais do que normal o Deputado enaltecer o atendimento do Governo. Agora, querer que um Deputado de Oposição, não tenha méritos numa obra, nós temos que entender, Deputado Belinati - e V. Exa. tem muito mais experiência do que este Parlamentar - que o dinheiro que vai construir essa obra é dinheiro do povo do Paraná, é dinheiro do povo de Castro que recolhe seus impostos, é dinheiro do povo paranaense que trabalha para recolher seus impostos. Essa conquista não tem dono, essa conquista tem méritos.

Agora, não é possível que um Deputado - eu achei que o Deputado Rangel foi muito simpático com o Governo em enaltecer a obra, reconheceu publicamente, numa postura bonita, que à hora de elogiar vai elogiar, à hora de criticar vai criticar, à hora de enaltecer vai enaltecer. Eu não vi nada de anormal. Anormal foi a postura da Liderança do Governo, querendo tirar os méritos de um Parlamentar, um trabalho de um Parlamentar, o poder de um Parlamentar, a ação de um Parlamentar. Eu estou aqui já há muito tempo, há uns quinze anos e nunca vi alguém fazer isso que aconteceu há pouco aqui nesta Casa.

Por esta razão, espero que aconteçam as obras na Região Sul do Estado do Paraná, porque faz tempo que o Governo não passa por lá, muito tempo. A última passadinha do Governo por lá, foi no tempo do Deputado Wal-dyr Pugliesi e que tapou os buracos numa rodovia que liga União da Vitória à Foz do Areia. Foi a última vez, Deputado Romanelli, V. Exa. deve estar muito bem lembrado. Subia naquela tribuna, um especialista em agricultura, o Deputado, hoje Vice-Governador Orlando Pessuti e ele dizia que o Governo que menos investia em agricultura nos últimos tempos era o Governo anterior.

Deputado Romanelli, parece que Deus mandou o castigo mais rápido e o quanto antes possível, ao próprio Vice-Governador. O Vice-Governador foi quem encerrou o Paraná Doze Meses. Foi na sua gestão e não tiveram competência para criar nenhum outro programa para atender aos agricultores do Paraná. Não tiveram. Não tem nenhum financiamento internacional, algo que venha ao

encontro do pequeno agricultor. Deputado Rangel, Deputado Jocelito, as pessoas que trabalham com rádio aqui, podem fazer uma consulta aos agricultores, porque o rádio chega longe. Peçam para um agricultor dizer. Aqui tem uma lei feita pelo Deputado Augustinho Zucchi: Lei do Calcário, perguntem se alguém recebeu, nos últimos anos, calcário subsidiado e se alguém conhece um programa do Governo. O que tem, Deputado Romanelli, são alguns programas na área da Agricultura, baseados em programas do Governo Federal, que é o PRONAF, o Pronafinho. Não tem outro.

Eu convido V. Exa. para ir amanhã à frente da Secretaria da Agricultura e só pelas visitas, vocês já vêem o trabalho que a Secretaria da Agricultura está desenvolvendo em apoio aos agricultores do Paraná. Vamos ficar em frente da Secretaria da Agricultura e V. Exa. vai observar e não vai ver um Prefeito lá, não vai ver um Vereador lá, porque não existe mais Secretaria de Agricultura. Eu louvei a atitude ao Governador de ter nomeado um Secretário do PT, porque talvez seja esse Secretário que vá salvar a Secretaria da Agricultura da extinção. Porque se dependesse do que fez o Vice-Governador, ex-Secretário da Agricultura, ela poderia ser extinta. Talvez agora, com o Secretário do PT, ele vá buscar recursos no Governo Federal, porque até hoje é o menor orçamento que a Secretaria de Agricultura teve, desde o Governo Ney Braga. Desde o Governador Ney Braga! Se pegarmos todos os orçamentos, é o menor orçamento que o Governo teve para apoio à agricultura do nosso Estado. O Estado que é voltado para a agricultura, o Estado que é essencialmente agrícola, não ter uma Secretaria de Agricultura, um orçamento forte, para atender os nossos agricultores. Eu pelo menos, posso dar um depoimento de nossa região, das Regiões Sul, Sudeste, Sudoeste, do Centro Sul, das regiões que eu represento. Eu não vejo nenhum agricultor satisfeito. A grande votação quem fez? O candidato das Oposições, nas eleições para Governador. Foi a maior demonstração de que os agricultores do Paraná não estão satisfeitos com o atual Governo.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito Canto, depois ao Líder do Governo Deputado Romanelli.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Queria dizer que V. Exa. precisa ler as notícias antes de fazer um comentário. Primeiro, em momento nenhum eu disse que sou dono de nada.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Nem eu falei.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

V. Exa. falou.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me permita pedir licença ao Deputado Jocelito, talvez eu não fui claro aqui no meu posicio-

namento, eu disse que era louvável a atitude de V. Exa., disse que era louvável a atitude do Deputado Rangel, eu só não entendia por que o Líder do Governo tinha esse posicionamento. Eu disse que se alguém pode não ter ficado satisfeito com o que eu disse, é o Líder do Governo. Eu disse que eu não entendia por que o Líder do Governo se posicionava dessa forma, querendo tirar mérito dos Parlamentares, atribuindo mais a um, ou menos a outro. Foi essa a minha atitude. Elogiei a sua atitude, elogiei o Deputado Rangel pela atitude e, por essa razão disse ao Líder do Governo que o dinheiro do povo do Paraná não tem dono. Quando ele está executando uma obra em Castro, é dinheiro de recursos do povo paranaense. Quando eu disse que não tem dono, não me referi a V. Exa., me referi a todos os Parlamentares, a todos os Governantes, a todos os Secretários, a todas as pessoas que trabalham com o dinheiro público. Foi dessa forma que eu me reporte, Deputado Jocelito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu acho sempre que o Deputado Valdir Rossoni, por ser um bom descendente de italianos, exagera um pouco quando se manifesta.

Sr. Presidente, vou me permitir que daqui a alguns dias, eu venha a esta tribuna falar sobre os investimentos feitos na agricultura paranaense, nos últimos quatro anos, que foram investimentos extremamente importantes para alavancar a nossa economia. Claro que a Oposição, o Líder da Oposição não tem o menor interesse em vir aqui e dizer que o Governo, de fato, teve uma política que favoreceu a nossa agricultura. Olha minha gente, temos que reconhecer, nós tivemos o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti - Secretário da Agricultura, profundo conhecedor e que fez um trabalho extraordinário. Isso falo em outra ocasião, porque hoje temos lá o nosso companheiro Bianchini, que aliás, Sr. Presidente, diga-se de passagem vimos aqui na quinta-feira grandes dificuldades. O Paraná tem capacidade de endividamento, mas não tem pagamento, por conta daqueles que desgraçaram as finanças públicas do nosso Estado. E nós sabemos a quem nós estamos nos referindo, quem desgraçou a economia do Paraná, especialmente.

Cabe-me, Sr. Presidente, dizer o seguinte: fico pensando no que falaram aqui, que o dinheiro do Estado não tem dono. Não tem mesmo, é de todos os paranaenses. Como foi aquela roubalheira que fizeram na COPEL também, até hoje não apareceu quem promoveu aquela roubalheira.

Acho que muitas vezes é preciso medir as palavras, porque aqui, por uma questão levantada pelo Deputado Jocelito, fui me socorrer e o Deputado Luizão me socorreu aqui com um ditado popular: “Que assim como o galo, que pensa que o sol nasce porque ele canta”, tem, de fato, muita gente que acha que o mundo passou a existir quando ele nasceu.

E nós temos que reconhecer que a política, que vem de “pólice”, como o sufixo “ica” que vem dos gregos. A política é coisa da cidade no sentido amplo, tanto urbano, quanto rural. Política é uma política pública, claro, que feita com planejamento e fundamentalmente com vontade política. Por isso que o povo do Paraná já elegeu Governador Requião três vezes. E vamos fazer neste Governo o melhor Governo de todos, melhor do que os outros dois Governos.

Sei, é claro que muita gente se incomoda de podermos fazer um bom Governo, mas temos orgulho do nosso Governo e da nossa prática de Governo.

Queria ainda, antes de falar sobre o tema do Porto de Paranaguá, dizer, Deputado Elio Rusch, que há uma grande maioria dos companheiros que são do MDB. Nós somos do MDB. Nos orgulhamos muito do nome do nosso Partido. Aliás, quando a ditadura impôs uma lei que fez com que nós tivéssemos, por conta dela, que incluir o nome “Partido”, nós mantivemos lá o P e destacado o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

Tanto que os mais antigos, embora eu não seja tão velho assim, mas vejo o Pugliesi, o Dobrandino, que não são tão velhos também, mas que são fundadores. A verdade é que nós não mudamos de nome. Essa questão de mudança de nome começou ARENA, depois virou PDS, depois PFL e agora muda para PD. Na verdade, temos que reconhecer que essa questão da vontade do PFL de ser chamado de Democrata, claro, é um alinhamento com a matriz. É uma tentativa de tirar esse ranço do PFL e estabelecer uma relação com o Partido Democrata Americano. Se formos olhar, do ponto de vista ideológico, o PFL é republicano, o Partido do Presidente Bush. E efetivamente, eu espero, Deputado Elio Rusch, que esta mudança de nome, que as pessoas possam, de fato, chamar o PFL de Democrata, porque daí muito provavelmente as boas teses, que lutam pelos direitos civis, pelos direitos sociais, que o Partido Democrata dos Estados Unidos defende, provavelmente poderão ser incorporados pelo extinto PFL, o novo Partido Democrata.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Quero me pronunciar sobre este assunto, até porque no ano passado - se não me falha a memória - o Bornhausen, Líder do PFL, dizia ao país todo que queria extinguir a “raça” petista. Usou este termo, inclusive. Muito nos ofendeu, a nós, do PT. E eu tenho muito orgulho do meu Partido, com todas as dificuldades que enfrentamos, num ano e meio de muito bombardeio. E eu percebi, agora, que quem se auto-extinguiu foi o Partido do próprio Bornhausen. Tenho muito respeito por V. Exa,

Deputado Elio Rusch e todos os companheiros do PFL desta Casa, mas, veja só a contradição: ao mesmo tempo em que ele queria extinguir do Estado brasileiro o Partido dos Trabalhadores, o próprio PFL se auto-extinguiu, criando o PD.

**O Sr. Elio Rusch (PFL) (Aparte)**

Deputado Romanelli, acho que V. Exa, ou não conhece a história partidária do nosso país, ou está falando com a verdade. Nós tínhamos dois Partidos: a ARENA e o MDB. Acabou a ARENA e acabou o MDB. O sucessor do MDB foi o PMDB. E se criou um terceiro Partido, o PDS e o PP. E nós não mudamos a sigla, foi a lei que extinguiu os dois Partidos: ARENA e PDS. E o PFL, Deputado, para refrescar sua memória, foi uma dissidência do PDS, em 84.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Isso mesmo.

**O Sr. Elio Rusch (PFL)**

Então, V. Exa. não pode dizer que nós mudamos de nome, não. Foi uma dissidência do PDS, naquela eleição indireta que elegeu Tancredo Neves, e que se criou a Nova República. Quem criou a Nova República foi, com a força do PFL, a ala dissidente do PFL, que não concordava com os rumos que o Brasil estava tomando em relação ao regime militar.

Então, o PFL nunca foi um Partido fisiológico, como estão dizendo. Se alguém é fisiológico, é o PMDB. Com todo o respeito que tenho por V. Exa. O PFL disputou a eleição, a primeira eleição para Presidente da República, com Aureliano Chaves, candidato próprio. Em 94, o PFL disputou eleição, sim. Disputou com o Vice, Marco Maciel. Em 98 o PFL disputou, sim. Mas, o PMDB, seu Partido, não disputou. E o PMDB que quis meter um carimbo, um rótulo na testa do PFL, dizendo que nós éramos Partido fisiológico, nós sempre disputamos, nós tínhamos candidatura própria. O que não aconteceu com o PMDB. O PMDB, Deputado Romanelli, foi quem disputou eleição contra o Lula, em 1998. Em 1999, o candidato a Presidente era o Serra; a Vice era a Rita Camata. E quando o Lula se elegeu Presidente da República, o primeiro que aderiu ao Lula, ao PT, foi o PMDB. E o PFL manteve exatamente sua tradição: se nós somos Governo, nós governamos; se nós somos Oposição, nós fazemos Oposição com responsabilidade.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Eu quero dizer ao Deputado Elio Rusch, quero perguntar a V. Exa.: eu disse, aqui, que o PFL, era um Partido fisiológico? Disse isso? Não! Não disse isso. Eu disse apenas que o PFL havia trocado de nome. Foi isso o que eu disse, e que é assim. Desculpe, sei que V. Exa. não gosta, mas o PFL nasceu porque filiado ao PFL, quem era? Era o José Sarney, que era o Presidente do PDS, que rompeu, na verdade, com a ditadura militar.

Agora, V. Exas. são todos filhos da mesma mãe. E mudar o nome pode ser bom para o PFL, Exa. Foi o que eu quis dizer aqui, e o Deputado Elio Rusch já misturou, trocou as bolas, falou em fisiologismo, evocou coisas muito ruins quando falei em PFL. Olha, não é essa imagem que espero que as pessoas tenham deste novo Partido, o PD. O PD, certamente...

**O Sr. Elio Rusch (PFL)**

Não é PD! Não vai ser PD! Quero corrigir V. Exa.: nós não seremos PD, nós seremos os Democratas.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Isso V. Exa. precisa combinar como o povo, não é?

**O Sr. Elio Rusch (PFL)**

Não é combinar com o povo, é o estatuto que vai dizer.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Exa., na verdade, o Partido diz o nome, mas é um direito das pessoas chamarem o Partido se for PD ou se for Democrata.

Eu concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizendo que tenho o maior respeito por V. Exas., pelo PFL. Nós sempre tivemos um relacionamento extremamente importante. Agora, nós temos, sim, muito orgulho de ter o mesmo nome do nosso Partido, lá, desde o dia 24 de março de 1966, quando foi fundado o MDB para lutar pelas liberdades, pela democracia e pela justiça social deste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, quero que coloquem nas notas taquigráficas desta Sessão que hoje é um dia muito importante para o futebol do Paraná: hoje, dia 26 de março, estamos completando 83 anos do vosso time, do time do coração do povo do Paraná. Tenho certeza que V. Exa. vai ficar muito feliz e está alegre já depois do Operário, primeiro o seu time, depois o Operário, mas V. Exa. está feliz da vida, hoje, que o seu time - o Coritiba - completa 83 anos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não, V. Exa. está enganado, quem completa 86 anos é o Clube Atlético Paranaense. Não é o Coritiba, não!

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

O senhor viu como dói uma coisa mal feita. Sr. Presidente? Como dói uma inverdade? V. Exa. sentiu na carne como dói uma inverdade registrada nos autos desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, não está errado nos Anais da Casa, aliás até a propósito, a Mesa agradece a gentil homenagem que recebe do Deputado Ney Leprevost, que entrega um troféu muito bonito em homenagem aos 86 anos do Clube Atlético Paranaense. Essa é uma verdade. Nós estamos habituados a falar a verdade.

Obrigado!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero registrar a presença do nosso Deputado Federal André Vargas, Presidente Estadual do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência se associa à todas as homenagens que possam ser feita, hoje, ao Deputado André Vargas e ao Deputado Ratinho que também se faz presente, juntamente com o Deputado Alex Canziani. Sejam bem-vindos a esta Casa.

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 010/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar no âmbito do Estado do Paraná o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Magna Carta da República, em valores que variam entre R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) e R\$ 475,20 (quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), em conformidade com as diversas categorias profissionais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 034/07, subscrito pelo Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 27, 28 e 29 do corrente mês, quando estará em Brasília, atendendo convocação do Diretório Nacional do Partido da Frente Liberal-PFL. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 062/07, subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias de hoje (26/03/07) à 29/03/07 (quinta-feira) por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 019/07, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, propondo a criação da Região Metropolitana de Toledo, na forma do

artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, constituída por doze municípios. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 020/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a implantação em Campo Mourão de uma Biblioteca Cidadã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 021/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo a instalação de um Batalhão da Polícia Militar no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiotn Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 07 (sete) de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 023/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Toledo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 023/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ACINSAR - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Nova Santa Rosa, com sede no Município de Nova Santa Rosa e foro na Comarca de Toledo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.03.07.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 035/07, proposta de emenda à Constituição de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao *caput* do artigo 61, da Constituição Estadual, disposto que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DA PROPOSIÇÃO Nº 035/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O *caput* do artigo 61, da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. A Assembléia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado, independente de convocação, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.”

Art. 2º O parágrafo 5º do artigo 61, da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61...

§ 5º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.”

Art. 3º O artigo 55, da Constituição Estadual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. A Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIII do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como a prestação de informações falsas.”

Art. 4º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.03.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

## Discussão Única (Proposição)

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 036/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 674/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que altera a Lei nº 10.233, de 28 de dezembro de 1992, reduzindo e isentando os valores da Taxa Ambiental, no cadastramento do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente - SISLEG - IAP. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 041/06

Curitiba, 19 de abril de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 029/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 674/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, considerando a medida contrária ao interesse público porque, tal como está posta e redigida, é eivada de injustiça, pois suprime isenção, já existente, de taxas por serviços do Instituto Ambiental do Paraná em favor de empreendimentos habitacionais de caráter eminentemente social e ainda tendo em vista que implicaria em alteração da receita da referida entidade autárquica, sem os preliminares e necessários estudos e proposições de órgãos do Poder Executivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 674/05, encontra-se publicado no DA nº 120/05, de 31/10/05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 036/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 674/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.233 de 28 de dezembro de 1992, reduzindo e isentando os valores da Taxa Ambiental, no cadastramento do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.

**Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ANTONIO ANIBELLI - Relator

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Esse veto havia sido retirado de pauta num acordo para que pudéssemos esclarecer esse tema. E pesquisamos aqui na Casa, identificamos que sobre esse tema, de uma forma que possa promover justiça social, a Casa aprovou um projeto que acabou sendo convertido em Lei nº 15431 que trata de alterar o artigo 4º da lei em questão, que é a Lei 10.233 de 28 de dezembro de 1992, que passou a vigorar com a seguinte redação: *Ficam isentos da taxa ambiental em todas as modalidades de licença, os imóveis rurais com até trinta hectares de área total, que possam desenvolver atividades agropecuárias, agroindustriais consideradas de pequeno porte e baixo impacto ambiental. Parágrafo Único: Inclui-se na isenção entre outras modalidades e licenças, a licença prévia, licença de instalação, licença de operação, autorização, inspeção florestal e ambiental.*

Essa lei, Exa., foi de autoria do nosso nobre Deputado, ex-Líder do Governo, Dobrandino da Silva e é uma lei que já está em vigor.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a lei do ex-Secretário Marcos Isfer, na verdade trata do mesmo tema, apenas aumentando o benefício para médios proprietários como regra, dependendo da atividade, até grandes proprietários.

Por isso, gostaria de encaminhar aos Deputados e Deputadas, que conosco têm partilhado da mesma visão de ter uma sociedade justa, para que possamos manter o veto que foi apostado pelo Sr. Governador do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, outro dia, quando estávamos votando esse veto, levantamos essa questão do projeto de autoria do Deputado Marcos Isfer, onde ele aumentava a isenção para agricultores, de trinta até cem hectares - foi vetada pelo Governador. A argumentação feita pelo então Líder do Governo, inclusive, com uma dúvida no ar, à argumentação do Governo: no artigo 4º, se derrubado esse veto, prejudicaria empreendimentos habitacionais - V. Exa. disse isso, Deputado Romanelli, lembra? Eu, preocupado com essa situação, entendi que deveríamos adiar a votação.

Há um equívoco na justificativa do próprio Governo. Não prejudica em nada a questão habitacional, Deputado Romanelli. Nada! Apenas o projeto do Deputado Marcos Isfer aumenta de trinta para cem hectares, o benefício da isenção. Se derrubarmos o veto do Governador, estaremos beneficiando mais agricultores. Cá para nós, agricultores com cem hectares não podem ser considerados grandes. Eles são considerados de médios para pequenos. Por esta razão, peço aos Srs. Deputados que digam NÃO ao veto do Governador, porque estaremos estendendo o benefício a agricultores de até trinta hectares para cem hectares. Para beneficiarmos os agricultores do Paraná, temos que derrubar o veto do Sr. Governador.

Quero também pedir a compreensão do Líder do Governo, Deputado Romanelli. Noto que o Governo está equivocando, quando ele justifica que prejudica os empreendimentos habitacionais, por não lembrar da Lei 10.233, que foi aprovada, aqui, de 28 de dezembro de 1992, que no seu artigo 4º diz: *Ficam isentos da taxa ambiental em todas as modalidades de licença, os imóveis rurais com até 30 hectares.* O que quer dizer isso? Aquela lei aprovou até 30 hectares. A lei do Deputado Marcos Isfer estende o benefício até cem hectares. No entendimento do Governo, ele diz que não pode ser derrubado o veto, porque não consta da lei do Deputado Marcos Isfer a isenção para os empreendimentos ambientais. Mas este

erro, este equívoco aconteceu na lei anterior, que modificou o artigo 4º, quando ela não incluiu os empreendimentos habitacionais. Por esta razão, eu gostaria de contar com o apoio de V. Exa., Deputado Romanelli, e queremos propor para derrubarmos este veto estendendo o atendimento, o benefício da isenção até cem hectares e para corrigirmos a lei que tirou os empreendimentos habitacionais, vamos apresentar um projeto de lei em comum acordo para corrigirmos o artigo 4º, porque a lei antiga, a Lei nº 3919, de 29 de dezembro de 1992, isentava os empreendimentos habitacionais, depois veio a lei do Deputado Dobrandino, do Deputado Hermas Brandão, que fixou a isenção em trinta hectares, mas esqueceu de isentar os empreendimentos habitacionais. Quer dizer, acredito que não foi por vontade dos Srs. Parlamentares, mas houve um equívoco e ao alterar o artigo 4º, esqueceu-se dos empreendimentos habitacionais. Por essa razão é que estamos propondo à Liderança do Governo para que apresentemos um projeto de lei em conjunto, subscrito por todos, para incluirmos a isenção para os empreendimentos habitacionais.

Então, por essa razão, para que possamos dar o entendimento mais simples possível de toda a situação, a questão dos empreendimentos habitacionais não está contemplada na lei, porque a lei aprovada ao alterar o artigo 4º, esqueceu de dar isenção aos empreendimentos habitacionais e por essa razão há necessidade de um outro projeto de lei.

Então, Srs. Deputados, se queremos na verdade corrigir isso, temos que apresentar um novo projeto de lei, acrescentando a isenção aos empreendimentos habitacionais. Agora, o que está sendo votado, na verdade, não cabe a justificativa que estamos prejudicando os empreendimentos habitacionais, porque a justificativa é a seguinte: se queremos estender o benefício até cem hectares ou não. Quem disser NÃO ao veto, estará estendendo os benefícios até cem hectares, e quem votar SIM estará mantendo o benefício até trinta hectares. É esse o meu entendimento, é esse o meu encaminhamento e por essa razão vejo aqui muitos Parlamentares que representam o setor agrícola deste Estado, o interior deste Estado principalmente, e tenho certeza absoluta que os Srs. Parlamentares vão dizer NÃO e vamos estender o benefício até cem hectares aos agricultores do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Presidente, não há dúvidas que o desejo, a inspiração e a vontade do ex-Deputado Isfer deve nortear essa discussão. Ele constatou - imagino, porque não era Deputado na época - que os médios agricultores do Paraná, que são proprietários de extensões de terra de pouco mais de trinta hectares até menos de cem, tinham problemas, e problemas sérios na averbação das suas propriedades para o recolhimento de taxas ao Instituto Ambiental do

Paraná. E é verdade! Ele procurou com esse seu projeto de lei corrigir essa distorção, o que é extremamente meritório e acho que esta Casa deve procurar manter-se nesse caminho, nessa discussão. Entretanto, no meu singelo entendimento, no afã de fazer essas proposições, o ex-Deputado Isfer faz no artigo 4º, no parágrafo 1º, ele diz que o pequeno proprietário de imóvel rural é isento da taxa prevista no *caput* quando a fiscalização se referir ao cadastramento do SISLEG. Ótimo, ele procura fazer com que o pequeno proprietário, não incida sobre ele a taxa do SISLEG. Acontece, Deputado Rossoni, que a taxa do SISLEG é uma das taxas e ao indicar esta taxa, exclusivamente, ele abre a possibilidade de que o Instituto Ambiental do Paraná passe a cobrar as demais taxas de vistoria - a de manejo, a de corte e outras mais, ou seja, no meu entendimento, no afã de ajudar, ele acaba prejudicando, justamente, o pequeno proprietário rural. Este é o meu entendimento.

É um projeto meritório. A vontade, me parece, há que ser respeitada. O benefício do médio proprietário do Paraná que é, imensamente, numericamente maior do que todos os outros, das 350.000 propriedades rurais do Paraná, 70% delas estão entre pequenas e médias propriedades. Então, há que se ter benefício, mas o projeto, no meu entendimento, acaba prejudicando.

E gostaria de dizer mais: a Lei 15431, de dezembro de 2006, apresentada pelo Deputado Dobrandino, não resolveu este problema. Ela, simplesmente, isenta de taxa ambiental os pequenos produtores rurais do Paraná. Mas aqui na lei apresentada e hoje objeto desta discussão do veto apostado pelo Sr. Governador, nós estamos tratando dos proprietários de mais de trinta hectares. Ou seja, não tem nada a ver uma coisa com a outra, embora este artigo 4º, parágrafo 1º, ele penaliza o pequeno produtor.

Por isso, eu gostaria de propor ao nosso Líder Romanelli, à nossa Bancada do Governo e por que não dizer também ao Deputado Rossoni e à brava Bancada de Oposição, que fizéssemos, de fato, um entendimento: que pudéssemos manter o veto do Governador, derrubando este projeto, e fizéssemos, de comum acordo, um projeto de lei que viesse beneficiar, de fato, em todo o arco de possibilidades de taxações, o pequeno e o médio proprietário do Paraná. Eu acho que isto resolveria o problema. Não seria um remendo que continuará falho, mas seria uma lei pensada, até em obediência ao que deve ter imaginado e proposto o ex-Deputado Marcos Isfer.

É isto que eu gostaria de propor aos Srs. Deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, eu acho que é um assunto que, não sei se teríamos realmente como fazer este entendimento que propõe o Deputado Cheida, mas é bem verdade que a Assembléia tem que tomar medidas com relação a esta situação.

Veja bem, muitos Deputados não estão, na verdade, tomando conhecimento do que significa isto que está sendo discutido aqui. Isto aqui é algo que pesa em todos os agricultores do Paraná, por quê? Porque grande parte das propriedades rurais do Paraná são propriedades com até cinquenta hectares - olhem o que estou falando aqui - cinquenta hectares. Por que cinquenta hectares? Porque todos os técnicos e eu, modestamente, participei quanto a discussão do programa Paraná Rural, junto com o BID, uma das discussões mais complicadas que tinha para achar a determinação de um número de hectares que pudesse representar o pequeno agricultor. E depois de tanta discussão, nós conseguimos chegar a um denominador comum que o pequeno produtor, no Paraná, significava ter cinquenta hectares para baixo.

Portanto, a lei aprovada anteriormente, do Deputado Dobrandino, embora obviamente meritória, mas trinta hectares não representa o pequeno produtor, na sua essência, em determinação daquilo que diz o INCRA de pequeno produtor. Das 396.000 propriedades que nós temos no Paraná, 90% são propriedades com área inferior a cinquenta hectares.

Aí vem a outra proposta de lei, do Deputado Marcos Isfer, que propõe que aqueles que estão acima dos trinta hectares já proposto na outra lei, portanto esta lei não é conflitante com a outra, teriam um abatimento de 50%. Deputado Nelson Justus, eu que sou funcionário de carreira, era do IAP, depois passei para a Secretaria, na época o IAP não cobrava sequer vistoria para orientação ambiental, para preservação permanente, corte, enfim, qualquer coisa que o IAP fosse fazer nas propriedades não cobrava vistoria, hoje se cobra tudo! São taxas que são colocadas para tudo que o agricultor dependa do IAP. Eu acho que é preciso ter um consenso nisso! Quer dizer, se não for derrubado esse veto, porque este projeto é uma forma de minimizar os problemas que têm os pequenos agricultores com as taxas, aqueles especificamente, não apenas o SISLEG, mas como falou aqui o Deputado Cheida, que é um profundo conhecedor da área, também têm que pagar outras taxas. Então, nós teríamos que, ao invés de esperar outro projeto que fosse consensual, pelo menos que mantivéssemos o veto desse, porque esse ajuda àqueles agricultores que passam dos trinta hectares e que não são contemplados na lei do Deputado Dobrandino.

Então, Sr. Presidente, eu encaminho favorável à derrubada do veto. Chamo a atenção dos Srs. Deputados: não há neste Paraná um pequeno agricultor que não vá ao IAP e que não tenha problema com o pagamento de taxa. Por conta das taxas que são pagas, ainda tem um grave problema que é o seguinte: todos nós ficamos falando em meio ambiente, todos nós queremos ajudar na preservação do meio ambiente, agora, os agricultores têm que ser parceiros na preservação ambiental, eles não podem ser considerados como alguém que simplesmente vai lá infringir os artigos do Código Ambiental, que aliás já é de muito tempo. Nós já viemos há muito tempo, Deputado Cheida, com esta lei de proteção ambiental e não

conseguimos segurar o Estado para ter a proteção ambiental que necessita! Então sou favorável à derrubada do veto e à manutenção do projeto.

E depois acho que cabe a proposta do Deputado Cheida, se o Deputado Romanelli, não sei, Deputado Rossoni, V. Exa. é que é Líder da Oposição, mas na minha opinião, que houvesse um compromisso do Deputado Romanelli de se fazer um projeto mas daí, obviamente, poderíamos alterar os dois porque enquanto não tivermos um novo projeto, este do Deputado Marcos Isfer ajuda a minimizar as taxas que pagam os agricultores.

Muito obrigado.

#### O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para poder responder, creio que a proposição foi feita e eu queria responder. Nós temos dois temas que tratamos aqui: SISLEG e amplitude que trata a lei que foi, aliás, promulgada pelo Presidente Hermas Brandão, a Lei Dobrandino Gustavo da Silva.

Também acho que esse tema é um tema relevante e me resta uma única dúvida, mas eu também tenho essa dúvida porque discuti quando da formatação dos programas habitacionais, de habitação rural que nós desenvolvemos no Estado do Paraná, era justamente o que é pequeno proprietário. Foi de fato, uma discussão que envolve o tipo de atividade agrícola ou pecuária e a região do Estado. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que nós assumimos, sim, assumimos o compromisso e creio que é muito importante isso, de desonerar o pequeno agricultor. Eu não tenho dúvida em relação a isso. Isso é fruto dos anos 90, que de fato instituiu um conjunto de taxas, embora é claro, a subtração de receitas sempre gera uma inconstitucionalidade.

Agora, eu creio que é muito importante consultar a Secretaria da Agricultura sobre esse tema que envolve a pequena propriedade e que esta Casa possa, sim, por um acordo entre Situação e Oposição, elaborar uma lei que possa contemplar esse tema, porque acho que ele é da maior relevância, considerando que 90% do nosso Estado é composto de pequenas propriedades. O nosso encaminhamento é pela manutenção do veto, mas aceitamos o desafio de elaborar uma lei que possa contemplar 90% dos produtores rurais do Estado do Paraná.

É isso, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a palavra à Sra. Deputada Cida Borghetti para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados que deverão se manifestar da seguinte maneira: a favor do veto: SIM. A favor do projeto: NÃO.

Serão necessários 28 votos NÃO para a derrubada do veto.

#### A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Vinte e dois com a expressão SIM.  
Dezenove com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Está mantido o veto, rejeitado o projeto.**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Questão de Ordem**)

Quero registrar a presença do Vereador Valmir Nanico, de Piraquara.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está devidamente registrado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar que nós mantemos aqui a proposta feita, que uma comissão - que poderiam participar os Deputados Cheida, Elton Welter e Dobrandino, que é o autor dessa lei, claro que a Oposição poderia indicar o Deputado Augustinho Zucchi e quem mais o Deputado Valdir Rossoni pudesse desejar indicar - para que pudesse elaborar um projeto de lei, ou talvez até, uma indicação legislativa. Mas, o mais provável, como projeto de lei, para que pudéssemos resolver esse tema, que me parece extremamente importante.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para dizer que essa proposta está aceita, nós já tínhamos proposto. O Deputado Cheida, com propriedade, encaminhou, nós aceitamos. Indicamos inicialmente o Deputado Augustinho Zucchi, o Deputado Plauto e, depois indicaremos outro Deputado pela Oposição, para que estude um projeto de consenso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

### ***Discussão Única (Indicação)***

#### **ITEM 04**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 011/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que propõe a construção de obras no Colégio Natália Reginato. **Aprovada. (Publ. no DA nº 013/07, de 19/03/07, em Indicações).**

#### **ITEM 05**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 012/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que propõe a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio La Salle. **Aprovada. (Publ. no DA nº 013/07, de 19/03/07, em Indicações).**

#### **ITEM 06**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 013/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que propõe a construção de cobertura em quadra poliesportiva no Colégio

Isabel Lopes. **Aprovada. (Publ. no DA nº 013/07, de 19/03/07, em Indicações).**

#### **ITEM 07**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 014/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, solicitando providências com relação à situação precária das escolas estaduais em Araucária. **Aprovada. (Publ. no DA nº 014/07, de 20/03/07, em Indicações).**

#### **ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 015/07, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que propõe a criação de regime fiscal diferenciado no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 014/07, de 20/03/07, em Indicações).**

### ***Requerimentos***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 491 a 494 e 497 a 499, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 502, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 506, 509 e 547-A, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 534, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 507, de autoria do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 508, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 510 e 512, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 511, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só quero registrar, nesse momento, que não quero que conste na Ata dos Anais dessa Sessão, que eu tenha

enviado voto de congratulações à Concessionária Rodonorte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 513, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 521, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 526, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 528, 529, 530 e 531, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 515, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 533, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 537, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 538, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 539, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Eu recebi o requerimento e conversei com o Deputado Jocelito Canto. E em nome da Liderança do Governo nós nos comprometemos a fornecer todos os documentos e informações solicitados em que haja necessidade da votação deste requerimento.

Por isso, eu gostaria que consultasse o autor, mas nosso encaminhamento é de poder encaminhar para que

este requerimento possa ser respondido pela Liderança do Governo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Concordamos, Sr. Presidente. Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Devidamente retirado pelo autor.**

Requerimento nº 540, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

PROMULGAÇÃO - da Emenda Constitucional nº 20.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 037, 058, 063, 097 e 099/07.

EM DISCUSSÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/07.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações***

### ***Presidência***

#### ***Atos***

ATO DO PRESIDENTE Nº 05/07

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 34, do Título II, Seção III, combinado com o Inciso XIII do Artigo 20, do Regimento Interno

**D E C L A R A :**

Constituída a coordenação do Programa de Catalogação, Remissão e Consolidação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composta pela Deputada Cida Borghetti e pelos Deputados Reni Pereira e Caíto Quintana, para dar continuidade aos trabalhos já iniciados na legislatura anterior.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.03.07.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

